

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

Gustavo Fechus Monteiro

DA ORGANIZAÇÃO ORACIONAL AO FLUXO DO DISCURSO:
o Adjunto e a vírgula sob perspectiva sistêmico-funcional

Mariana – MG

2016

Gustavo Fechus Monteiro

**DA ORGANIZAÇÃO ORACIONAL AO FLUXO DO DISCURSO:
o Adjunto e a vírgula sob perspectiva sistêmico-funcional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Tradução e Práticas Discursivas.

Orientador: Professor Doutor Giacomo Patrocínio Figueredo.

Mariana – MG

2016

M775d Monteiro, Gustavo Fechus.

Da organização oracional ao fluxo do discurso [manuscrito]: o adjunto e a vírgula sob perspectiva sistêmico-funcional / Gustavo Fechus Monteiro. - 2016.

124f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Giacomo Patrocínio Figueredo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós- Graduação em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Orações. 3. Língua portuguesa - Acentos e acentuação. I. Figueredo, Giacomo Patrocínio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 81\1(043.3)



Gustavo Fechus Monteiro

UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

DA ORGANIZAÇÃO ORACIONAL AO FLUXO DO DISCURSO: o Adjunto e a vírgula sob perspectiva sistêmico-funcional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras. Aprovada em 29 de abril de 2016 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

Prof. Dr. Giacomo Patrocínio Figueredo
(Orientador da pesquisa)

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Prof. Dr. William Augusto Menezes
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Prof.ª Dra. Arabie Bezri Hermont
Pontificia Universidade de Minas Gerais- PUC- MG

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Em atendimento ao Artigo 48 / parágrafo 2º do Regimento do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto, eu, Gustavo Fechus Monteiro, portador do CPF 097.655.316-30 e do RG MG-16.405.700, aluno regular deste Programa, declaro ser de minha autoria e de minha integral responsabilidade todo o conteúdo desta dissertação de mestrado, intitulada “Da organização oracional ao fluxo do discurso: o Adjunto e a vírgula sob perspectiva sistêmico-funcional” e submetida à apreciação da banca examinadora em 29 de abril de 2016.

Hoje cedo tirei uma vírgula. À tarde, coloquei-a de volta.

Oscar Wilde

Se ainda tivermos algumas reservas quanto a encarar a língua como um sistema complexo, basta meter o nariz nesse lance dos advérbios.

Ataliba de Castilho

RESUMO

Este trabalho inscreve-se no campo dos estudos de descrição linguística de base sistêmico-funcional proposta por Halliday (2002) e por Halliday & Matthiessen (2004), e utiliza-se da linguística de *corpus* como ferramenta para o desenvolvimento da descrição do Adjunto, função da oração do português brasileiro que, em sua relação com a vírgula, apresenta-se como objeto desta investigação. Aqui dialogam tradicionais e funcionalistas, linguistas e gramáticos, menos com o propósito de apontar aporias do que de identificar contribuições, a partir das quais, reconhecendo-se os estudos já desenvolvidos sobre o objeto a que nos dedicamos e admitindo-os como bibliografia fundamental deste trabalho, recorreremos à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), em cujo âmbito nosso objeto pode ser localizado tanto na matriz de função-ordem quanto na matriz estratificação-instanciação: na primeira matriz, relativa à dimensão gramatical, o Adjunto realiza-se na ordem do grupo e da palavra; na segunda, além de localizar-se no estrato gramatical, situa-se também no estrato semântico-discursivo, dentro do qual se configura a Unidade de Informação Adverbial (UIA). Uma vez identificado esse endereço semiótico na arquitetura geral do sistema, estabeleceram-se os procedimentos metodológicos para a descrição, encaminhados em duas etapas: (i) metodologia de extração e tratamento de dados (para manipular o CALIBRA a favor das categorias de interesse da pesquisa); (ii) metodologia de análise (para estudar o *corpus* preparado e desenhar o sistema). Assim, como parte dos estudos de descrição linguística, este trabalho adota como base de interpretação a teoria sistêmico-funcional, cujo olhar se volta fundamentalmente para a organização interna da língua a partir de sua constituição sistêmica, procurando, todavia, explicar essa organização a partir dos contextos externos à língua que a condicionam, donde se verifica sua constituição funcional. Entre outras áreas de interesse, esta investigação é relevante para os estudos da linguística sistêmico-funcional que têm por finalidade descrever os sistemas linguísticos do português brasileiro. Além disso, esta pesquisa também revisa a literatura de seus objetos de interesse, contemplando desde as perspectivas provenientes da tradição gramatical, passando pela contribuição de diversos estudos funcionalistas, chegando finalmente à descrição sistêmico-funcional do Adjunto virgulado em português brasileiro.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; Descrição Sistêmico-Funcional; Adjunto; Vírgula.

ABSTRACT

This thesis is part of the Linguistic Description studies from a systemic functional perspective, as proposed by HALLIDAY (2002) and HALLIDAY & MATTHIESSEN (2004), and uses *corpus* linguistics as a tool to develop the description of the Adjunct, a function of the clause in Brazilian Portuguese. This description, together with the relation between the Adjunct and the comma, makes the object of this study. Traditional and functional linguists and grammarians dialogue throughout this thesis, recognizing and discoursing on the pertinent studies which build the fundamental bibliography of this work. From this point, we refer to the Systemic Functional Linguistic (SFL) where we can determine the semiotic address of the object of this research in both the function-order matrix and in the stratification-instantiation matrix: in the former, related to the grammatical dimension, the Adjunct is realized in the group and word rank; in the latter, besides its location in the grammatical strata, it can also be located in the semantic-discursive strata, where it configures the Adverbial Information Unit (AIU). Once this semiotic address has been identified in the general architecture of the system, it was possible to establish the methodological procedures for the description, developed in two steps: (i) methodology of extraction and processing of data (handling the CALIBRA properly according to the categories of most interest for the study); (ii) analysis methodology (in order to study the prepared *corpus* and design the system). Therefore, as part of the Linguistic Description studies, this thesis adopts the basic perspectives of the Systemic Functional Theory, turning the attention to the internal organization of language, from its systemic constitution, although attempting to explain this organization by understanding the external contexts of the language, where its functional constitution can be verified. Among other areas of interest, this research is relevant to the study of Systemic Functional Linguistics which aims at describing the linguistic systems of Brazilian Portuguese. Besides, this research also makes a literature review concerning its objects of interest, contemplating the perspectives from the traditional grammar, the contribution of several functionalist studies, finally reaching the systemic functional description of the Adjunct (and its close relation to the comma) in Brazilian Portuguese.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

CAPÍTULO 1

1.1 DE ESCRITORES A INTERNAUTAS: A VÍRGULA NO MEIO DE NÓS

FIGURA 1.1 – O poder da vírgula	p.18
FIGURA 1.2 – A importância da vírgula.....	p.18
FIGURA 1.3 – Foi um mal-entendido, entendeu?.....	p.19
FIGURA 1.4 – Aula de Português.....	p.19
FIGURA 1.5 – Eu bebo mais não Caio.....	p.20
FIGURA 1.6 – Não importa quem você é.....	p.20
FIGURA 1.7 – Coma gente.....	p.21
FIGURA 1.8 – Vem, gente!.....	p.21
FIGURA 1.9 – Não tenha piedade.....	p.22
FIGURA 1.10 – Voltemos ao evangelho.....	p.22
FIGURA 1.11 – Time Brasil.....	p.23
FIGURA 1.12 – Um dia a gente aprende a dar.....	p.23
FIGURA 1.13 – Respeite o pedestre.....	p.23
FIGURA 1.14 – Mulher não paga multa.....	p.25
FIGURA 1.15 – Bem Blogado.....	p.26
FIGURA 1.16 – Use a vírgula (1).....	p.26
FIGURA 1.17 – Use a vírgula (2).....	p.27
FIGURA 1.18 – Use a vírgula (3).....	p.27
FIGURA 1.19 – Use a vírgula (4).....	p.27
FIGURA 1.20 – Wikipédia (1).....	p.28
FIGURA 1.21 – Wikipédia (2).....	p.28
FIGURA 1.22 – E-mail.....	p.29

1.2 DE GRAMÁTICOS A LINGUISTAS: A VÍRGULA NO MEIO DE VÓS

FIGURA 1.2.1 – Microsoft Word.....	p.35
FIGURA 1.2.2 – Wikipédia (3).....	p.36

CAPÍTULO 2

2.1 DISCURSO SOBRE O MÉTODO

FIGURA 2.1 – Estratificação e realização.....	p.75
FIGURA 2.2 – Perspectiva trinocular sobre a gramática.....	p.75
FIGURA 2.3 – Dimensão metafuncional do sistema linguístico.....	p.76
FIGURA 2.4 – Dimensão instancial do sistema linguístico.....	p.77
FIGURA 2.5 – Sistema hipotético.....	p.78
FIGURA 2.6 – Notação sistêmica.....	p.79
FIGURA 2.7 – Círculo virtuoso entre teoria, <i>corpus</i> e descrição.....	p.80
FIGURA 2.8 – Localização do objeto na metalinguagem teórica.....	p.82
FIGURA 2.9 – Roda dos processos sociosemióticos.....	p.83
FIGURA 2.10 – Escrito/falado.....	p.83
FIGURA 2.11 – Língua no contexto de cultura.....	p.84
FIGURA 2.12 – <i>Corpus</i> CALIBRA.....	p.84

FIGURA 2.13 – Rotulação CALIBRA.....	p.85
FIGURA 2.14 – Exemplo CALIBRA.....	p.86

2.2 EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS

FIGURA 2.15 – <i>Tagset</i> do Português.....	p.87
FIGURA 2.16 – TreeTagger.....	p.88
FIGURA 2.17 – <i>Corpus</i> etiquetado.....	p.88
FIGURA 2.18 – Concord.....	p.89
FIGURA 2.19 – Linhas de concordância (1).....	p.90
FIGURA 2.20 – Linhas de concordância (2).....	p.90
FIGURA 2.21 – Linhas de concordância (3).....	p.90
FIGURA 2.22 – Linhas de concordância (4).....	p.91
FIGURA 2.23 – Linhas de concordância (5).....	p.91
FIGURA 2.24 – Fichas de descrição (1).....	p.92
FIGURA 2.25 – Fichas de descrição (2).....	p.92
FIGURA 2.26 – <i>UAM CorpusTools</i> (1).....	p.93
FIGURA 2.27 – <i>UAM CorpusTools</i> (2).....	p.94
FIGURA 2.28 – Percurso metodológico.....	p.94

2.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

FIGURA 2.29 – Critérios de descrição (1).....	p.95
FIGURA 2.30 – Critérios de descrição (2).....	p.96
FIGURA 2.31 – Critérios de descrição (3).....	p.96
FIGURA 2.32 – Critérios de descrição (4).....	p.97
FIGURA 2.33 – Critérios de descrição (5).....	p.97
FIGURA 2.34 – Esquema de anotação (1).....	p.98
FIGURA 2.35 – Esquema de anotação (2).....	p.99
FIGURA 2.36 – Esquema de anotação (3).....	p.99
FIGURA 2.37 – Esquema de anotação (4).....	p.100
FIGURA 2.38 – Esquema de anotação (5).....	p.100
FIGURA 2.39 – Metodologia de análise.....	p.101

CAPÍTULO 3

FIGURA 3.1 – O Adjunto e a arquitetura do sistema.....	p.103
FIGURA 3.2 – O Adjunto e as matrizes.....	p.104
FIGURA 3.3 – o Adjunto e a visão trinocular.....	p.105
FIGURA 3.4 – Informatividade / Circunstancialidade.....	p.111
FIGURA 3.5 – Tema inicial.....	p.112
FIGURA 3.6 – Rema > Tema.....	p.112
FIGURA 3.7 – Rema = Tema.....	p.113
FIGURA 3.8 – Rema > / = Tema.....	p.113
FIGURA 3.9 – Modelo de representação da relação Tema/Rema.....	p.114
FIGURA 3.10 – Realizações da vírgula por estrato.....	p.116
FIGURA 3.11 – Sistema oração.....	p.119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.12
-----------------	------

CAPÍTULO 1

1.1 DE ESCRITORES A INTERNAUTAS: A VÍRGULA NO MEIO DE NÓS.....	p.16
1.2 DE GRAMÁTICOS A LINGUISTAS: A VÍRGULA NO MEIO DE VÓS.....	p.29
1.2.1 <i>A Vírgula</i> , de Celso Pedro Luft (1998).....	p.29
1.2.2 <i>Ritmo da Escrita</i> , de Lourenço Chacon (1998).....	p.32
1.2.2.1 A pontuação e o sentido.....	p.39
1.2.2.2 A pontuação e a enunciação.....	p.42
1.2.2.3 A pontuação e as relações entre a escrita e a oralidade.....	p.46
1.2.2.4 A pontuação e o caráter simbólico da escrita.....	p.48
1.2.2.5 A dimensão fônica.....	p.49
1.2.2.6 A dimensão sintática.....	p.50
1.2.2.7 A dimensão textual.....	p.51
1.2.2.8 A dimensão enunciativa.....	p.52
1.3 ADJUNTO, ESSENCIAL ENTRE ACESSÓRIOS.....	p.54
1.3.1 <i>Gramática do Português Contemporâneo</i> , de Celso Cunha (2008).....	p.55
1.3.2 <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara (2009).....	p.56
1.3.3 “Considerações sobre a posição dos advérbios”, de Rodolfo Ilari (2002).....	p.57
1.3.4 <i>Princípios de linguística descritiva</i> , de Mário A. Perini (2006).....	p.62
1.3.5 <i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i> , de José Carlos de Azeredo (2010).....	p.64
1.3.6 <i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i> , de Ataliba T. de Castilho (2010).....	p.67

CAPÍTULO 2

2.1 DISCURSO SOBRE O MÉTODO.....	p.72
2.2 EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS.....	p.86
2.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	p.95

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE ADJUNTO, UNIDADE DE INFORMAÇÃO ADVERBIAL E VIRGULAÇÃO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	p.102
---	-------

CAPÍTULO 4

A CONCLUSÃO E O FUTURO.....	p.120
-----------------------------	-------

CAPÍTULO 5

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.122
---------------------------------	-------

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui proposto, submetido à linha de Tradução e Práticas Discursivas do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem (ICHS/UFOP), inscreve-se no campo dos estudos de descrição linguística de base sistêmico-funcional proposta por Halliday (2002) e por Halliday & Matthiessen (2004), e utiliza-se da linguística de *corpus* como ferramenta para o desenvolvimento da descrição do Adjunto, função da oração do português brasileiro que, em sua relação com a vírgula, apresenta-se como objeto desta investigação. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é contribuir para os estudos de descrição sistêmico-funcional do português brasileiro, mais especificamente para a descrição do Adjunto acompanhado de vírgula – fenômeno a que chamamos virgulação adverbial. No contexto dos estudos da linguagem no Brasil, a virgulação adverbial ainda necessita de descrição mais sistemática, visto que, em sua maioria, os empregos de vírgula em ambientes sintáticos envolvendo Adjunto ainda são tratados sob o rótulo de “facultativos” e “opcionais”. Vários estudiosos compartilham a percepção relativa à carência de investigações a esse respeito, entre os quais Kato & Nascimento (2002), para quem pouca atenção têm merecido os adjuntos na literatura linguística em língua portuguesa: “os estudos são metodologicamente limitados; fornecem uma transcrição parcial e sanitizada dos dados: baseiam-se somente em porções do *corpus* que são relevantes para fenômenos sintáticos ou discursivos específicos” (KATO & NASCIMENTO, 2002, p. 192). Por sua vez, Ilari (2002) também observa que os critérios estabelecidos pela gramática tradicional para explicar esses fenômenos gramaticais são, por vezes, imprecisos e, por isso mesmo, demandam cuidadosa revisão.

O lugar discursivo em que se situa este trabalho reúne diversas influências, razão por que a heterogeneidade e a múltipla dicção talvez ocupem lugar dominante nesta dissertação, em que convivem não só o tom ensaístico do primeiro capítulo, mas também a rigorosidade metodológica e analítica dos últimos. Em que pesem eventuais distâncias teóricas, aqui dialogam tradicionais e funcionalistas, linguistas e gramáticos, menos com o propósito de apontar aporias do que de identificar contribuições, a partir das quais, reconhecendo-se os estudos já desenvolvidos sobre o objeto a que nos dedicamos e admitindo-os como bibliografia fundamental deste trabalho, recorreremos à Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), em cujo âmbito nosso objeto pode ser localizado tanto na matriz de função-ordem quanto na matriz estratificação-instanciação: na primeira matriz, relativa à dimensão gramatical, o Adjunto realiza-se na ordem do grupo e da palavra; na segunda, além de localizar-se no estrato gramatical, situa-se também no estrato semântico-discursivo, dentro do qual se

configura a Unidade de Informação Adverbial (UIA). Uma vez identificado esse endereço semiótico na arquitetura geral do sistema, estabeleceram-se os procedimentos metodológicos para a descrição, encaminhados em duas etapas: (i) metodologia de extração e tratamento de dados (para manipular o CALIBRA a favor das categorias de interesse da pesquisa); (ii) metodologia de análise (para estudar o *corpus* preparado e desenhar o sistema).

Veja-se, com Halliday (1978), que a língua é o sistema mais complexo e o recurso mais elaborado para a produção de significado. Desse modo, ela desempenha um papel central nas relações humanas e na relação com o mundo a nossa volta. Daí que entender a língua como fenômeno de investigação significa analisá-la em si mesma, buscando revelar as relações entre suas partes, voltando-se, assim, para sua organização interna. É nesse sentido que Matthiessen & Halliday (2009) afirmam:

nós usamos a língua para interagir uns com os outros, para estabelecer relações interpessoais e manter a ordem social que as subjaz. Ao empregarmos a língua dessa forma, nós também interpretamos e representamos o mundo para nós mesmos e uns para os outros. Portanto, a língua é uma parte natural do processo de estar vivo; ela é usada para “armazenar” a nossa experiência ao longo da vida, tanto da nossa vida individual quanto da nossa vida coletiva. Entre outras coisas, a língua é ferramenta para representar o conhecimento, ou, em termos da própria língua, é ferramenta para construir significado (MATHIESEN & HALLIDAY, 2009, p. 41).

Com efeito, como parte dos estudos de descrição linguística, este trabalho adota como base de interpretação a teoria sistêmico-funcional, cujo olhar se volta fundamentalmente para a organização interna da língua a partir de sua constituição sistêmica, procurando, todavia, explicar essa organização a partir dos contextos externos à língua que a condicionam, donde se verifica sua constituição funcional. Apesar de serem muitos os estudos que se dedicaram isolada e separadamente tanto ao comportamento funcional do Adjunto quanto ao da vírgula, não há registros na literatura especializada de trabalhos que se voltaram exatamente à virgulação adverbial, objeto com que agora nos ocupamos. Desse modo, apresentam-se os seguintes objetivos:

Objetivos gerais

- Contribuir com os estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto;
- Contribuir com os estudos desenvolvidos no grupo de estudos Multilíngu@;
- Contribuir para a descrição sistêmico-funcional e com os estudos sistêmico-funcionais aplicados ao português brasileiro;
- Promover a identificação e propor uma descrição sistêmico-funcional do Adjunto e da vírgula em português brasileiro.

Objetivos específicos

- Conhecer a literatura gramatical e linguística já construída sobre Adjunto e pontuação em português brasileiro;
- Contribuir para o esclarecimento do papel do Adjunto, do ponto de vista de sua participação na estrutura oracional e no fluxo discursivo;
- Identificar e descrever as ocorrências de virgulação adverbial;
- Conhecer as relações que se estabelecem entre o Adjunto e a vírgula, do ponto de vista de sua constituição metafuncional e de sua participação no fluxo discursivo;
- Conhecer o comportamento semântico e gramatical da Unidade de Informação Adverbial;
- Desenhar o sistema (system network) do Adjunto e da vírgula.

Nesse sentido, interessa-nos conhecer as razões pelas quais o emprego da vírgula acontece em determinadas posições, e não em outras. Afinal,

- ✓ por que se optou por empregá-la (ou não)?;
- ✓ seriam os motivos de seu emprego arbitrários ou facultativos?;
- ✓ seriam as razões de seu emprego articuladas unicamente à pausa e à respiração?;
- ✓ haveria um sistema capaz de justificar a ocorrência das vírgulas em determinadas posições?;
- ✓ como fugir ao imperativo das opiniões pessoais?

Assim, compreendendo-se o Adjunto como uma função estrutural, o trabalho que aqui se apresenta assume a hipótese de que tanto a posição – realização estrutural de uma opção sistêmica – do Adjunto na oração quanto o emprego de vírgula com essa função não sejam facultativos, mas estejam associados a questões relativas à organização oracional e ao fluxo discursivo. Entre outras áreas de interesse, esta investigação é relevante para os estudos da linguística sistêmico-funcional que têm por finalidade descrever os sistemas linguísticos do português brasileiro; além disso, esta pesquisa também revisa a literatura de seus objetos, contemplando desde as perspectivas provenientes da tradição gramatical, passando pela contribuição de diversos estudos funcionalistas, chegando finalmente à descrição sistêmico-funcional do Adjunto virgulado em português brasileiro. Inicialmente, a falta desse percurso na literatura especializada motivou sua elaboração, cujas informações, ao final do trabalho, também foram úteis à análise dos dados.

Quanto à estrutura da dissertação, importa adiantar que o texto se apresenta em quatro capítulos, diretamente relacionados aos problemas, à justificativa e aos objetivos da pesquisa, desta forma distribuídos:

- ✓ Capítulo 1: destina-se à apresentação de ocorrências de pontuação veiculadas na internet e em publicações de popularização da ciência, de modo a que se conheça, mesmo que indiciariamente, a maneira como as prescrições fornecidas pela gramática tradicional chegam ao grande público por meio das mídias digitais. Em seguida, consulta parte da literatura que já se produziu no português brasileiro a respeito de pontuação, em geral, e de vírgula, em particular. Parte-se em princípio da perspectiva tradicional, que compreende a virgulação como fenômeno gramaticalmente motivado, para em seguida acrescentarem-se à discussão outras visões desse fenômeno linguístico, considerando-o uma realização gráfico-visual com implicações não apenas sintáticas, mas também semânticas, discursivas, textuais e enunciativas. Por fim, compreende parte da literatura linguística e gramatical que já se dedicou ao estudo do Adjunto, cujo alcance corresponde a diferentes realizações, tanto na ordem do grupo, com adjuntos adverbiais realizados por locução ou expressão adverbial, quanto na ordem da palavra, com advérbios. Parte-se, mais uma vez, das formulações de gramáticos cujos trabalhos filiam-se à tradição para, em seguida, se conhecerem as contribuições de estudiosos alinhados ao funcionalismo;
- ✓ Capítulo 2: aborda não só a maneira como a teoria sistêmico-funcional compreende tanto a gramática quanto a descrição linguística, mas também todo o procedimento metodológico, marcado sobretudo pelas seguintes etapas: 1) busca automática das realizações estruturais das funções gramaticais de interesse da pesquisa; 2) análise semiautomática das linhas de concordância resultantes da busca automática, cuja exposição também se faz em duas partes: a) extração e tratamento de dados; b) metodologia de análise;
- ✓ Capítulo 3: descreve e analisa os dados a partir de três tópicos principais: Unidade de Informação Adverbial (UIA), Adjunto e Virgulação;
- ✓ Capítulo 4: retoma os principais resultados do trabalho, identifica os impactos da investigação e aponta para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Este capítulo destina-se à apresentação de ocorrências de pontuação veiculadas na internet e em publicações de popularização da ciência, de modo a que se conheça, mesmo que indiciariamente, a maneira como as prescrições fornecidas pela gramática tradicional chegam ao grande público por meio das mídias digitais. Em seguida, consulta parte da literatura que já se produziu no português brasileiro a respeito de pontuação, em geral, e de vírgula, em particular. Parte-se da perspectiva tradicional, que compreende a virgulação como fenômeno gramaticalmente motivado, para em seguida acrescerem-se à discussão outras visões desse fenômeno linguístico, considerando-o uma realização gráfico-visual com implicações não apenas sintáticas, mas também semânticas, discursivas, textuais e enunciativas. Por fim, o capítulo ainda compreende parte da literatura linguística e gramatical que já se dedicou ao estudo do Adjunto, cujo alcance corresponde a diferentes realizações, tanto na ordem do grupo, com adjuntos adverbiais realizados por locução ou expressão adverbial, quanto na ordem da palavra, com advérbios. Parte-se, mais uma vez, das formulações de gramáticos cujos trabalhos filiam-se à tradição para, em seguida, conhecerem-se as contribuições de estudiosos alinhados ao funcionalismo.

1.1 DE ESCRITORES A INTERNAUTAS: A VÍRGULA NO MEIO DE NÓS

A vírgula pode ser o vírus que infecciona o pensamento.

Millôr Fernandes

O estudo dos sinais de pontuação já mobilizou diversos pesquisadores, de gramáticos a linguistas, alinhados às mais diferentes teorias. Esse mesmo fenômeno da linguagem escrita movimentou não só a reflexão acadêmica, mas também o mercado editorial de livros especializados, haja vista o número expressivo de publicações disponíveis no setor de língua portuguesa em pequenas e grandes livrarias. Mesmo na internet – ambiente em que, atualmente, tudo se negocia, se ensina e se aprende – multiplicam-se as videoaulas que prometem atender às demandas que os usuários têm relativamente à pontuação: no Youtube,

por exemplo, videoaulas sobre pontuação alcançam tantas visualizações quanto o ibope da Globo: em menos de um ano, uma única publicação a respeito do uso de vírgula já havia sido assistida 122.599 vezes! Ainda hoje, em vestibulares, em concursos públicos e em quaisquer outros processos seletivos que exigem conhecimentos formais da linguagem escrita, renovam-se as questões que, de alguma forma, envolvem o emprego desses sinais – entre os quais, sem dúvida, a vírgula protagoniza não só os interesses, mas também as incertezas de milhões de candidatos. Fato é que falantes e escritores do português brasileiro assemelham-se neste aspecto: em muitos momentos em que se dedicaram à escrita, foram (e ainda somos) acometidos por muitas dúvidas com relação ao emprego dessas marcas gráfico-visuais.

Em matéria de pontuação, tem-se a impressão de que, às vezes, a escolha de um ou de outro sinal é questão de preferência pessoal. Atento a isso, Emílio Fraia (2014) fez o recenseamento das idiossincrasias de alguns escritores brasileiros:

uma das manias da poeta Alice Sant’Anna é não colocar ponto final no fim do verso, nem vírgula. “Esse espaço em branco cria leituras ambíguas, coisa que a prosa não pode fazer, porque precisa preencher a linha toda, correr até o fim da margem”, diz. “Por gostar tanto de pontuação, uso tão pouco nos poemas.” Daniel Galera costuma usar menos vírgulas do que a maioria dos seus pares. “Meu estilo suprime certas vírgulas obrigatórias naturalmente, pra ajustar o texto à dicção que procuro alcançar. Algumas vírgulas me parecem mais acidentes de leitura do que recursos para auxiliar a compreensão e o ritmo.” E o poeta Fabrício Corsaletti tergiversou e citou o travessão. “Olha, uso muito o travessão. É difícil eu escrever uma crônica ou um poema sem um travessão pelo menos. O travessão isola a frase, cria uma independência para ela. O Alberto Martins [escritor, autor de *A história dos ossos*] diz que ele é o sinal mais primitivo da língua. Como se fosse um traço de um homem das cavernas na pedra, feito com carvão.” Além disso, não devemos esquecer que é possível percorrer páginas e páginas dos romances de Cormac McCarthy sem esbarrar numa única vírgula sequer. Leitora atenta de McCarthy, a apresentadora Oprah Winfrey disse ter visto poucas vírgulas e “um dois pontos uma única vez”. Mas nunca um ponto e vírgula. Ao que McCarthy assentiu: “Ponto e vírgula não” (FRAIA, 2014).

Talvez seja por isso que Mark Twain (2005) tenha dito – mesmo que em língua estrangeira – que “o dois-pontos de um homem constitui a vírgula do outro” (TWIN, 2005, p. 77). Há ainda os que defendem que dois terços da pontuação sejam regidos pela regra, e um terço pelo gosto pessoal. O que se verifica desse conjunto de impressões é que não é de hoje que o emprego dos sinais de pontuação promove debates e mobiliza opiniões. Em 1912, por exemplo, um item do *Manifesto técnico da literatura futurista*, de Marinetti (2012), tratava do assunto da seguinte maneira:

6) Abolir também a pontuação. Estando supressos os adjetivos, os advérbios e as conjunções, a pontuação está naturalmente anulada na continuidade vária de um estilo vivo, que se cria por si, sem as paradas absurdas das vírgulas e dos pontos. Para acentuar certos movimentos e indicar as suas direções, se empregarão os sinais da matemática: + - X : > < e os sinais musicais. (MARINETTI apud TELES, 2012, p. 123)

Ernest Hemingway (2005), por sua vez, de certo divergiria do italiano. O norte-americano diz assim:

minha opinião sobre a pontuação é a de que ela deve ser a mais convencional possível. O jogo de golfe sofreria uma perda significativa se em seu campo fossem permitidos tacos de polo e de bilhar. Precisamos demonstrar que somos bem melhores que os outros no uso das ferramentas habituais antes de tomar a liberdade de introduzir nossas próprias melhorias. (HEMINGWAY, 2005, p. 159).

Para além do domínio literário e da opinião de alguns de seus representantes, outras áreas poderiam ser mobilizadas a fim de que se verificasse o modo como lidam com os recursos da escrita – o próprio ensino dos sinais de pontuação, por exemplo, já motivou diversas investigações, sobre as quais ainda haveremos de falar, logo adiante. Todavia, como contraponto ao emprego da pontuação no âmbito da literatura, interessa-nos conhecer o uso desses sinais na internet, particularmente nas redes sociais, onde também é veiculado um sem-número de publicações envolvendo assuntos de pontuação. A seguir, estas aqui, da coleção pessoal do autor, figuram como uma pequena amostra de um conjunto evidentemente muito maior.

O poder da vírgula

<p>A vírgula pode ser uma pausa; ou não:</p> <p>Não, pare! Não pare!</p> <p>Ela pode sumir com o seu dinheiro:</p> <p>R\$ 38,4 R\$ 3,84</p> <p>Ela pode criar heróis:</p> <p>Isso só, ele resolve. Isso só ele resolve.</p> <p>E vilões:</p> <p>Esse juiz é corrupto. Esse, juiz, é corrupto.</p> <p>Pode mudar sua preferência:</p> <p>Paixões: Comer, meus amigos. Paixões: Comer meus amigos.</p>	<p>Ela pode ser a solução:</p> <p>Não há outra chance! Não, há outra chance!</p> <p>A vírgula muda o seu posicionamento:</p> <p>Não pensarei no assunto. Não, pensarei no assunto.</p> <p>Seus argumentos:</p> <p>Eu não tava bêbado! Eu não, tava bêbado!</p> <p>E sua opinião:</p> <p>"Se o homem soubesse o valor que tem a mulher andaria de quatro à sua procura!"</p> <p>* Se você é homem, colocou uma vírgula depois de "tem". * Se você é mulher, colocou uma vírgula depois de "mulher".</p>
---	--

Viu? Uma simples vírgula tem poder.

FIGURA 2.1 – O poder da vírgula

A IMPORTÂNCIA DA VÍRGULA

É PRECISO VOLTAR AO REGIME, MILITAR !



FIGURA 1.2 – A importância da vírgula



FIGURA 1.3 – Foi um mal-entendido, entendeu?



FIGURA 1.4 – Aula de Português



FIGURA 1.5 – Eu bebo mais não Caio



FIGURA 1.6 – Não importa quem você é



FIGURA 1.7 – Coma gente

VEM, GENTE!

JUL 17 Marcha pelo uso da vírgula em vocativos

Público · Organizado por Jessica Bonillo

Comparecerá + Convidar ...

Sexta, 17 de julho às 22:00

Né, gente?!

PUBLICAÇÕES

Escrever publicação Adicionar foto/vídeo Fazer uma pergunta

Escreva algo...

Luiza, Lucas e outros 8 amigos confirmaram presença

31 mil comparecerá talvez 15 1,3 mil convidados

FIGURA 1.8 – Vem, gente!

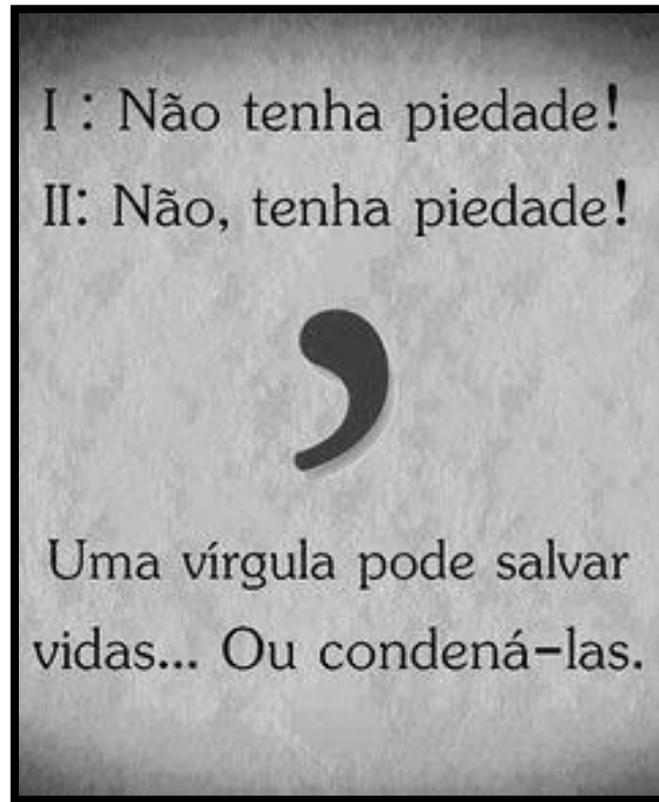


FIGURA 1.9 – Não tenha piedade



FIGURA 1.10 – Voltemos ao evangelho



FIGURA 1.11 – Time Brasil



FIGURA 1.12 – Um dia a gente aprende a dar



FIGURA 1.13 – Respeite o pedestre

Mulher não paga multa por falta de uma vírgula

Andrea Cammelleri venceu um processo em tribunal por faltar uma vírgula no ticket de estacionamento, o que fazia alterar o sentido da lei aplicada

4 de Julho às 11:32 Redação / AMS

FIGURA 1.14 – Mulher não paga multa

Paralelamente a esses conteúdos que se multiplicam diariamente na internet, destacam-se sites e blogs que tratam de pontuação e que, de alguma forma, mesmo que parcialmente, veiculam as prescrições fornecidas pelas gramáticas normativas. Entre outros casos, vejam-se estes:



Aprenda definitivamente a usar a vírgula com 4 regras simples

FIGURA 1.15 – Bem Blogado

1. Use a vírgula para separar elementos que você poderia listar

Veja esta frase:

João Maria Ricardo Pedro e Augusto foram almoçar.

Note que os nomes das pessoas poderiam ser separados em uma lista:

FIGURA 1.16 – Use a vírgula (1)

2. Use a vírgula para separar explicações que estão no meio da frase

Explicações que interrompem a frase são *mudanças de pensamento* e devem ser separadas por vírgula. Exemplos:

Mário, o moço que traz o pão, não veio hoje.

FIGURA 1.17 – Use a vírgula (2)

3. Use a vírgula para separar o lugar, o tempo ou o modo que vier no início da frase.

Quando um tipo específico de expressão — aquela que indica tempo, lugar, modo e outros — iniciar a frase, usa-se vírgula. Em outras palavras, separa-se o **adjunto adverbial** antecipado. Exemplos:

Lá fora, o sol está de rachar!

“Lá fora” é uma expressão que indica “lugar”. Um adjunto adverbial de lugar.

FIGURA 1.18 – Use a vírgula (3)

4. Use a vírgula para separar orações independentes

Orações independentes são aquelas que têm sentido, mesmo estando fora do texto. Nós já vimos um tipo dessas, que são as orações coordenadas assindéticas, mas também há outros casos. Vamos ver os exemplos:

*Acendeu um cigarro, cruzou as pernas, estalou as unhas, demorou o olhar em Mana Maria.
(A. de Alcântara Machado)*

Nesse exemplo, cada vírgula separa uma oração independente. Elas são coordenadas assindéticas.

FIGURA 1.19 – Use a vírgula (4)



WIKIPÉDIA
A enciclopédia livre

Página principal
Conteúdo destacado
Eventos atuais
Esplanada
Página aleatória
Portais
Informar um erro

Colaboração
Boas-vindas
Ajuda
Página de testes

Artigo **Discussão**

Vírgula

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Esta página ou secção **cita fontes confiáveis** (2015). Por favor, adicione mais referências e insira fontes confiáveis e não de fontes removidas para melhorar a qualidade da informação. —*Encontre fontes:* Google (notícias, livros e acadêmico)

A **vírgula** é um sinal de pontuação, que exerce 3 funções básicas^[1]:

- Marcar as pausas e as inflexões da voz na leitura;
- Enfatizar e/ou separar expressões e orações;
- Esclarecer o significado da frase, afastando qualquer ambiguidade.

FIGURA 1.20 – Wikipédia (1)

Uso [editar | editar código-fonte]

A utilização da vírgula não obedece as regras absolutas (existem casos controversos entre os gramáticos), pelo que as regras expostas são um apanhado do que o uso geral vem sancionando^[1]:

- para separar as coordenadas sindéticas conclusivas (logo, pois, portanto). O pois com valor conclusivo (portanto) deve geralmente vir entre vírgulas. (Ex.: Não era alfabetizado, logo, não podia ter carta de habilitação.^[necessário esclarecer])
- para separar as coordenadas sindéticas explicativas (Ex.: Não fale assim porque estamos ouvindo você.^[necessário esclarecer]).
- para separar as adverbiais reduzidas e as adverbiais antepostas ou intercaladas na principal.^[necessário esclarecer]
- para separar as orações consecutivas.
- isolar as subordinadas adjetivas explicativas. As restritivas, geralmente não se separam por vírgula. Podem terminar por vírgula em casos de ter certa extensão ou quando os verbos se sucedem. Entretanto nunca devem começar por vírgula. (Ex.: O rapaz, que tinha o passo firme, resolveu o problema / O aluno que estuda, aprende).
- usa-se quando vier em polissíndeto (Ex.: Fala, resmungo, chora e pede socorro)^[necessário esclarecer].
- a vírgula separa elementos com a mesma função sintática (exceto se estiverem ligados pela conjunção e). (Ex.: O João, o Antônio, a Maria e o Joaquim foram passear / Comprei um livro e um caderno / Fui ao supermercado e à farmácia)
- pode-se usar a vírgula se os sujeitos forem diferentes (Ex.: Eles explicam seus pontos de vista, e a imprensa deturpa-os.)
- se assumir outros valores que não o aditivo, cabe o emprego de vírgula (Ex.: Responderam à mãe, e não foram repreendidos (adversidade))
- Quando o "pois" é explicativo e equivale a "porque", a vírgula fica antes. (Ex.: João não foi a escola, pois estava doente.)
- Quando o "pois" é conclusivo e equivale a "portanto", a vírgula fica antes e depois. (Ex.: A seleção brasileira venceu as eliminatórias sul-americanas. O Brasil é, pois, um dos favoritos a ganhar a copa.)

FIGURA 1.21 – Wikipédia (2)

Em primeiro lugar, interessa perceber que, no caso da Wikipédia, essas três “funções básicas” da vírgula sumarizam, em grande medida, o legado das gramáticas escolares, cujos conteúdos formam uma réplica em miniatura das formulações veiculadas pela Gramática Tradicional (GT). Voltam aqui à discussão categorias como “pausa” e “ênfase”, reduzindo-se as funções da vírgula unicamente à reprodução das “inflexões da voz na leitura”. Note-se que, além dos aspectos entonacionais ligados à pausa, atribui-se à vírgula o papel de enfatizar

unidades de informação. Por fim, mas não menos importante, a vírgula, segundo a enciclopédia virtual, ainda seria responsável por esclarecer o significado da frase, “afastando qualquer ambiguidade”. À justa e previsível objeção de que Wikipédia não é fonte que se preze, importa considerar, todavia, que, por sua natureza colaborativa, ela é capaz de fornecer um retrato contemporâneo de uma determinada opinião dominante entre os usuários da língua. De modo geral, acumulam-se paráfrases mais ou menos benfeitas daquilo que já se conhece da tradição. Entretanto, para além do estudo individual de todas essas prescrições (cuja análise já nos demandaria um trabalho à parte), o que nos chama a atenção é a etiqueta “necessário esclarecer” que acompanha alguns itens da lista. De certo modo, este trabalho também contribui para isso.

Por fim, ainda na esfera dos textos virtuais, leia-se este e-mail:

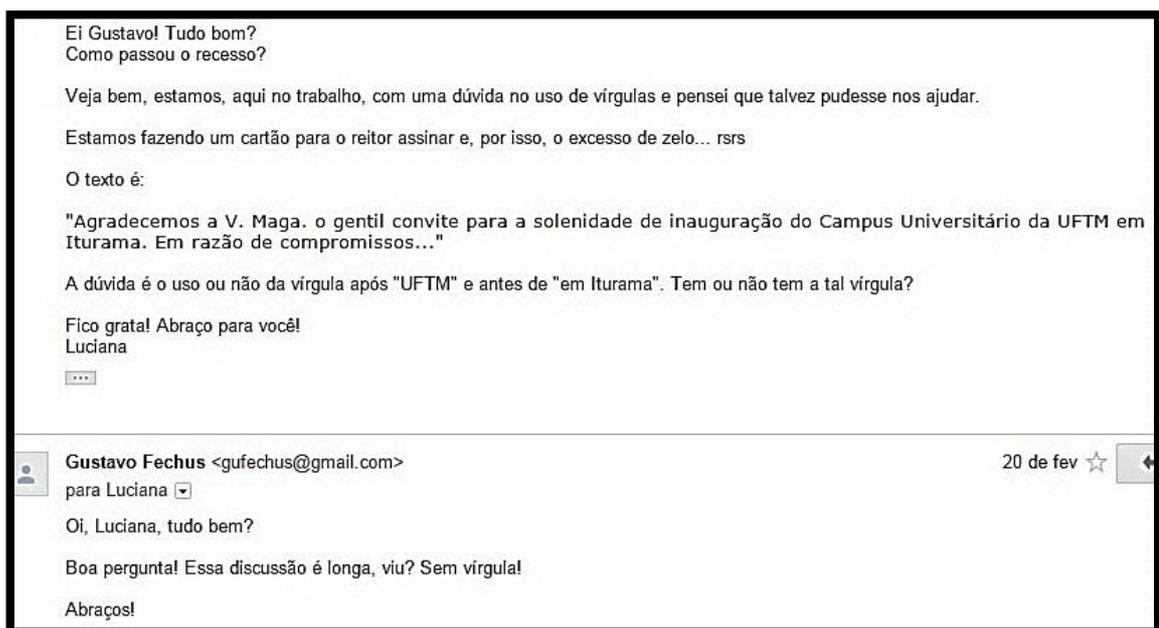


FIGURA 1.22 – E-mail

Agora, depois de concluída esta dissertação, devo encaminhá-la à Luciana.

1.2 DE GRAMÁTICOS A LINGUISTAS: A VÍRGULA NO MEIO DE VÓS

A partir de agora, consulta-se parte da literatura que já se produziu em português brasileiro a respeito de pontuação, em geral, e de vírgula, em particular. Parte-se, aqui, da perspectiva tradicional, que compreende a virgulação como fenômeno gramaticalmente motivado; em seguida, acrescentam-se à discussão outras visões desse fenômeno linguístico, considerando-o uma realização gráfico-visual com implicações não apenas sintáticas, mas também semânticas, discursivas, textuais e enunciativas. Nesta etapa, analisam-se dois autores de importante representação para os estudos sobre pontuação: Celso Pedro Luft (1998), cuja presença se justifica pelo fato de seu trabalho veicular boa parte das perspectivas assumidas pelos gramáticos alinhados à tradição; e Lourenço Chacon (1998), cuja presença se justifica pelo fato de, em sua obra, apresentarem-se diferentes abordagens sobre o fenômeno a que nos dedicamos.

1.2.1 *A Vírgula*, de Celso Pedro Luft (1998)

A apresentação do livro de Pedro Celso Luft (1998), bibliografia já consagrada em assuntos de pontuação do português brasileiro, é feita por Evanildo Bechara (1998), gramático igualmente obrigatório na seara das discussões gramaticais em língua portuguesa. Este diz daquele, logo nas primeiras linhas:

insiste o Autor em combater a ideia, muito divulgada, de que pontuação é problema de ouvido, que assinala a pausa e, por isso, dispensa ao escritor os conhecimentos rudimentares de gramática. Bem sabe que ouvido e gramática estão aqui unidos como dois braços de um abraço; mas o excessivo privilegiamento que se concede à pausa sobre as relações sintáticas que os termos da frase mantêm entre si, constantemente leva a pessoa a cometer enganos grosseiros no uso da vírgula, muitas vezes com resultados desastrosos na comunicação adequada da mensagem. (...) Fica a boa tradição da língua portuguesa a dever-lhe mais esta lição. (BECHARA, 1998, p. 5).

Lições e abraços à parte, é flagrante, em primeiro lugar, o posicionamento sociolinguístico assumido pelos autores (objeto de que, ao menos neste momento, não nos ocuparemos aqui, muito embora essa perspectiva tenha sérias implicações sobre escolhas teóricas e metodológicas); em segundo, destaca o apresentador outro aspecto central da obra apresentada: a relação, reiteradamente controversa, entre vírgula e pausa – herança de certa tradição gramatical cujas explicações para os fenômenos da pontuação apoiavam-se nas

pausas. Cláudio Moreno (2011) lembra-nos de que a pontuação baseada nas pausas vem da Idade Média, quando a leitura silenciosa ainda não era um hábito ocidental e, portanto, todos liam em voz alta – ocasião em que a pontuação servia justamente para marcar pausas e entonações. Tanto é, conta-nos Moreno (2011), que, em 1737, Benjamin Martin, em seu tratado *Bibliotheca Technologica*, tenta ingenuamente fixar a duração dessas pausas: “a pausa da vírgula dura o tempo que você leva para dizer **um**; a do ponto-e-vírgula dura o tempo de contar até **dois**; a do dois-pontos, o tempo de contar até **três**; e a do ponto final, o tempo que você leva para contar até **quatro**” (MORENO, 2011, versão e-book). Outras propostas igualmente anedóticas também já foram aventadas, como aquela defendida por Bueno (1958), para quem a reciprocidade entre respiração e pontuação é tamanha que “a maneira de pontuar varia em cada pessoa segundo os seus hábitos respiratórios e até do (*sic*) tamanho e vitalidade de seus pulmões” (BUENO, 1958, p. 107); ou mesmo a ideia apadrinhada pelo norte-americano Lukeman (2011), que estuda pontuação a partir das perspectivas estilística e literária, para quem a vírgula realmente serve para dar pausa: “para isso é que se criou a vírgula”, afirma: “a vírgula permite que o leitor tome fôlego (como faria se estivesse lendo em voz alta), além de impedir que uma frase longa seja lida como fluxo de consciência. (...) Divisora e conectiva, a vírgula é esquizofrênica” (LUKEMAN, 2011, p. 39).

Como se vê, conquanto não seja exclusividade nem pioneirismo de Luft (1998) o empreendimento da reflexão acerca desse sinal de pontuação, dedica-se o autor, em grande parte de sua pesquisa, a esclarecer as motivações da relação entre vírgula e pausa. *A Vírgula*, então, começa assim:

A nossa pontuação – a pontuação em língua portuguesa – **obedece a critérios sintáticos, e não prosódicos**. Sempre é importante lembrar isso a todos aqueles que escrevem, para que se previnam contra bisonhas vírgulas de ouvido. Ensinam as gramáticas que cada vírgula corresponde a uma pausa mas que nem a toda pausa corresponde uma vírgula. Mais acertado é ensinar que **nem a toda pausa corresponde uma vírgula, nem a toda vírgula corresponde uma pausa**. (LUFT, 1998, p. 7, grifos do autor).

Categórico e inegociável – segundo comprovam tanto suas assertivas quanto um nada inofensivo “bisonhas” –, o ponto de vista de Luft (1998) parece reconhecer como “nossa” apenas a pontuação praticada entre seus pares (“todos aqueles que escrevem”, portanto, não são exatamente todos aqueles que escrevem), visto que, para além do recorte de sua própria realidade linguística, parcial e microcós mica pela própria natureza, há *corpora* cujos dados apresentam vírgula com motivação prosódica, e não sintática, conforme haveremos de verificar em seção oportuna. Mário Perini (2006), quando da exposição de suas regras

descritivas, comenta que respirar oxigênio, assim como dizer *os livro*, não é “certo” nem “errado” – é um fato, e como tal não pode ser questionado. “Não é relevante para nós”, afirma, “que algumas pessoas não gostem desse fato. Eu, por exemplo, não gosto que os cachorros babem, mas eles babam. Paciência!” (PERINI, 2006, p. 71). A algo, aqui, que aproxima vírgula e baba: o fato de serem, ambas, fatos *linguísticos* contra os quais não se pode lutar, senão compreender. Evidente que não se deve perder de vista nem os propósitos assumidos por um trabalho nem as especificidades de um determinado *corpus*; todavia, de modo geral, a gramática tradicional e seus representantes, ancorados em grande parte na tábua de salvação do jornalismo e da literatura, têm se furtado de tratar a língua em contextos de cultura mais variados, restringindo-se tão somente à observação conveniente das regularidades por vezes higiênicas oferecidas pelo já distante século XIX. Daí que afirmações como esta – “a nossa virgulação é de base sintática, e não separa o que é sintaticamente ligado” (LUFT, 1998, p. 8) – devem ser compreendidas em seu devido ambiente linguístico, específico e localizado, excetuando-se, com justiça, um sem-número de realizações motivadas por critérios que não se fixam às categorias pleiteadas pelo autor.

Vamos adiante, ainda com Luft (1998), que, ao arrolar as regras para o emprego da vírgula, estabelece que toda frase pode apresentar quatro casas:

- casa 1 – sujeito;
- casa 2 – verbo;
- casa 3 – complementos;
- casa 4 – as circunstâncias (tempo, lugar, modo e outras¹).

Ao explicar essas casas relativamente às suas implicações com os sinais de pontuação, o autor afirma que “a casa 4, sobretudo nas frases longas, pode ser separada por vírgula.” (LUFT, 1998, p. 14). Cunha e Cintra (2001), de modo muito semelhante, também afirmam que “quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula”. (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 646). Tema e variação da mesmíssima compreensão, tanto estes quanto aquele são precisos em suas imprecisões: a uma, porque “curto” e “longo” não são medidas gramaticais; a duas, porque “pode ser” e “costuma-se” não dão conta de explicar sintaticamente um fenômeno linguístico. Aos que pretendem

¹ Lembremo-nos mais uma vez de Perini (2006), a propósito dos elementos de natureza adverbial, quando afirma que, depois de listarem exemplos como “finalidade”, “dúvida” e “intensidade”, os gramáticos terminam com um “etc.” (no nosso caso, com um equivalente: “outras”). “Essa multiplicidade semântica, um tanto fora de controle, é típica dos elementos adverbiais da oração – não porque eles sejam mesmo semanticamente indefinidos, mas porque não foram ainda devidamente estudados.” (PERINI, 2006, p. 118). A descrição da função Adjunto, por nós aqui empreendida, propõe justamente dar continuidade a essa discussão.

encerrar o debate e exaurir a discussão – como, em geral, desejam os normativos –, a regra, afinal, tem efeito contrário: põe mais lenha na fogueira.

Lenha e fogueira, a propósito, parecem ser artefatos comuns a um Luft muito afeito à polêmica, sobretudo quando, sem reservas nem ressalvas, dispara: o ensino específico da língua trata do uso das letras, das palavras, das frases, da concordância... e (omitindo outras especificidades) dos sinais de pontuação. “A mania, agora, é o ensino da ‘comunicação’. Ora, professor de Português deve ensinar as regras da língua portuguesa.”² (LUFT, 1998, p. 19). Regras, afinal, relativizadas pelo próprio autor, que, ao tratar de outras ocorrências adverbiais, concede: “Uma só vírgula? Talvez em textos onde o ritmo tenha especial importância; na poesia, por exemplo”. Depois conclui, entre radicalismo e vagueza: “Nos textos racionais, comuns, de caráter informativo, viva a razão: pontuação racional.” (LUFT, 1998, p. 33). (Embora fosse útil, não é hora nem lugar para se definir o conceito de razão: a César o que é de Kant.)

Certo é que, em meio a arestas e excessos, não se pode negar a Luft (1998) o mérito de ter reunido em livro discussões procedentes quanto à virgulação do português brasileiro. Também é verdade que, hoje, a obra talvez já nos pareça datada, seja pela repetição pouco inovadora do que a tradição já havia sedimentado, seja pela postura prescritiva, pouco dialética, assumida pelo autor.

1.2.2 *Ritmo da Escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem, de Lourenço Chacon (1998)*

Lourenço Chacon (1998) dedica parte de sua obra ao estudo das relações que se estabelecem entre o ritmo da escrita e os sinais de pontuação. O levantamento realizado no terceiro capítulo, “Aspectos rítmicos da pontuação”, destaca diferentes contribuições apresentadas por vários autores, entre os quais se encontra Perrot (1980, p. 67), para quem a pontuação pertence ao escrito e não ao oral, visto que, segundo sua afirmação, um sinal de pontuação, matéria gráfico-visual, não se pronuncia; além disso, entre as múltiplas práticas de linguagem, somente naquelas que contam com a participação da escrita é que essas marcas vão figurar. Ao contrário do que postula boa parte dos gramáticos filiados à tradição – cuja compreensão das motivações da vírgula restringe-se a causas gramaticais –, Perrot (1980)

² Peguei emprestada uma edição de *A Vírgula* na biblioteca do ICHS/UFOP. Nesse trecho do livro, um outro leitor, anterior a mim, havia escrito a lápis, no canto da página: “morri”. Luft, de fato, deve ter sido responsável por alguns funerais.

defende que, diferentemente das letras, os sinais de pontuação não são o que se poderia chamar de representantes gráficos de certas propriedades da cadeia falada, já que sua função delimitativa abrange não apenas a dimensão fônica das estruturas delimitadas por eles, mas também a dimensão semântica dessas estruturas. Sublinhe-se que, ao tocar na questão semântica, implicada na realidade da pontuação, dá-se um importante passo em direção ao esclarecimento do desempenho desses sinais – aspecto do qual trataremos mais adiante. Chacon (1998), então, acrescenta:

Os sinais de pontuação são, pois, marcas privilegiadas de observação do ritmo da escrita: são, por natureza, marcas *gráficas* e, por isso, ocorrem exclusivamente nas práticas de linguagem que contam com a participação da escrita; são marcas *linguísticas*, já que cumprem papel delimitativo de unidades estruturais da modalidade escrita da linguagem. (CHACON, 1998, p. 89).

O autor também destaca que, às vezes, sinais diferentes cumprem uma mesma função, caso em que uma mesma estrutura poderia ser delimitada por diferentes classes de sinais. Tanto é que, ao examinarem-se dois gramáticos, Cunha (1986) observa que “às vezes se colocam entre vírgulas elementos que deveriam vir entre parênteses” (CUNHA, 1986, p. 615); e, ao abordar o emprego do travessão, Cunha (1986) ainda explica que esse sinal pode isolar palavras ou frases, caso em que desempenha função análoga à dos parênteses. Sacconi (s/d), por sua vez, ao tratar dos usos do ponto de exclamação, destaca que esse sinal é usado “para substituir a vírgula num vocativo enfático” (SACCONI, s/d, p. 347). Por tudo isso, Chacon (1998) define que não há relação direta entre um sinal de pontuação e um único tipo de função a ele associada. Para o autor, “os diferentes fatos envolvidos no emprego da pontuação demonstram que sua utilização é – se se pode dizer assim – polissêmica”. (CHACON, 1998, p. 90).

Como se vê, o projeto de Chacon (1998) é este: estudar o ritmo na linguagem a partir da utilização, na escrita, de marcas gráficas de pontuação. Para tanto, o autor segue seu trabalho reunindo comentários de diversos estudiosos que já se debruçaram sobre o tema, a fim de conhecer de que modo toda essa literatura compreende a presença do ritmo nas discussões sobre (e nas recomendações para) o emprego dos sinais de pontuação – aspecto que, nesse particular, aproxima os interesses de Chacon (1998) aos de nossa investigação. O autor, então, em um primeiro momento, levanta uma série de considerações que percebe o ritmo da linguagem escrita – e, conseqüentemente, o emprego dos sinais de pontuação – como tentativa de reprodução da linguagem falada; na sequência, e como contraponto, passa a

considerar outro conjunto de estudiosos que, dessa vez, dedica-se aos aspectos do ritmo mais diretamente ligados a características da organização da linguagem em sua expressão escrita, o que confirmaria a hipótese de que a escrita teria um ritmo que lhe seria próprio.

Entre os autores do primeiro grupo (aqueles que defendem o desempenho dos sinais de pontuação na linguagem escrita como representação direta da linguagem falada), destaca-se a perspectiva apresentada por Kury (1982), para quem, “na tentativa de reproduzir as pausas, as cadências, o ritmo, a entonação da linguagem falada, utiliza a escrita certos sinais de pontuação”. (KURY, 1982, p. 65). Segundo essa percepção, os sinais de pontuação marcariam na escrita o ritmo que os enunciados ou textos pontuados teriam se fossem efetivamente falados. Trata-se de recuperar (e demarcar) na escrita aspectos rítmicos que são vistos como mais característicos da oralidade; trata-se, portanto, da tentativa de transposição para a escrita do ritmo da oralidade – como se, afinal, houvesse linha direta entre as linguagens oral e escrita, relativamente à reprodução rítmica por meio dos sinais de pontuação. Chacon (1998) avalia que, embora seja muito rudimentar a representação que os sinais de pontuação fazem das inúmeras possibilidades pelas quais a entonação veicula as emoções do falante, “tal recuperação se deve (...) à íntima relação entre escrita e oralidade, e à sensibilidade do escrevente, em seu processo de escrita, aos aspectos motores não só dessa atividade como também daquela que lhe serve como referência imediata: a oralidade.” (CHACON, 1998, p. 95). Não se pode perder de vista, para corroborar essa ideia, a opinião de Lorenceau (1980), para quem a pontuação tradicionalmente funcionou como um auxílio “àquele que lê em voz alta”, dado que a pontuação, ainda segundo a autora, é “baseada no oral, no ritmo da voz, já que ritmada pelo sopro da voz” (LORENCEAU, 1980, p. 50).

Toda essa discussão, afinal, tem lastro, visto não serem poucos os manuais de Língua Portuguesa que, ao tratarem de virgulação, especificamente, e de pontuação, de maneira geral, se utilizam não só da noção de *pausa*, mas também da de *respiração*: “põe vírgula quando respira”, por exemplo, parece já fazer parte do Inconsciente Linguístico Coletivo de falantes e escritores do português brasileiro. Até mesmo a dimensão fisiológica já foi objeto de especulação de alguns autores, entre os quais constam os apontamentos de Catach (1980), que defende a ideia de que “cada escritor tem sua pontuação, onde se pode encontrar sua respiração” (CATACH, 1980, p. 4); ou mesmo as considerações de Bueno (1958), segundo quem a reciprocidade entre respiração e pontuação é tamanha que “a maneira de pontuar varia em cada pessoa segundo os seus hábitos respiratórios e até do tamanho e vitalidade dos seus pulmões” (BUENO, 1958, p. 107) – perspectiva que inclusive lhe permitiu associar excesso de vírgulas a dificuldades no aparelho respiratório.

Em meio a pausas e respirações, há ainda que se destacar outra dupla: a *ênfase* e o *realce*. Assumidas por boa parte da literatura especializada, noções dessa natureza, todavia, apenas colaboram para a ampliação do limbo bibliográfico em que gravitam tentativas de compreensão, nem sempre bem-sucedidas, de fenômenos linguísticos. Sem evidências gramaticais que as justifiquem, ênfase e realce (na melhor das hipóteses, categorias semântico-discursivas) estão, por assim dizer, nos olhos de quem lê – motivo pelo qual é tão difícil adotá-las como parâmetros razoáveis para a compreensão dos fatos linguísticos imbricados na virgulação. Chacon (1998) também observa essa tendência entre os gramáticos, o que o levou a afirmar, entre parênteses, que “uma das estruturas que mais frequentemente se recomenda pontuar é aquela que, segundo vários estudiosos, denota algum tipo de ênfase (*embora quase nunca se especifique de que natureza seria essa ênfase*)” (CHACON, 1998, p. 97, grifo nosso). Entre muitos exemplos possíveis, vejam-se apenas estes, amostras suficientes dessa perspectiva: Olívia (1982) recomenda o emprego de vírgulas para “realçar a circunstância” (OLÍVIA, 1982, p. 31); Cunha e Cintra (2001) apontam que “quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los.” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 646); e Azeredo (2011) confirma: “pode-se separar ou isolar por vírgula o adjunto adverbial na sua ordem natural, quando se quer realçá-lo” (AZEREDO, 2011, p 521).³

Prova definitiva da popularidade da ênfase, até o corretor ortográfico do Word fala dela:

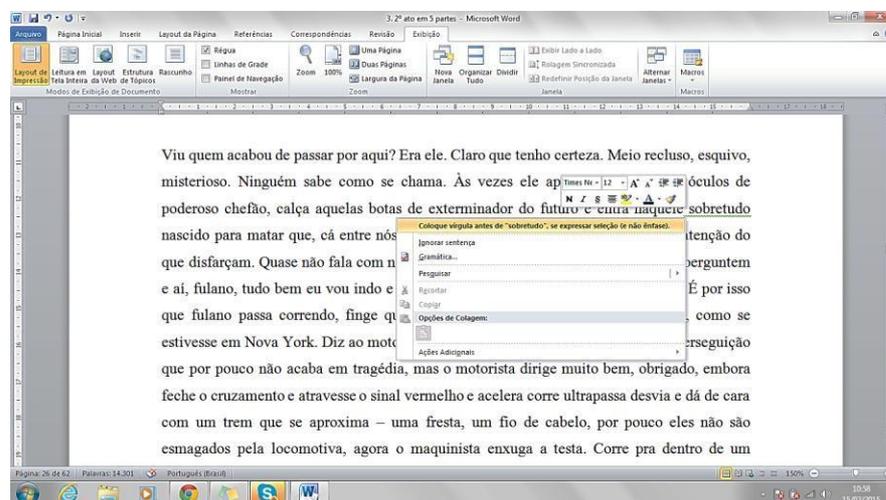


FIGURA 1.2.1 – Microsoft Word: “coloque vírgula antes de ‘sobretudo’, se expressar seleção (e não ênfase)”.

³ Quando do tratamento do advérbio, Cegalla (2008), embora não arrolado por Chacon (1998), também aponta: “por ênfase, repete-se às vezes o sufixo: ‘E os tesouros apareceram fabulosamente, opulentamente, deslumbrantemente...’ (CAGALLA, 2008, p. 383).

E, como vimos, a Wikipédia também:



FIGURA 1.2.2 – Wikipédia (3)

Sobre esse mesmo aspecto, ainda para Cunha (1986), o uso de ponto-e-vírgula antes de conjunções adversativas e de conclusivas atribui um “tom enfático” a esse tipo de conjunção. A ênfase é também o que leva Poças e Athanasio (1973) a aconselharem o emprego de vírgulas quando se quer “substituir, com intenção enfática, o verbo nas elipses de fácil compreensão” (POÇAS & ATHANASIO, 1973, p. 24). Chacon (1998), por sua vez, considera que o emprego do ponto-e-vírgula em contextos nos quais se poderia utilizar a vírgula ou o emprego da vírgula em contextos nos quais ela talvez fosse dispensável traz à cena a intensificação do contraste rítmico que se estabelece entre os conteúdos das orações ou entre os conteúdos das suas partes; para ele, “o que os gramáticos definem, pois, nesses casos, como *ênfase* nada mais é do que a apreensão que eles têm do *efeito* dessa alternância rítmica intensificada na escrita” (CHACON, 1998, p. 116). O autor ainda estabelece que a separação, por meio de pontuação, de estruturas que *dão ênfase* é provocada “pela necessidade de se destacar uma alternância que é percebida como basicamente prosódica, mas que, de fato, constitui-se como uma alternância prosódico-semântica entre as diversas partes de um enunciado” (CHACON, 1998, p. 97).

É esse apontamento que abre caminho para a próxima seção de seu trabalho, em que se destaca a sugestão de se demarcarem, por meio dos sinais de pontuação, unidades linguísticas dos textos escritos que, postuladas muitas vezes como *enfáticas*, se caracterizam como sendo, ao mesmo tempo, de natureza prosódica, gramatical e semântica. O autor, então, resenha outra série de estudiosos, com a finalidade de demonstrar de que maneira a pontuação atua sobre a organização multidimensional da linguagem, entendendo-se por

multidimensional a influência que a pontuação exerce sobre mais de uma face das dimensões linguísticas: fonológica, gramatical, semântica, textual e enunciativa.

Nessa escala, sempre de acordo com o autor, a percepção de que a pontuação delimita unidades de apenas uma face é raríssima. Santos & Carvalho (s/d), por exemplo, afirmam que “na linguagem oral, existem três tipos de pausas, que são representadas, na linguagem escrita, por sinais convencionais” (s/d, p. 183). Para esses autores, portanto, apenas o aspecto fônico é que se leva em conta na utilização dos sinais de pontuação. De fato, mais frequentes entre os estudiosos são as recomendações sobre o uso dos sinais de pontuação para a delimitação de unidades que podemos caracterizar como de dupla, tripla ou quádrupla face.

Àquele grupo pertencem, entre outros autores, Ribeiro (1955), Cunha (1986) e Mandryk & Faraco (1987): para o primeiro – que destaca a conjunção fônica e semântica na delimitação do papel da pontuação –, o emprego dos sinais deve obedecer à “necessidade physiologica de respirar e à distincção dos sentidos parciais ou totaes” (RIBEIRO, 1955, p. 719); para o segundo – que assinala a conjunção gramatical e enunciativa na delimitação do papel dessas mesmas marcas gráficas –, “pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto” (CUNHA, 1986, p. 618); para o terceiro – que atribui caráter ao mesmo tempo gramatical e textual a determinadas estruturas da escrita que deveriam ser delimitadas por pontuação –, recomenda-se que se separem por vírgulas “as circunstâncias com que acrescentamos informações ao ‘foco da notícia’” (MANDRYK & FARACO, 1987, p. 334).

Já com relação ao grupo de gramáticos que compreende o papel do ritmo na organização multidimensional da linguagem, marcada, na escrita, pela delimitação de unidades que se podem caracterizar como de tripla face, destacam-se as contribuições de Bechara (1983), Barboza (1830) e, novamente, Mandryk & Faraco (1987): para o primeiro – que prevê a conjunção entre as dimensões fônica, gramatical e semântica da linguagem –, pode-se afirmar que “as unidades linguísticas a serem delimitadas são estruturas gramaticais que encerram determinado sentido e que se marcam por uma entonação característica” (BECHARA, 1983, p. 13); para o segundo – que compreende a conjunção de aspectos da linguagem que poderíamos interpretar como fônicos, sintáticos e enunciativos –, a pontuação é a “arte de na escritura distinguir com certas notas as diferentes partes e membros da oração e a subordinação de uns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas maiores e menores que deve fazer e o tom e a inflexão da voz com que as deve pronunciar” (BARBOZA, 1830, p. 412); para o terceiro – que, ao analisar estruturas frasais, considera a conjunção entre aspectos morfossintáticos, textuais e fônicos –, delimitam-se, por meio da pontuação, unidades rítmicas da escrita construídas ao mesmo tempo por estrutura morfossintática,

função textual e entonação própria, o que configura essas unidades como gramaticais e informativas.

Por fim, conforme observa Chacon (1998), pode-se ainda pensar que a pontuação delimite unidades da escrita que se definem pela conjunção de quatro dimensões da linguagem, caracterizando-se por uma natureza simultaneamente enunciativa, sintática, semântica e fônica. É o que se pode deduzir do comentário de Barboza (1830), segundo quem, às inversões sintáticas, os sinais de pontuação têm papel decisivo:

Mas esta ordem direita inverte-se muitas vezes, assim para variar a marcha do discurso, como para melhor ligar uns pensamentos com outros, e sobretudo para excitar mais a atenção por meio da suspensão do sentido e dar com isto mais fogo e alma à oração, de sorte que o espírito está sempre suspenso, à espera. (BARBOZA, 1830, p. 422).

Na sequência, Chacon (1998) ainda se dedica às estruturas às quais os gramáticos, de modo geral, atribuem caráter explicativo, como apostos e orações adjetivas explicativas. Em decorrência de sua configuração rítmica, o autor as considera estruturas potencialmente pertencentes a uma mesma classe, à qual ainda se poderiam somar citações, comentários e reflexões frequentemente delimitados por travessões, parênteses, aspas ou vírgulas. Segundo ele, o que uniria as estruturas explicativas a estas outras “é a característica que todas apresentam de *se voltarem sobre outras estruturas*”. (CHACON, 1998, p. 112). Para o autor, todas elas definem-se, simultaneamente, por uma certa constituição gramatical, por um valor semântico específico e por um contorno entonacional próprio; e, para além dessas semelhanças, todas elas também mostram no discurso outros dois fatos relativos à organização da linguagem: 1) caracterizam-se por sua dimensão textual; 2) trazem para o discurso a lembrança de sua heterogeneidade. Ainda de acordo com o estudioso, não se trata de uma simples articulação entre diferentes dimensões da linguagem; mais do que isso, trata-se de “pensar a organização multidimensional da linguagem como um modo de fazer alterarem-se o uno e o heterogêneo no interior da enunciação. Não é demasiado reiterar que essa alternância é marcada na escrita pelos sinais de pontuação” (CHACON, 1998, p. 113).

Após demonstrar as relações que se estabelecem entre a pontuação e a organização multidimensional da linguagem, Chacon (1998) dedica-se à exploração de cada uma dessas dimensões, particularizando-as em suas diversas especificidades e, assim, encaminhando suas investigações para o estudo das relações entre 1) pontuação e sentido, 2) pontuação e enunciação e 3) pontuação e tempo. O mérito do trabalho, que insistimos em reconhecer, é não só o de reunir arqueologicamente parte expressiva da literatura que já se debruçou sobre o

tema, mas também o de compreender um fenômeno linguístico a partir de suas múltiplas complexidades, haja vista que os sinais de pontuação são realizações gráfico-visuais que mobilizam aspectos co-participativos e co-ocorrentes na linguagem escrita – motivo pelo qual o autor é sensível às diferentes variáveis que determinam o emprego desses sinais.

1.2.2.1 A pontuação e o sentido

Ao propor o estudo das implicações entre pontuação e sentido, o autor, em colaboração com outros estudiosos, assume que a pontuação funciona como marca privilegiada de observação das relações de sentido que as unidades rítmicas estabelecem entre si. Confirmam essa hipótese os apontamentos de Barboza (1830), Nogueira (1947), Olívia (1982), Bueno (1958) e Gruaz (1980), com base nos quais o que se pode observar é a insistência no papel que os sinais de pontuação teriam de, a partir da delimitação que fazem e do jogo que estabelecem entre unidades da escrita, distinguir idéias ou sentidos – daí seu caráter *semântico* básico, essencial. Barboza (1830), por exemplo, define como um dos objetos fundamentais da pontuação a separação de orações “na Escritura continuada, segundo a distinção e subordinação das idéias e sentidos que exprimem” (BARBOZA, 1830, p. 58); por sua vez, Nogueira (1947) – para quem a pontuação “é um instrumento de clareza de primeira ordem”, já que “o sentido de certas frases varia com a pontuação” – defende a pontuação como “a representação gráfica da delimitação dos juízos contidos em um discurso (NOGUEIRA, 1947, p. 22); Olívia (1982) também corrobora esta perspectiva, porque assume que a presença de uma vírgula em uma frase modifica-lhe o sentido; Bueno (1958), na mesma direção, a propósito do emprego da vírgula e do ponto, destaca que esses sinais “vão separando, claramente, no papel, as orações e os incidentes que se apresentam na mente do escritor” (BUENO, 1958, p. 108); Gruaz, finalmente, ao se referir ao emprego dos sinais de pontuação entre os séculos XVIII e XIX, destaca a relação entre esses sinais e a “transmissão do sentido”, vez que demarcariam “a diferença de graus de subordinação que convém a cada um desses sentidos parciais no conjunto do discurso” (GRUAZ, 1980, p. 11).

Um passo adiante – já se considerando ponto pacífico o papel semântico dos sinais de pontuação –, Chacon (1998) acrescenta à discussão, agora com base em Ducrot (1981), o que poderíamos definir como o papel argumentativo da pontuação, vez que, ao operarem com o sentido, esses sinais, na condição de operadores argumentativos, “objetivam levar o destinatário a uma certa conclusão, ou dela desviá-lo” (DUCROT, 1981, p. 178). Desse modo,

os sinais de pontuação desempenhariam, na escrita, papel semelhante ao de determinados operadores linguísticos cujo papel seria o de “dar uma orientação argumentativa ao enunciado e [de] conduzir o destinatário em tal ou qual direção” (DUCROT, 1981, p 178). Essa proposição também encontra respaldo em vários estudiosos, entre os quais se destacam Ribeiro (1955), Moisés (1967), Ikeda (1987) e Bergson (1982). O primeiro deles, por exemplo, destaca a atuação que o ponto-e-vírgula teria em separar orações que “indicam ideias ou pensamentos opostos” (RIBEIRO, 1955, p. 712); em outra passagem, esse mesmo autor, a propósito da vírgula antes de conjunções adversativas, recomenda que esse sinal seja empregado “quando é intuito nosso dar mais realce e relevo à ideia de oposição e contraste entre os termos ou palavras unidas por este elemento conectivo” (RIBEIRO, 1955, p. 709). Moisés (1967), por sua vez, também nos permite inferir o valor argumentativo da pontuação porque admite que uma das razões que determinam o emprego dos sinais é a de que “nosso pensamento se constrói segundo uma ordem lógica, isto é, em que os argumentos se vão acrescentando até permitir a conclusão que pretendemos considerar” (MOISÉS, 1967, p. 74). Por esse motivo é que, segundo ele, devemos escrever, e mesmo falar, “de acordo com a preocupação de nos fazer claros e convencer a quem nos lê ou escuta” (MOISÉS, 1967, p. 75)

– o que supõe, no caso da escrita, usar argumentativamente os sinais de pontuação. O mesmo se pode dizer de Ikeda (1987), para quem, no jogo que se dá entre a intenção do escritor e a percepção dessa intenção por parte do leitor, “a função primordial da vírgula seria a de guiar o leitor através do texto para a captação correta do sentido que o escritor pretende dar a ele” (IKEDA, 1987, p. 196). Por fim, Bergson (1982) ainda formula:

as palavras não dirão o que gostaríamos de fazê-las dizer se o ritmo, a pontuação e toda a coreografia do discurso não as ajudam a conseguir do leitor, guiado então por uma série de movimentos nascentes, que ele descreva uma curva de pensamento e de sentimento análoga à que nós mesmos estamos descrevendo. (BERGSON, 1982, p. 181).

Por tudo isso, os sinais de pontuação mostram-se como pistas privilegiadas para a detecção das relações semânticas que o ritmo estabelece na escrita. Confore destaca Chacon (1998), essas relações, “embora quase nunca explicitadas pelos estudiosos (sobretudo aqueles que podem ser inscritos na tradição gramatical), foram, mesmo assim, de algum modo intuídas ou tematizadas por eles” (CHACON, 1998, p. 122).

1.2.2.2 A pontuação e a enunciação

Dedicando-se agora àquilo que considera indiciário do caráter enunciativo dos sinais de pontuação, Chacon (1998), a princípio, recorre mais uma vez aos autores filiados à tradição para demonstrar de que maneira esses gramáticos já intuíram em seus trabalhos o modo pelo qual os sinais de pontuação mostram-se como marcas enunciativas do processo de escrever, revelando aspectos rítmicos desse processo, bem como da atividade do escrevente de organizar sua produção gráfica e de, simultaneamente, marcar-se como sujeito da escrita. Para Chacon (1998), cuja perspectiva se soma a de outros estudiosos, os sinais de pontuação são fundamentalmente enunciativos por serem marcas características da utilização concreta da linguagem em sua forma gráfica; quanto às relações entre um ato de linguagem e a tipografia, segundo percebe Meschonnic (1982), devem ser levadas em conta “as relações entre o impresso e o branco, bem como a pontuação” (MESCHONNIC, 1982, p. 306) – o que nos possibilita afirmar que os sinais de pontuação, como marcas tipográficas, delimitam no *impresso* atos do produtor da linguagem.

Entre outros gramáticos, Barboza (1830) e Torres (1966) também sinalizam para a percepção do caráter enunciativo implicado no emprego dos sinais de pontuação: o primeiro define a pontuação como “a arte de na escritura distinguir com certas notas as diferentes partes e membros da oração e a subordinação de uns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas maiores e menores que deve fazer e o tom e inflexão da voz com que as deve pronunciar” (BARBOZA, 1830, p. 83); o segundo, de modo semelhante, compreende a pontuação como “o emprego de sinais convencionais, geralmente para indicar na escrita as diferentes pausas ou inflexões de voz que devem ser observadas por quem fala ou lê” (TORRES, 1966, p. 240).

Além de indicarem tanto o produtor da escrita quanto os atos que ele produz ao escrever, os sinais são marcas enunciativas porque orientam a ação linguística (leitura e fala) de um outro da escrita: o leitor. Nesse sentido, ao indicarem escrevente e leitor, “os sinais de pontuação registram a atitude do escrevente de contruir o seu leitor, numa situação de interlocução não-direta – já que os interlocutores distanciam-se no espaço e no tempo” (CHACON, 1998, p 124). Muitos estudiosos também participam dessa perspectiva que, afinal, reconhece nos sinais de pontuação – e atribui a eles – esse vínculo dialógico que une, via recurso gráfico-visual, emissor e receptor. Smith (1993), por exemplo, admite que é

função dos sinais de pontuação indicar leituras, orientar o leitor, dar-lhe subsídios para uma busca mais confortável dos significados. Segundo a autora,

quanto maior o ajuste entre os sentidos que o escritor pretende alcançar e o uso dos sinais disponíveis, mais as funções destes serão cumpridas. Dizer que a pontuação tem uma função inescapável de orientar a leitura é trazer o leitor e as situações de leitura à baila; é reconhecer que o autor opera com uma linguagem compartilhada com seu virtual leitor; é tomar consciência da necessária relação escrita-leitura numa dimensão relativa à produção e construção de sentidos. (SMITH, 1993, p. 56).

Baseado nessas e em outras contribuições, Chacon (1998) estabelece que a atividade de pontuar é enunciativa sob muitos aspectos, desde aqueles que dizem respeito à organização dos diferentes planos do dizer no texto, até aqueles que se voltam mais especificamente para a esfera das relações intersubjetivas. Atividade enunciativa em sentido pleno, já que se refere à subjetivização da linguagem, ao ato de se pôr concretamente a linguagem em exercício por meio da escrita. Daí que o caráter enunciativo da pontuação advém fundamentalmente do fato de que os sinais funcionam como marcas de interlocução no texto escrito. Para o autor, essas marcas antecipam o interlocutor, ao mesmo tempo em que revelam o produtor da escrita, visto que, ao serem utilizadas pelo escrevente para chamar a atenção do leitor, chamam a atenção para o próprio escrevente:

O próprio fato de se pontuar já é a marca mais flagrante da presença do interlocutor na produção textual: pontua-se para alguém, pontua-se com a expectativa da leitura, com a expectativa de se fazer entender. Simultaneamente, a pontuação é marca do produtor, marca representada de seu exercício linguístico, da transcodificação de sua respiração, do tempo de sua atividade de linguagem registrada pelo código escrito. Os sinais de pontuação, por conseguinte, fornecem pistas para a apreensão de como se dá a utilização da linguagem, de que modo os interlocutores estão representados nesse processo e de como o sentido é construído na atividade escrita. (CHACON, 1998, p. 126).

Compreendido o caráter enunciativo da pontuação, o autor passa então a considerar o modo pelo qual a historicidade da linguagem se revela nesses sinais, visto que, segundo adverte, a pontuação deve ser compreendida associadamente às condições de produção de um texto. Entre outros estudiosos sensíveis a essa questão, Borges (1986), a propósito da historicidade de que tratamos, chama-nos a atenção para o fato de que “no século XX, os autores passaram a pontuar com extrema liberdade, preferindo ora nenhuma pontuação, ora palavras cercadas de pontos, ora frases cortadas por inúmeras vírgulas” (BORGES, 1986, p. 20), donde se conclui que não é a remissão única a categorias intrinsecamente linguísticas que permite explicar os empregos dos sinais de pontuação. Para Chacon (1998), as diferentes

maneiras pelas quais se enuncia determinam a pontuação, “o que se pode comprovar pelas mudanças nas formas de se pontuar advindas de mudanças de concepção das próprias formas de se organizarem as construções linguísticas” (CHACON, 1998, p. 129).

Certo é que, nesse ponto, tocam-se determinantes tanto da historicidade quanto da subjetividade linguística, combinação cujo efeito não é outro senão o da variabilidade no emprego da pontuação. Além disso, embora haja certas constantes na descrição e nos usos dos sinais, os estudiosos nunca deixam de associar a pontuação, por exemplo, a questões de estilo, o que só amplia a dificuldade de sistematização do emprego desses sinais – fato já percebido por Laufer (1980), segundo quem os gramáticos não puderam reger com precisão o emprego da pontuação porque centraram sua descrição no enunciado, o que, a seu ver, dificulta a sistematização, visto que “o enunciado esconde diferenças de enunciação” (LAUFER, 1980, p. 130). Chacon (1998) também corrobora essa perspectiva, visto que, para ele, as dificuldades que os estudiosos têm de descrever as condições de emprego dos sinais apontam para a natureza enunciativa da pontuação; conforme destaca, “as regularidades que ocorrem na utilização dos sinais obedecem a aspectos relativos à codificação das próprias condições de enunciação” (CHACON, 1998, p. 149).

Com o intuito de compreender essa variabilidade no emprego da pontuação – benditas sejam as determinações do Imponderável! –, Borges (1986), em trabalho experimental, analisa as variações e conclui que, embora a gramática da língua regulamente o uso dos sinais de pontuação, “a prática individual, com a liberdade de combinações que caracteriza a fala, usa de maneiras diversas, por vezes contraditórias, os mesmos sinais” (BORGES, 1986, p. 106). Para a autora, essas variações são resultado do aspecto enunciativo da pontuação, que se manifesta sobretudo pelo caráter cada vez único de que se revestem os atos de enunciação (unicidade enunciativa, a propósito, já prevista por Benveniste (1989) em seu *aparelho formal da enunciação*). Assim, a utilização que o sujeito faz dos sinais de pontuação ajusta e caracteriza, na produção gráfica, a atividade enunciativa, já que demarca a ação entre interlocutores quando esta se dá por meio da escrita. É nesse sentido que a previsibilidade do emprego de certos sinais de pontuação em determinadas posições obedece ao que está codificado especialmente por fatores convencionais, quer sejam ligados à sintaxe da língua e do texto (e às próprias condições da enunciação), quer sejam ligados a um modo legitimado pela tradição de interpretar as relações sintáticas e textuais. Chacon (1998), todavia, adverte que não se pode, apesar desse fenômeno, propor uma natureza caótica para o emprego da pontuação: pelo contrário, são os modos enunciativos particulares (e sempre novos) que

determinam as variações no seu emprego. Ainda segundo o autor, enquanto marcas gráficas da convensão da linguagem em discurso,

os sinais de pontuação terão papel de destaque na organização rítmica da produção escrita, já que atuam nos vários planos dessa organização, desde aqueles mais restritos à delimitação de unidades linguísticas do produto enunciado até aqueles que contribuem para a constituição do sujeito escrevente relativamente a um outro contruído como seu interlocutor-leitor, na medida em que o escrevente, ao sinalizar seu texto para o leitor, constitui-se em função deste último, indicando-lhe, através dos sinais, seus propósitos comunicativos, ou, em termos mais precisos, uma forma preferencial de leitura. (CHACON, 1998, p. 132).

Dando continuidade às discussões sobre o aspecto enunciativo dos sinais de pontuação, o autor dedica-se à caracterização desse sujeito escrevente, bem como de seu interlocutor-leitor e da própria ação entre interlocutores através da escrita, caracterizando-os (escrevente e leitor) como seres atravessados simultaneamente pela escrita e pela oralidade – razão por que os sinais de pontuação trazem para a escrita, embora nem sempre de forma direta ou automática, aspectos da dimensão oral da linguagem, tais como a delimitação de contornos entonacionais ou a demarcação de pausas: trata-se, afinal, de reconhecer o vínculo dialógico com a oralidade como aspecto constitutivo da escrita.

É verdade que, embora em nossos dias não se possa pensar a pontuação exclusivamente como um guia para leitura em voz alta, o caráter de remeter à oralidade não deixa de estar presente, mesmo hoje, nos sinais de pontuação. Esse vínculo dialógico entre escrita e oralidade também já foi tematizado por diversos estudiosos, entre os quais se destaca Catach (1980), segundo quem uma das funções da pontuação é a de assinalar, na escrita, a correspondência desta com a oralidade, por meio da “indicação de pausas, do ritmo, da linha melódica, da entonação”. A esse respeito, Quirk (1985) também observa que as escolhas de pontuação devem ser feitas pelo escrevente com a esperança de transferir para a escrita a prosódia que ele próprio (o escrevente) teria usado se proferisse seu texto em voz alta; por sua vez, o leitor deveria, em sua leitura, recriar aspectos prosódicos a partir de impressões visuais. Estabelece-se, assim, uma dupla dialogia: aquela entre escrevente e leitor e aquela entre o gráfico e o oral, observável na transcodificação semiótica que a escrita faz da oralidade. Trata-se, afinal, do entrecruzamento entre as esferas da produção e da recepção, de um lado, e o aspecto gráfico e a oralidade, de outro.

A propósito dessa primeira dialogia – concernente à relação que se estabelece entre escrevente e leitor –, parece claro que qualquer emprego de qualquer sinal de pontuação traz à tona diversas implicações entre os interlocutores, à medida que revela a emergência do Outro

na escrita. Para Chacon (1998), na atividade de pontuar “o sujeito demarca-se em relação aos Outros em função dos quais ele organiza a sua produção gráfica, de tal modo que, seguindo-se as pistas deixadas pelos sinais, pode-se acompanhar a constituição da subjetividade que enuncia via escrita” (CHACON, 1998, p. 146). Já em relação à segunda dialogia – concernente ao vínculo entre o aspecto gráfico e o oral –, é justo ressaltar que, embora muitas vezes a pontuação indicie características da oralidade, não há correspondência direta entre os sinais e essas características, já que os sinais são, acima de tudo, marcas do código escrito e da transcodificação que este faz do código oral. Em outras palavras, embora dialogue com a oralidade, a escrita é um outro código de expressão verbal, com relativa autonomia em relação ao oral. A propósito, como observa Vendryes (1921), “ninguém escreve como fala; cada um escreve, ou pelo menos procura escrever, como os outros escrevem” (VENDRYES, 1921, p. 71). É exatamente este o assunto de que se ocupa o autor na próxima etapa de seu trabalho, dedicada exclusivamente ao estudo da pontuação e de suas relações entre a escrita e a oralidade.

1.2.2.3 A pontuação e as relações entre a escrita e a oralidade

Demonstrar de que modo a pontuação indicia suas ligações com a oralidade é agora o propósito de Chacon (1998), segundo quem, para muitos autores que se inscrevem na tradição gramatical, a proximidade entre escrita e oralidade é tamanha que, praticamente, nem fazem distinção entre esses dois diferentes códigos de expressão verbal. Acompanhemos dois breves exemplos: para Poças & Athanasio (1973), “a língua escrita é a expressão gráfica da língua falada” (POÇAS & ATHANASIO, 1973, p. 15); para Kury (1982), “na tentativa de reproduzir as pausas, as cadências, o ritmo, a entonação da linguagem falada, utiliza a escrita certos SINAIS DE PONTUAÇÃO” (KURY, 1982, p. 65). Já para os autores que compreendem a pontuação a partir de uma perspectiva linguística, os problemas ligados à pontuação emergem nas mais diversas situações, que incluem desde o caráter simbólico da escrita e o estatuto linguístico dos sinais de pontuação, até questões ligadas à aquisição da escrita e ao ensino da produção textual e da leitura.

A variedade de compreensão entre os linguistas, portanto, é muito expressiva. A perspectiva histórica trazida por Gruaz (1980), por exemplo, destaca o fato de que “até o século XIX, todo mundo lia oralizando” (GRUAZ, 1980, p. 160), o que põe em evidência o vínculo entre a pontuação e o domínio prosódico da linguagem. Todavia, destaque-se sua

percepção para a relativa autonomia de que se revestem escrita e oralidade: se, por um lado, a pontuação “restitui o tom da voz humana”, por outro lado ela não deixa de ser “uma técnica de substituição total da voz pelo olho⁴” (GRUAZ, 1980, p. 9). Catach (1980) também tematiza essa mesma relação, visto que, a seu ver, a pontuação interviria no sentido de adaptar a sintaxe ao discurso, contribuindo, portanto, para aproximar a língua oral da língua escrita. Como se vê, apesar de partirem de perspectivas diferentes, tanto gramáticos quanto linguistas não deixam de assinalar o papel que aqui se atribui à pontuação de indicar os vínculos entre escrita e oralidade.

Uma das principais características desse vínculo é a delimitação dos movimentos respiratórios, objeto de que se ocupam alguns gramáticos, entre os quais destacamos três: segundo Poças & Athanasio (1973), “os sinais gráficos têm por finalidade facilitar a respiração na leitura” (POÇAS & ATHANASIO, 1973, p. 15); já de acordo com Ribeiro (1955), um dos fundamentos da pontuação é o de “indicar a proporção das pausas que faz quem fala ou lê, ou atender à necessidade fisiológica de respirar” (RIBEIRO, 1955, p. 707); e para Bueno (1958), a pontuação serve para “auxiliar a respiração, indicando os pontos em que deve ser feita, marcando as pausas maiores ou menores nas quais a voz pode descansar a fim de não fatigar-se excessivamente quem lê, fala ou recita” (BUENO, 1958, p. 107). Ao tematizarem os vínculos entre sinais de pontuação e aspectos da oralidade, ainda são destacadas por outros autores, além da delimitação dos movimentos respiratórios, características como a coordenação entre as pausas linguísticas e a mímica, a expressão do corpo e do espírito, e a correlação entre diferenças de inflexão e expressão de sentimentos. Assim, a pontuação indicia, na escrita, os mais variados aspectos por meio dos quais a oralidade se desenvolve e pode ser transcodificada.

Sensível à discussão sobre o vínculo de que tratamos, Bueno (1958) postula a existência de duas formas de pontuação: a que ele chama *pontuação escrita* e a que ele chama *pontuação oral*. A primeira “obedece às regras da gramática, separando circunstâncias, orações intercaladas, oposições etc.”; já a segunda “é marcada pelo ouvido, regularizada pelos sentimentos que revemos ressaltar, pelas ideias que temos de colocar em maior relevo” (BUENO, 1958, p. 120). É a distinção entre essas duas formas de pontuação que lhe permite explicar, por exemplo, por que nem toda pausa na escrita corresponde a um movimento de respiração. Destaque para a solução encontrada pelo autor – mais de cinquenta anos atrás – que, ao admitir essas duas formas de pontuação, soluciona, muito embora provisoriamente,

⁴ Para Gruaz (1980), a criação dos sinais de pontuação pode ser associada à “passagem progressiva de uma cultura da voz e do ouvido a uma cultura do olho, do livro” (GRUAZ, 1980, p. 15).

boa parte das questões relativas a esse debate. Sobre essa mesma questão, Tournier (1980) também já havia notado a oposição que se apresenta entre os autores, motivo pelo qual registrou que duas principais teorias se afrontam: “a que considera que a pontuação responde às necessidades de clareza, de lógica, e a que lhe atribui uma função principalmente respiratória” (TOURNIER, 1980, p. 29). Quanto à proposição de uma pontuação oral, Mandryk & Faraco (1987) já haviam afirmado que “a melhor ‘regra’ de pontuação ainda é o ouvido” (MANDRYK & FARACO, 1987, p. 325).

Ao avaliar todas essas formulações, Chacon (1998) considera que, mesmo quando se trata da delimitação de partes cuja identificação parece se dar mais a partir de sua estrutura gramatical do que a partir de sua configuração rítmico-entonacional, os sinais de pontuação não deixam de remeter à evocação que essas partes delimitadas fariam de propriedades rítmico-entonacionais com as quais se marcariam na oralidade. De acordo com o autor, apesar de serem marcas típicas da escrita, “os sinais de pontuação trazem para a escrita não apenas características que lhes seriam próprias, mas também características da oralidade, ou, mais precisamente, a transcodificação de tais características” (CHACON, 1998, p. 165). Também confirmam essa perspectiva as considerações de Quirk (1985), para quem “é impossível compreender um texto escrito sem que se atribua a ele alguma prosódia – quer o tomemos silenciosamente ou o leiamos em voz alta” (QUIRK, 1985, p. 1443). Com efeito, mesmo na leitura silenciosa é necessário que, para compreendermos uma sequência de palavras, tomemos essa sequência como fazendo parte de um grupo delimitado por aspectos rítmico-entonacionais, apreendidos, na leitura silenciosa, por meio da representação mental que se pode fazer das características fônicas com as quais tal grupo de palavras poderia ser falado.

1.2.2.4 A pontuação e o caráter simbólico da escrita

Nesta etapa do trabalho, Chacon (1998) tem por objetivo demonstrar o vínculo que existe entre a pontuação e as propriedades com base nas quais a escrita evidencia sua natureza simbólica. Para tanto, o autor tematiza a indicação que os sinais de pontuação fazem tanto da espacialização típica da escrita quanto de seu caráter *não-espontâneo*.

Quanto à espacialização da escrita, há duas maneiras pelas quais os sinais de pontuação podem demonstrar essa propriedade: a primeira delas diz respeito aos diferentes modos pelos quais um sinal de pontuação marca a espacialidade da produção gráfica, a saber: “delimitando fragmentos discursivos na escrita; desempenhando o papel de morfemas; e

revelando aspectos relativos às condições em que se deu a emergência desse código de expressão verbal” (CHACON, 1998, p. 168); a outra maneira pela qual os sinais de pontuação demonstram a espacialização da escrita diz respeito “ao papel que eles cumprem de traçarem lugares, na continuidade da escrita, em que determinados aspectos da oralidade poderiam ser evocados” (CHACON, 1998, p. 169), o que remete à propriedade que a escrita tem de transcodificar características da fala. Segundo as investigações do autor – agora baseadas em apontamentos de Silva (1981), Savioli (1984) e Lorenceau (1980) –, ao ocuparem determinados lugares na continuidade espacial da escrita, os sinais de pontuação funcionariam como índices (ou como uma espécie de apreensão metonímica) de características da fala que, não estando lexicalmente presentes na escrita, poderiam ser presentificados por meio desses sinais. Afinal, nas palavras de Meschonnic (1982), “a pontuação é a própria inserção do oral no visual” (MESCHONNIC, 1982, p. 300).

Contudo, para além desse caráter espacial, os sinais de pontuação também indiciam o que Chacon (1998) define como o caráter *não-espontâneo* da escrita, já que, sempre segundo o autor, para se aprender a empregar os sinais de pontuação haveria um percurso didático e institucionalizado a ser seguido. Entre outros estudiosos que já se dedicaram a essa questão, Savioli (1984) alerta ser enganoso pressupor que toda pausa da língua oral corresponda a um vírgula na língua escrita, o que se deve ao fato de a língua oral ser “mais livre de convenções e mais sujeita à individualidade do falante, ao passo que a língua escrita é mais vigiada por normas e mais apegada a usos adquiridos ao longo da tradição” (SAVIOLI, 1984, p. 56) – daí a pontuação, relacionada ao aprendizado formal da língua em sua expressão gráfica, vincular-se diretamente ao caráter *não-espontâneo* da escrita. Em outras palavras, é o conhecimento das estruturas gramaticais da escrita que deve servir como referência ao emprego da pontuação.

Até aqui, portanto, Chacon (1998) encarrega-se de demonstrar que os sinais de pontuação são marcas características do estatuto simbólico por meio do qual a escrita se funda como código de expressão verbal; além disso, para o autor, a pontuação também não pode ser desvinculada de duas propriedades essenciais a partir das quais a escrita se define como tal: a espacialização da linguagem e sua *não-espontaneidade*. A próxima e última etapa de seu estudo trata, especificamente, das dimensões fônica, sintática, textual e enunciativa implicadas no fenômeno da pontuação.

1.2.2.5 A dimensão fônica

Com relação ao vínculo que se estabelece entre a pontuação e a dimensão fônica da linguagem, ressalta-se, em primeiro lugar, o papel que a pontuação teria de assinalar pausas e de delimitar contornos entonacionais. Ao abordar esses aspectos, Chacon (1998) chama-nos a atenção para o fato de que, com a progressiva diferenciação ocorrida nos modos de leitura, a assinalação das pausas pela pontuação passa a ser vista principalmente como uma representação que a escrita faz de características da oralidade.

Entre outros gramáticos atentos a essa questão, Lima (1978) observa que os sinais de pontuação assinalam, *na escrita*, “pausas rítmicas” que podem ser de três espécies: pausa que “não quebra a continuidade do discurso”; pausa que “indica o término do discurso ou de parte dele”; e pausa que serve para “frisar uma intenção ou estado emotivo”⁵ (LIMA, 1978, p. 422).

Verifica-se, aqui, a assinalação de pausas relacionadas à construção do discurso escrito, que se dão a partir da reconfiguração que a produção gráfica faz de certas características da linguagem falada. O que se percebe, a partir das considerações de diferentes gramáticos, é que o modo pelo qual unidades da escrita (como frases, orações e períodos) têm sido identificadas vincula-se diretamente à tentativa de, ao escrever, evocar-se, por meio da pontuação, o conjunto de características com as quais essas mesmas unidades seriam emitidas na oralidade.

Entretanto, além de pausas e contornos entonacionais, outros aspectos da oralidade podem ser verificados quando se observam os vínculos que os estudiosos estabelecem entre a pontuação e a dimensão fônica da linguagem. Para alguns autores, extensão e intensidade também orientam o emprego dos sinais de pontuação. Destacam-se, entre outros, dois exemplos relativos à extensão: para Poças & Athanasio (1973), as orações reduzidas de infinitivo, “quando pospostas à principal, virão precedidas de vírgula quando forem de grande extensão, omitindo-se essa pontuação em caso contrário” (POÇAS & ATHANASIO, 1973, p. 37); também para Olívia (1982), “dispensam vírgula E, NEM se ligarem palavras ou orações curtas” (OLÍVIA, 1982, p. 62).

Acompanhemos agora a formulação de Sacconi (s/d) relativamente à exclamação: para o autor, o ponto de exclamação pode ser repetido no final de uma frase quando se pretende “marcar um reforço na intensidade da voz” (SACCONI, s/d, p. 347). Como se vê, trata-se da

⁵ Note-se que essa proposta, ao estabelecer motivações “sintáticas” e “emotivas” à pontuação, aproxima-se da formulação de Bueno (1958) – que, por sua vez, também já havia sugerido a existência de uma *pontuação escrita* e de uma *pontuação oral*, ambas diretamente relacionáveis às funções da pontuação previstas por Lima (1978).

representação gráfica que a pontuação tenta fazer de como a frase teria soado se emitida na oralidade. Para Chacon (1998), em nossa época, em que a escrita é produzida não necessariamente para ser lida em voz alta, “não é a indicação de como a frase escrita deve ser emitida mas a transcodificação gráfica dessa emissão que é mais destacada pelos sinais de pontuação” (CHACON, 1998, p. 179). Não se trata, pois, de uma deficiência da escrita em sua representação da oralidade, mas de um novo papel da escrita. O autor, a essa altura de seu trabalho, dedicou-se, portanto, a demonstrar que as pausas, a entonação, a extensão e a intensidade são vinculadas, pelos estudiosos, ao emprego dos sinais de pontuação. Sigamos o próximo passo.

1.2.2.6 A dimensão sintática

Alguns autores consideram o vínculo entre pontuação e sintaxe tão forte que não hesitam em chamar os sinais de “notações sintáticas”, porque delimitam unidades da escrita que se definem principalmente pela composição sintática e pelo papel que exercem na continuidade do texto escrito. Pereira (1909), por exemplo, assenta que a pontuação “é o conjunto de sinais gráficos que têm por fim discriminar os diversos elementos sintáticos da frase” (PEREIRA, 1909, p. 376).

Na ocasião em que se tratou do caráter simbólico da escrita, esse mesmo vínculo também foi tematizado quando da demonstração do caráter *não-espontâneo* da escrita, em que se destacou a relação entre o emprego dos sinais e o conhecimento sobre sintaxe. Savioli (1984), por exemplo, supõe conhecimentos sobre ordem direta e inversa como “pré-requisitos para estudar o uso da vírgula entre os termos da oração” (SAVIOLI, 1984, p. 56). Chacon (1998), embora mais econômico em suas demonstrações, não deixa de fazer a seguinte (e necessária) ressalva:

a sintaxe de que falamos a todo tempo é uma sintaxe típica da escrita: não deve, portanto, ser confundida com o aspecto mais genérico do relacionamento entre palavras ou expressões verificado, este sim, tanto na expressão oral quanto na expressão gráfica da linguagem. Trata-se de uma sintaxe *da escrita* porque se refere diretamente à transcodificação que a escrita faz, através de estruturas que se definem (também) sintaticamente, de circunstâncias que, na oralidade, muitas vezes não são verbalizadas – embora estejam presentes e sejam apreensíveis por meio das outras modalidades de expressão que frequentemente acompanham a fala. (CHACON, 1998, p. 184).

1.2.2.7 A dimensão textual

Os comentários feitos pelos estudiosos sobre pontuação – particularmente pelos linguistas – também apontam para aspectos específicos da organização textual, a saber: a topicalização e a coesão.

Quanto à topicalização, Mandryk & Faraco (1987), já citados aqui, recomendam a separação, por meio de vírgulas, de “circunstâncias com que acrescentamos informações ao ‘foco da notícia’” (MANDRYK & FARACO, 1987, p. 334). Posto isso, ao tratarem da pontuação de frases como “Ele, foi subindo”, esses autores observam que a palavra *ele*, nessa frase, não exerce o papel de sujeito “mas funciona como uma espécie de complemento” (*id.*, p. 338); como justificativa para essa afirmação, argumentam que poderíamos ter: “Ele, ele foi subindo” e que “a entonação caracteriza aí perfeitamente dois conjuntos de informação” (*id.*, *ibid.*). Fato interessante a se destacar é que nem sempre o que se está definindo como topicalização deve ser, segundo alguns autores, assinalado por pontuação. É o que se pode deduzir dos comentários de Cunha (1986) sobre a demarcação de adjuntos adverbiais antepostos. Para o autor, “quando são de pequeno corpo, costuma-se dispensar a vírgula, que deverá, contudo, ser usada quando se pretende realçá-los”⁶ (CUNHA, 1986, p. 593). Chacon (1998) comenta que, no caso de a topicalização ser feita por meio de elementos antepostos de curta extensão, não basta, portanto, a anteposição; “é de seu jogo com a representação de características fônicas da oralidade e com a intensificação do sentido que resultará sua demarcação pelos sinais de pontuação” (CHACON, 1998, p. 188).

Quanto à coesão, um modo pelo qual ela se estabelece diz respeito a um emprego característico de vírgulas abordado pelos gramáticos: o de assinalar elipses. Tanto Bechara (1983) quanto Lima (1978) reconhecem esse emprego: para o primeiro, a vírgula é empregada “para indicar, às vezes, a elipse do verbo (BECHARA, 1983, p. 338); para o segundo, usa-se a vírgula “para marcar a supressão do verbo” (LIMA, 1978, p. 424). Com efeito, visto que, nos casos de elipse, a pontuação cria vizinhança entre termos que não estão efetivamente presentes na frase, deparamos com o papel que a pontuação tem de estabelecer a coesão textual. Por sua vez, a delimitação, por meio da pontuação, de estruturas às quais os gramáticos atribuem caráter explicativo (que incluiria o que eles designam como comentários, explicações, reflexões etc.) também remete ao papel coesivo da pontuação, uma vez que essas

⁶Note-se que Chacon (1998), quando tratou da dimensão fônica da linguagem, especificamente da extensão e da intensidade, curiosamente não se referiu a essa passagem de Cunha (1986), absolutamente exemplar daqueles aspectos.

estruturas têm como particularidade voltarem-se sobre outras estruturas e estabelecerem nexos com fragmentos textuais. Esses nexos, segundo a percepção de alguns autores, podem ser estabelecidos pelas pausas que os delimitariam se emitidos na oralidade – pausas que, na escrita, seriam transcodificadas por meio de sinais de pontuação.

Antes de dar o próximo passo, em que trabalhará com a dimensão enunciativa, Chacon (1998) ainda comenta que os vários empregos da pontuação remetem a diferentes fatos da organização textual da linguagem na escrita. Para ele, alguns autores, sobretudo os de orientação linguística, referem-se explicitamente aos vínculos entre a pontuação e a organização textual; todavia, segundo afirma, “uma leitura atenta dos autores que enfocam a linguagem sob prisma gramatical também pode revelar inúmeras intuições do que hoje podemos entender como papel textual da pontuação” (CHACON, 1998, p. 194).

1.2.2.8 A dimensão enunciativa

Como o autor já havia abordado essa dimensão em outro momento de seu trabalho, Chacon (1998) dedica-se agora, ainda que brevemente, ao tratamento de um aspecto particular relativo à pontuação e à enunciação: a expressividade na escrita, intimamente ligada ao envolvimento do escrevente com a construção de seu objeto de escrita, mais especificamente com o fato de o escrevente organizar e manifestar seus estados subjetivos por meio de outros códigos de expressão verbal que não a oralidade. Esses estados, “além de construídos e expressos na escrita por meio de palavras, são construídos e expressos, nesse código, também por meio da pontuação” (CHACON, 1998, p. 194).

Também para Bueno (1964), que corrobora essa perspectiva, há a distinção entre um uso “lógico” e um uso “literário” da pontuação; neste último, conforme assegura, “representam os sinais de que dispomos, as emoções, as mudanças da linguagem afetiva” (BUENO, 1964, p. 131).

Outros gramáticos ainda legitimam essa compreensão, entre os quais se destaca Barboza (1830): ao tratar das elipses, geralmente assinaladas por pontuação, o autor realça sua importância na escrita “para dar mais fogo e vivacidade ao discurso, e assim imitar melhor a marcha precipitada das paixões” (BARBOZA, 1830, p. 409). Com efeito, embora de modo limitado e impreciso, “a pontuação é na escrita um recurso essencial para a transcodificação das emoções com as quais o escrevente se expressaria na oralidade” (CHACON, 1998, p. 196).

Chacon (1998), assim, encerra seu estudo, tendo considerado, primeiramente, que a pontuação indicia os vínculos entre a escrita e a oralidade, visto que revela tentativas de reprodução da língua falada e que funciona como um recurso de interpretação para o texto escrito. Observou ainda o autor que a pontuação indicia a constituição da escrita como um código particular de expressão verbal, já que revela, no processo de representação simbólica próprio da escrita, a espacialização da linguagem, bem como sua não-espontaneidade. Observou, finalmente, que a pontuação indicia a construção do próprio estatuto simbólico da escrita, uma vez que denuncia a transcodificação de características da oralidade que as dimensões fonológica, sintática e textual operam na atividade expressiva.

1.3 ADJUNTO, ESSENCIAL ENTRE ACESSÓRIOS

O objeto de que se ocupa este trabalho tem lastro em relevantes contribuições, por isso agora o objetivo desta etapa é consultar parte da literatura linguística e gramatical que já se dedicou ao estudo da função com a qual nos ocupamos, o Adjunto, cujo alcance corresponde a diferentes realizações, tanto na ordem do grupo, com adjuntos adverbiais realizados por locução ou expressão adverbial, quanto na ordem da palavra, com advérbios. Partimos, a princípio, das formulações de gramáticos cujos trabalhos filiam-se à tradição para, em seguida, conhecermos a contribuição de estudiosos alinhados a orientações funcionalistas. Esse levantamento é imperativo para que se revele o estado da arte e, assim, se conheça a compreensão de diferentes teorias a respeito do objeto desta investigação. Mais adiante, quando da apresentação de nosso sistema, haveremos de cotejar nossa proposta com o recorte aqui selecionado – que, se não tem a pretensão de contemplar a totalidade dos trabalhos já desenvolvidos no âmbito dos estudos sobre Adjunto, figuram como obras de referência e de representação desse expressivo conjunto de reflexões. Destaque-se que não é desprezível a dificuldade que de início se impõe, já que nem mesmo entre os gramáticos normativos há consenso quanto ao entendimento daquilo a que se pode chamar de advérbio: inadvertidamente misturam-se critérios e funções bastante diferentes – fato que tende a ser escamoteado nos enfoques tradicionais –, e a um conjunto heterogêneo e indefinido atribui-se a qualidade de “advérbio”. A propósito, essa mesma dificuldade delimitativa ocorre com relação ao adjunto adverbial: Neves (2011) comenta que o que se chama por adjunto adverbial é tão diverso que em um mesmo grupo foram reunidas diferentes funções, cuja natureza, desde o conceito até o uso, também pressupõe diferentes pontos de partida. Evidente que não se deve perder de vista que uma certa ambiguidade proveniente da descrição gramatical corresponde a uma determinada ambiguidade estrutural com a qual o usuário da língua opera, mas, no limite, essa imprecisão categórica também acaba por gerar classificações conflitantes. Além de o advérbio não ser uma classe de palavras com características morfossintáticas uniformes, os critérios utilizados pela tradição gramatical para delimitá-lo não identificam, nem mesmo aproximadamente, as expressões que a mesma tradição gramatical tem apontado como advérbios. Miniatura de uma ampla bibliografia, o percurso aqui proposto justifica-se, entre outras razões, não só pelo indiscutível reconhecimento desses autores ou pela diversidade analítica que se pode alcançar a partir de suas obras, mas também pela progressão histórica que acabam por dimensionar no enfrentamento do tema a que nos dedicamos. Nesse cenário, uma ausência talvez se faça sentir: a da própria Maria Helena de Moura Neves

(2011), cujo trabalho dedicado ao advérbio na *Gramática de Usos do Português*, em que pese a expressividade e o rigor, não está interessado na formulação de hipóteses que o compreenda a partir de generalizações capazes de agrupar sistematicamente suas diferentes funções – propósito e esforço comuns a outros estudos aqui contemplados. Talvez isso se dê exatamente porque, para a autora, as classes de palavras são flexíveis, e não exemplificam esquemas rígidos; para ela, afinal, “o princípio da multifuncionalidade constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem” (NEVES, 2011, p. 15). Apesar de participarmos da perspectiva funcionalista assumida pela estudiosa, também estamos à busca de uma compreensão que confira aos advérbios uma dimensão sistêmica e paradigmática. Além disso, a descrição empreendida pela autora já está, em certa medida, suficientemente sinalizada nesse conjunto de reflexões que aqui se apresenta sobre o Adjunto. Por tudo isso, haveria algum grau de redundância na exposição de sua gramática, motivo por que optamos por essa omissão, sem prejuízo, todavia, para o entendimento do repertório teórico já produzido sobre o tema. Acompanhemos, finalmente, a compreensão que nos fornecem Celso Cunha (2008), Evanildo Bechara (2009), Ilari (2002), Perini (2006), Azeredo (2010) e Castilho (2010).

1.3.1 *Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha (2008)*

Para Celso Cunha (2008), o adjunto adverbial, pertencente aos chamados termos acessórios da oração, é o termo de valor adverbial “que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo ou de um advérbio” (CUNHA, 2008, p. 102). Para o gramático, o adjunto adverbial pode vir representado por 1) advérbio, 2) locução ou expressão adverbial e 3) oração, os quais se podem exemplificar, respectivamente, assim:

- 1) Eu *já* nunca tinha ouvido coisa igual. (C. Meireles);
- 2) *De repente* um carro começa a buzinar *com força* junto ao meu portão. (R. Braga);
- 3) *Como eu achasse muito breve*, explicou-se. (M. de Assis).⁷

Da estrutura à semântica, ainda de acordo com Cunha (2008), é difícil enumerar todos os tipos de adjuntos adverbiais: “muitas vezes, só em face do texto se pode propor uma classificação exata” (CUNHA, 2008, p. 103). Não obstante, ele destaca os seguintes: de

⁷ Deixemos, por ora, à argúcia dos leitores os questionamentos relativos à posição, à virgulação e ao *corpus* literário – aspectos de que trataremos oportunamente.

causa, companhia, concessão, dúvida, fim, instrumento intensidade, lugar, matéria, meio, modo, negação e tempo. Seu canônico conjunto de exemplos agora não vem ao caso, visto que, neste momento, nos interessam mais especificamente suas considerações sobre os advérbios – os quais, segundo o gramático, são palavras que modificam o verbo, o adjetivo ou outro advérbio: “os advérbios se juntam a verbos, para exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal, e a adjetivos, para intensificar uma qualidade” (CUNHA, 2008, p. 312). Posterior objeto de reflexão dos linguistas, o gramático já intuía o fato de que certos advérbios aparecem modificando toda a oração – antecipando, assim, parte das discussões que hoje se faz sobre escopo, conforme veremos mais adiante.

Quanto à classificação, para Cunha “os advérbios recebem a denominação da circunstância ou de outra ideia acessória que expressam” (CUNHA, 2008, p. 312) – reafirmando-se, uma vez mais, o caráter sempre acessório dispensado por ele a esse elemento, à maneira como já o fizera quando do tratamento do adjunto adverbial.

Quanto à colocação (motivo de debate e, não raro, de dissenso entre especialistas), Cunha (2008) também se pronuncia, dando ensejo a mais uma série de investigações, entre as quais a nossa, embora não nos concentremos apenas nesse particular. Para o gramático, “os advérbios que modificam um adjetivo, um particípio isolado ou um outro advérbio colocam-se geralmente antes destes”; “os de modo colocam-se normalmente depois do verbo”; e “os de tempo e de lugar podem colocar-se antes ou depois do verbo” (CUNHA, 2008, p. 316).

Por fim, mas não menos polêmico, o autor ainda aponta para o fato de certas palavras ou expressões – segundo ele, “por vezes de classificação extremamente difícil” – serem compreendidas impropriamente como advérbios, a exemplo de *também*, *só*, *inclusive* e *apenas* – exatamente as mesmas palavras que, curiosamente, mereceram um outro estudo de Sírío Possenti (2002).

1.3.2 Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara (2009)

A gramática de Bechara (2009) foi a primeira em nossa tradição gramatical a dedicar grande parte de suas páginas à teoria gramatical, focalizando as dimensões universais da linguagem, os planos e níveis da linguagem, a língua histórica e a língua funcional, os conceitos de sistema, norma, fala e tipo linguístico, as propriedades dos estratos de estruturação gramatical, os conceitos de dialeto, língua comum, língua exemplar, a distinção entre gramática científica e gramática normativa, e finalmente as divisões da gramática e de

suas disciplinas afins, com ênfase na Linguística do texto. Bechara (2009) também se dedica ao estudo do advérbio em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, onde se vê registrado que essa classe é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. O autor – como Cunha (2008) também o fez – reconhece que o advérbio pode referir-se ao verbo, ao adjetivo, ao advérbio ou a uma declaração inteira, compreensão compartilhada por vários estudiosos, conforme ainda haveremos de demonstrar. Para o gramático, os advérbios assinalam a posição temporal ou espacial do falante, ou o modo pelo qual se visualiza o “estado de coisas” designado na oração. A certa altura de sua exposição, Bechara (2009) lembra-se de Mattoso Câmara (MC.8, 122), para quem a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios perturba tanto sua descrição quanto sua demarcação classificatória.

Na seção em que trata especificamente das circunstâncias adverbiais, vale a pena transcrever o que se segue:

constituindo o advérbio uma classe de palavra muito heterogênea, torna-se difícil atribuir-lhe uma classificação uniforme e coerente. Em geral, seu papel na oração se prende não apenas a um núcleo (verbo), mas se amplia na extensão em que se espraia o conteúdo manifestado no predicado. Isto lhe permite, em primeiro lugar, certa flexibilidade de posição não só no espaço em que se prolonga o predicado (com seu núcleo verbal), mas se estende aos domínios do sujeito, podendo anteceder-lo ou vir-lhe posposto. Este papel singular do advérbio lhe dá também certa autonomia fonológica, de contorno entonacional muito variado, a serviço do intuito comunicativo do falante (BECHARA, 2009, p. 290).

O autor aponta para o fato de existirem advérbios de papel semântico-sintático mais interna ou mais externamente ligados ao núcleo verbal – daí, segundo ele, escapar ao analista uma classificação unitária que abarque todos os casos possíveis. Na classificação do advérbio, ora se pauta pelos valores semânticos das unidades que o constituem, ora por critérios funcionais: no primeiro caso, segundo estabelece o autor, os advérbios são classificados como denotadores de tempo, lugar, quantidade, etc.; pelo segundo critério, ainda conforme Bechara (2009), apresentam-se os advérbios demonstrativos, relativos e interrogativos.

Com efeito, quando do tratamento dos adjuntos adverbiais, o autor também reconhece que eles constituem uma classe muito heterogênea – à semelhança do próprio advérbio – não só do ponto de vista formal como ainda do ponto de vista de valor semântico: “tal fato leva a que constantemente esteja a não delimitar com nitidez as fronteiras com outras funções sintáticas e com conteúdos de pensamento designado vizinhos” (BECHARA, 2009, p. 439).

1.3.3 “Considerações sobre a posição dos advérbios”, de Rodolfo Ilari et al., *Gramática do Português Falado*(2002)

Rodolfo Ilari (2002), ao abordar a análise que a tradição gramatical tem dispensado aos advérbios, ressalta a convivência de duas expectativas até certo ponto inconciliáveis: “de um lado, espera-se que os advérbios ocorram, nas orações que adotam a chamada ‘ordem direta’, depois dos termos integrantes do predicado; de outro, representa-se o advérbio como usufruindo, no interior da oração, de relativa mobilidade” (ILARI, 2002, p. 53). Para o autor, evidentemente erradas quando referidas à classe dos advérbios como um todo, essas duas teses se revelam corretas se forem adequadamente qualificadas, e oportunamente situadas no contexto de uma discussão menos genérica sobre a posição que o advérbio ocupa na sentença, em língua portuguesa. O autor então demonstra que a aparente mobilidade dos advérbios está sujeita a uma série de determinantes textuais, cujo reconhecimento, resultado de minuciosa caracterização das propriedades semânticas, sintáticas e distribucionais de uma expressiva variedade de advérbios, relativiza essa falsa impressão de aleatoriedade: o deslocamento da posição preferencial para outras posições obedece principalmente à necessidade de precisar o escopo do advérbio, mas pode explicar-se por razões de informatividade ou de interesse discursivo. É exatamente este último aspecto que se deve considerar com a devida atenção: o autor amplia o escopo do advérbio, destacando-lhe sua atuação não só quanto à predicação de constituintes da oração, mas também quanto a sentenças e a sequências discursivas mais amplas, o que coloca em evidência o caráter multifuncional do advérbio e sua estreita relação com a ordenação discursivo-argumentativa.

Postas essas considerações, Ilari (2002) especifica os procedimentos de seu trabalho, que opta por levar em conta apenas os advérbios, deixando de tratar de outras funções adverbiais, segundo ele, expressas por locuções. O propósito de seu estudo, conforme nos esclarece, é o de sugerir uma caracterização semântica dos advérbios, a partir da qual se esboçarão algumas regras sintáticas relativas à distribuição dos advérbios pelas posições na sentença. O autor, que admite os limites imprecisos da classe dos advérbios, recobra, em princípio, três critérios tradicionais, a saber: o morfológico (palavra invariável); o sintático (palavra relacionada sintaticamente ao verbo, ao adjetivo ou a outro advérbio); e o nocional (palavra que indica circunstância e modificação). Segundo ele, todavia, a aplicação desses mesmos critérios surte efeitos claros e não-contraditórios apenas em um pequeno número de casos exemplares:

na prática, o gramático defronta-se com inúmeros exemplos em que aqueles critérios levam a classificações conflitantes; e à dificuldade de aplicação dos próprios critérios a gramática tradicional tem acrescentado as de um tratamento até certo ponto inconsequente, decorrente em grande parte da tentativa de associar de maneira constante à *palavra* certas propriedades que se confirmam apenas para algumas de *suas ocorrências*. Seja como for, as gramáticas enquadram atualmente entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavras* de que seria mais correto dizer que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem aos critérios tradicionais para a classificação como advérbios. Tratar do advérbio é, antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões (ILARI, 2002, p. 57).

Depois de tratar de outros casos que colocam em xeque os critérios tradicionais, o autor assegura que “a observação de todos esses fatos mostra que as classes de palavras devem ser entendidas não como recortes categóricos do léxico, e sim como um conjunto de pontos nítidos separados uns dos outros por faixas sem nitidez” (ILARI, 2002, p. 62). Em tempo: “faixas sem nitidez”, segundo nos parece, não é senão eufemismo para descrição insuficiente; ora, tendo em vista as exigências do autor – para quem os critérios utilizados na tradição gramatical para delimitar a classe dos advérbios não identificam, nem mesmo aproximadamente, as expressões que a mesma tradição gramatical tem apontado como advérbios (o que, portanto, comprometeria o emprego desses critérios para uma análise mais rigorosa) –, sua compreensão, nesse particular, soa-nos estranhamente evasiva e provisória.

Um passo adiante, Ilari (2002) propõe o agrupamento dos advérbios em três grupos: os dêíticos, os intensificadores e os de verificação – haja vista que, a partir de seu estudo, há regularidades que lhe autorizam a falar, se não do advérbio como uma classe homogênea, pelo menos de conjuntos de expressões que funcionam de maneira sensivelmente semelhante. Para o autor, as evidências de que dispõe apontam para o fato de que o advérbio não é uma classe de palavras com características morfossintáticas uniformes. Por isso, sempre segundo Ilari (2002), seria um contrassenso propor ou até mesmo ensaiar uma definição geral de advérbio. Feitas essas ressalvas (que, em última análise, apenas confirmam a complexidade do objeto a que nos dedicamos⁸), seguem-se outros passos, que ainda lançam luz sobre aspectos importantes relativamente aos advérbios.

⁸ A propósito da complexidade de nosso objeto, Sírio Possenti (2002), ao tratar da colocação dos advérbios *também*, *só*, *inclusive* e *apenas*, comenta que as motivações de determinadas posições são difíceis de descrever. A certa altura de seu estudo, em tom de desabafo, registra: “sabe Deus por que estas coisas acontecem com esta classe de palavras!” (POSSENTI, 2002, p. 302).

Em “Classe de advérbios: uma proposta”, segunda seção do trabalho, o autor apresenta-nos a seguinte caracterização: 1) advérbios de constituinte, 2) advérbios de sentença e 3) advérbios de discurso. Na concepção tradicional, o advérbio é representado como uma parte da oração, sugerindo-se, assim, que seu papel se esgota quando é aplicado aos constituintes da oração. Para o estudioso, todavia, o advérbio pode aplicar-se também à oração como um todo – fato já intuído por Cunha (2008), conforme demonstramos anteriormente. Acompanhem os passos:

1. “*Basicamente*, eu posso não interferir no processo global... mas eu queria entender esse processo” (SP-343: 585).
2. “O Brasil diz-se *basicamente* subdesenvolvido e diz-se também que ele está crescendo (SP-343: 499).

No exemplo (2), o advérbio *basicamente* pode interpretar-se como qualificando *subdesenvolvido* ou *diz-se*. O que importa perceber, aqui, de acordo com Ilari (2002), é que o informante não está necessariamente comprometido com nenhuma dessas afirmações, que são de certo modo atribuídas à opinião corrente. O mesmo já não se pode dizer do *basicamente* do exemplo (1), que não se refere a nenhum constituinte em particular, mas tem de ser referido à sentença como um todo. É, pois, a partir desse dado que se nos apresenta a noção de “advérbio sentencial”, que, sempre segundo o autor (p. 68-71), assim se particularizam:

(a) [*hedges* (advérbios de circunscrição)]

À semelhança do que ocorre com *basicamente*, não correspondem à noção tradicional advérbios como *no fundo*, *praticamente*, *oficialmente*, *de fato*, *humanamente*. O traço comum desses advérbios é limitar o ponto de vista sob o qual pode ser considerada correta a asserção:

(3) A professora, ela *no fundo* é uma orientadora, porque quase sempre ela é procurada pelos alunos [1241].

(b) [quase-modais]

Outros advérbios sentenciais, incluindo realmente, provavelmente, possivelmente, dificilmente, modalizam a asserção:

(4) *realmente*, deve ser maravilhoso ter uma família grande [64].

(c) [aspectualizadores]

Ainda uma outra classe de advérbios sentenciais inclui ocorrências de *geralmente*, *normalmente*, *diariamente*, *de vez em quando*, *às vezes*, indicando a frequência com que um evento se reitera:

(5) o pai não se desloca a um campo de futebol para levar o menino, então *geralmente* ele vai com um tio [1361].

(d) [atitude proposicional]

Finalmente, os advérbios de atitude proposicional referem uma apreciação geralmente do falante, sobre o conteúdo da asserção:

(6) Ainda não... *Felizmente* as crianças ainda não começaram aquela fase mais difícil [49].

Na sequência do trabalho, abordam-se advérbios aplicados à sentença e ao discurso, demonstrando-se, assim, que alguns advérbios podem ser aplicados a segmentos de amplitude e natureza linguística diferentes, ora 1) restringindo-se à predicação, ora 2) estendendo-se a toda a sentença, ora 3) abarcando uma sequência discursiva mais ampla e definindo um novo momento da organização do discurso, visto que, neste último caso, à sequência e à referência espaço-temporal substituem-se outras séries, que incluem, ainda segundo o autor, a continuidade temática, a continuidade do tópico e a continuidade e ordenação da argumentação – cuja descrição, por exceder o limite da sentença, pertence à gramática do texto. A partir desses fatos, Ilari (2002) considera que uma descrição completa do advérbio dependeria do domínio de dois tipos de gramática: a) uma gramática que estuda as expressões do ponto de vista de sua constituição morfossintática e de sua conexidade; b) uma gramática que define e organiza unidades relevantes para a compreensão do fluxo de informação e da coesão textual.

Ao tratar, finalmente, da ordem, o autor aponta para o fato de que a primeira impressão de quem aborda os advérbios do ponto de vista da posição que ocupam na oração é de grande liberalidade posicional. Nesta seção, em que se trata de regras de ordenação, levantam-se hipóteses que envolvem tanto as estratégias na escolha de posições quanto os aspectos pragmáticos-discursivos implicados nessas escolhas – entre os quais se destacam as discussões relativas à informação nova e ao contraste. Ainda sobre esse mesmo tema – agora a propósito das posições periféricas na oração, mais especificamente sobre as noções de “posição inicial” e “posição final”, já intuídas por outros estudiosos –, vale a pena trazer à discussão a compreensão de Castilho (1987) sobre a existência de “margens” nas unidades discursivas:

as margens veiculam avaliações do falante a respeito do que ele fez constar no núcleo ou contêm instruções que orientam a interação e organizam as formas do desenvolvimento temático. (...) As margens representam como que os andaimes da construção linguística, deixando à mostra os processos de sua constituição. Elas receberão aqui o nome de marcadores discursivos (CASTILHO, 1987, p. 103).

É com base nessa e em outras perspectivas que Ilari (2002) sumariza a ordenação dos advérbios. Para ele, a chamada “posição inicial” é, mais do que um ponto, um amplo segmento onde se encontram expressões no papel de: a) operadores discursivos; b) tópicos; c) complementizadores e d) sujeito da oração. Por sua vez, a chamada “posição final” inclui: a) antitópicos; b) *afterthoughts* e c) operadores discursivos. Após demonstrar a fundamentação de sua proposta e, ao mesmo tempo, apontar outras hipóteses ainda em aberto, o autor aproxima-se das considerações finais de seu estudo, não sem antes registrar as impressões mais gerais que foram se firmando no decorrer do trabalho. Acompanhemos seus últimos passos, entre os quais destacamos estes:

- a) As expressões que a gramática tradicional denominou “advérbio” constituem uma classe extremamente heterogênea, e caracterizam-se pelo caráter extremamente variado das funções sintáticas que exercem e dos ambientes sintáticos em que ocorrem (...);
- b) A posição que os advérbios ocupam na frase corresponde a alguns paradigmas (advérbios sentenciais, advérbios predicativos intra-sentenciais, operadores discursivos) que se definem funcionalmente e que correspondem a várias propriedades de ordem sintática e semântica (...) (ILARI, 2002, p. 113).

Ao término de seu estudo, de inquestionável relevância para a área, resta a impressão de que, embora pouco conclusivas, o autor fez importantes contribuições para o tratamento dos advérbios. Ignorar sua colaboração é, seguramente, correr o risco de se repetir.

1.3.4 *Princípios de linguística descritiva*, de Mário A. Perini (2006)

Ao tratar das teorias e dos métodos utilizados para descrever a organização formal e semântica da língua, *Princípios de linguística descritiva* apresenta-se como bibliografia obrigatória de introdução ao pensamento gramatical, visto que se ocupa tanto das noções básicas quanto dos instrumentos de análise pertinentes à atividade descritiva. Em capítulo destinado a funções sintáticas, Perini (2006) dedica-se às funções adverbiais, consideradas, por ele, um grupo de funções bastante diferenciadas, que têm em comum a possibilidade de

serem expressas por sintagmas compostos de **preposição** + SN, ou então por itens tradicionalmente chamados “advérbios”. Para o autor, “a classe dos ‘advérbios’ não tem coerência” (PERINI, 2006, p. 117), mas, para efeitos de exemplificação, passa a aceitá-la provisoriamente, dando-lhes a designação não comprometida de “elementos adverbiais”.

A partir de um pequeno conjunto de dados (“Meu pai tocava violão no banheiro”; “Amanhã vamos ter um almoço na casa do Noca”; “Ela vive chorando por causa do namorado”; “O Eduardo escreve muito bem”; “Vovó vai ao jogo com o Dr. Azevedo”), demonstra-se que esses elementos exprimem muitas relações semânticas diferentes, cuja multiplicidade, um tanto fora de controle, é típica dos elementos adverbiais da oração – não porque eles sejam mesmo semanticamente indefinidos, ressalva o autor, mas porque não foram ainda devidamente estudados: a variedade semântica é grande, “mas sintaticamente muitos deles têm comportamento bastante semelhante, o que nos autoriza atribuir a esses uma função sintática única – até melhor juízo, claro, já que faltam estudos pormenorizados”. (PERINI, 2006, p. 118).

Mais adiante, em outro capítulo do livro, o autor ainda retoma a questão: “as palavras que tradicionalmente se classificam como ‘advérbios’ pertencem na verdade a diversas classes nitidamente diferentes quanto ao tipo de significado e quanto ao potencial funcional”⁹ (PERINI, 2006, p. 161). Para ele, dicionários e gramáticas citam como advérbios, entre muitas outras, as seguintes palavras: *depressa, sim, não, só, francamente*. Visto que uma classificação só faz sentido se houver um alto grau de coincidência no comportamento dos itens, seria, então, de esperar que todas essas palavras tivessem comportamento gramatical semelhante – mas não é o caso. Logo, sempre segundo o autor, considerando-se a lista dos “advérbios” tradicionais, as diferenças de comportamento são tão grandes que a inconveniência de colocá-los todos em uma só classe é evidente.

Apenas um exemplo, entre tantos outros: *sim* e *não* ocorrem em ambientes profundamente diferentes:

- Essa loja não existe. / *Essa loja sim existe.
- Os não iniciados eram excluídos / *Os sim iniciados eram excluídos.
- Não, eu não vou lá. / *Sim, eu sim vou lá.

⁹ Neste ponto, coincidem as perspectivas de Perini (2006) com as de Maria Helena de Moura Neves (2011). Na *Gramática de usos do português*, em capítulo exclusivamente destinado ao estudo do advérbio, a autora reserva um subtítulo para tratar das subclasses dos advérbios. Também para ela, “os advérbios formam uma classe heterogênea quanto à função” (NEVES, 2011, p. 236).

Esses casos parecem ser o bastante para demonstrar a grande variedade de comportamentos gramaticais encontrada no grupo de palavras tradicionalmente chamadas “advérbios”:

é claro que o que temos aqui não é uma classe, mas diversas classes. É bastante difícil descobrir traços gramaticais importantes que unam todas elas (ninguém até hoje conseguiu isso), tanto mais que o valor semântico desses itens também varia. (...) Chamar a todos de ‘advérbios’ é ignorar um mundo de fenômenos gramaticais importantes (PERINI, 2006, p. 163).

1.3.5 *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2010)

Com efeito, partilha dessa opinião José Carlos de Azeredo (2010), para quem o advérbio é a classe mais heterogênea das classes de palavra, cujas características típicas, além da invariabilidade formal, são a função modificadora e a mobilidade posicional em relação ao termo que ele modifica. Para o autor, “existem várias subclasses semânticas e sintáticas de advérbio” (AZEREDO, 2010, p. 193): ao tratar de uma delas, especificamente a que encerra o grupo *já/ainda/mais*, o estudioso aponta para o fato de esses advérbios não serem indispensáveis ao conteúdo objetivo das frases; a função deles é, sobretudo, argumentativa, uma vez que servem para realçar premissas ou suscitar inferências:

Assim, dizer *Estas bananas estão maduras* ou *O jogo está no segundo tempo* pode ser uma mera constatação; por sua vez, *Estas bananas já estão maduras* ou *O jogo já está no segundo tempo* implica obrigatoriamente um juízo (...). O mesmo se observa em exemplos com ‘ainda’; basta comparar *Estas bananas estão verdes* e *Estas bananas ainda estão verdes*, *O jogo está no primeiro tempo* e *O jogo ainda está no primeiro tempo*. (AZEREDO, 2010, p. 195).

Nesse sentido, sim, talvez seja mais razoável admitir o caráter acessório que Cunha (2008) insiste em atribuir aos advérbios – tanto é que o próprio Azeredo (2010) assim o faz: para ele, o advérbio/sintagma adverbial (SAdv.) participa da estruturação gramatical do enunciado, na maioria das vezes, como um típico termo acessório, isto é, um termo que pode ser removido da oração sem afetar sua integridade gramatical. “Alguns advérbios são até irrelevantes para o conteúdo da proposição; sua importância está nos efeitos discursivos que produzem.” (AZEREDO, 2010, p. 282).

Valiosa contribuição para os estudos a que nos dedicamos, Azeredo (2010) propõe cinco subfunções aos advérbios/SAdv., conforme a estrutura maior que integram. Sempre de acordo com o autor, sigamos brevemente estes passos¹⁰:

- a) adjunto *oracional*: constituinte do período ou enunciado, adjacente a uma oração:
 - *Naturalmente*, ele ainda não tinha visto o mar de perto.
- b) adjunto *verbal*: constituinte do SV, adjacente ao verbo:
 - Naturalmente, ele *ainda não* tinha visto o mar *de perto*.
- c) adjunto *secundário*: constituinte do SAdj. e do SAdv., adjacente ao adjetivo ou a outro advérbio, intensificando-os:
 - Vocês estão andando *muito* depressa.
- d) adjunto *focalizador*: adjacente a qualquer espécie de sintagma, serve para particularizar uma informação em nome de um propósito argumentativo ou enfático do enunciador:
 - *Pelo menos* uma parte do dinheiro foi recuperada.
- e) adjunto *conjuntivo*: adjacente ao SV, estabelece algum tipo de relação lógica com a parte precedente do enunciado:
 - Com a ampliação da gama de produtos dirigidos às crianças, cresceu *igualmente* o espaço a elas destinado nos supermercados e lojas de departamento.

Visto que nos reportaremos a ela no decorrer de nosso trabalho, sigamos, então, agora mais pormenorizadamente, a caracterização dessas subfunções proposta por Azeredo (2010):

a) Adjuntos oracionais

Segundo o autor, a posição típica do adjunto oracional é o início do enunciado, embora esse adjunto também possa ter uma grande mobilidade:

¹⁰ Com esta nova proposição, não se invalidam as sugestões de Ilari (2002); antes, dá-se um importante passo em relação àquela sua caracterização, segundo a qual – recordemos – os advérbios podiam ser de constituinte, de sentença ou de discurso. Trata-se, sim, de uma proposta convergente e complementar.

- 1 - Sinceramente, eu não confio nesse governo;
- 2 - Eu sinceramente não confio nesse governo; 3
- Eu não confio, sinceramente, nesse governo;
- 4 - Eu não confio nesse governo, sinceramente.¹¹

A importância do adjunto oracional para o sentido do enunciado está em que, por meio dele, a) o enunciador retrata o grau de seu comprometimento com a verdade do fato expresso na oração; b) o enunciador define o ponto de vista ou domínio de conhecimento do qual depende a validade do conteúdo da oração; c) o enunciador exprime o efeito psicológico que o conteúdo da oração lhe causa.

b) Adjuntos verbais

Para Azeredo (2010), considera-se adjunto verbal a função do sintagma adverbial que pertence ao SV. Este lugar restringe sua mobilidade no interior da oração. Pode-se perceber a diferença entre o adjunto oracional e o adjunto verbal comparando o funcionamento do advérbio *normalmente* – que pode ser uma coisa ou outra – nas seguintes frases:

- 1 – *Normalmente*, as aulas começam em março;
- 2 – Ele caminhou *normalmente* pelo quarto.

A primeira pode ser parafraseada por *É normal que as aulas comecem em março*, em que o adjetivo *normal* qualifica o fato expresso na proposição *as aulas começam em março*. Aí tem um adjunto oracional. Já na segunda frase, a qualidade expressa no adjetivo caracteriza a ação de caminhar. Trata-se de um adjunto verbal.

c) Adjuntos secundários

São todos de conteúdo avaliativo, podendo exprimir: a) intensidade (*muito largo, um pouco longo*); b) apreciações subjetivas diversas (*assustadoramente profundo, admiravelmente afinado*); c) comparação/semelhança (*machadianamente irônico, maquiavelicamente astuto*).

d) Adjuntos focalizadores

Como afirma o estudioso, essa é a classe mais versátil do ponto de vista sintático, já que seus membros estão aptos a acompanhar qualquer espécie de sintagma. “Quase nada acrescentam ao conteúdo da proposição, mas atuam na dimensão ilocutória do discurso, com

¹¹ Azeredo (2010), lamentavelmente, não discute os casos de virgulação implicados nestes exemplos. Afinal, seria muito oportuno conhecer as razões por que optou pelas vírgulas em 1, 3 e 4 – e apenas em 2 não as empregou.

a finalidade de transformar certa parcela do enunciado em foco da informação.” (AZEREDO, 2010, p. 287). Em enunciados como

Eles trouxeram *apenas* os agasalhos;
 Gastão não pagava *sequer* cafezinho;
 Vim aqui *unicamente* para cumprimenta-lo,

os adjuntos apenas, sequer e unicamente também introduzem no discurso juízos de valor sobre certas situações ou fatos e implicam outros enunciados:

Eles não trouxeram tudo que precisam;
 É normal as pessoas pagarem cafezinho;
 Não tenho outro objetivo aqui.

e) **Adjuntos conjuntivos**

Os adjuntos conjuntivos são utilizados como recurso de coesão, e por isso pressupõem alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto, em relação à qual a porção a que eles se unem expressa: a) uma conclusão, uma inferência, um resultado; b) uma oposição ou ressalva; c) uma retificação; d) uma confirmação; e) uma paráfrase ou explicitação; f) um acréscimo ou adição.

1.3.6 *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (2010)

Acompanhemos, agora, a contribuição de Castilho (2010), em muitos aspectos complementares às de Azeredo (2010). Ao tematizar, por exemplo, a estrutura funcional da sentença, compreende os adjuntos relativamente às seguintes propriedades:

1. discursiva, porque agregam informações acessórias à sentença e ao texto¹²;
2. semântica, porque operam sobre seu escopo (i) predicando-o, (ii) verificando-o ou (iii) localizando-o no espaço e no tempo;
3. sintática, porque (i) podem tomar por escopo o verbo, o adjetivo ou o advérbio, como *adjuntos adverbiais*, ou toda a sentença, como *adjuntos adsentenciais*, e (ii) deslocam-se no espaço sentencial com mais liberdade que os argumentos.

¹² Acerca do caráter acessório dos elementos de natureza adverbial, Castilho (2010) alinha-se à compreensão de Azeredo (2010), que por sua vez já partilhava da perspectiva de Cunha (2008).

Com efeito, os adjuntos adverbiais – sempre segundo Castilho (2010) – desempenham três grandes funções, de onde se infere sua tipologia:

- a. Predicam seu escopo, atribuindo-lhe uma propriedade semântica nova: adjuntos adverbiais modalizadores, qualificadores e quantificadores;
- b. Verificam a veracidade expressa por seu escopo: adjuntos adverbiais de afirmação, negação e focalização;
- c. Situam seu escopo numa perspectiva locativa ou temporal: adjuntos adverbiais locativos e temporais.

O autor (a par, mais uma vez, da compreensão de Azeredo (2010), por sua vez já tematizada por Ilari (2002) – a quem Castilho (2010) textualmente recorre – e também intuída por Cunha (2008)) propõe nova nomenclatura para um antigo fenômeno: trata-se dos *adjuntos adsentenciais*, que tomam por escopo toda a sentença, predicando-a¹³.

Agora mais especificamente, do adjunto adverbial aos advérbios, Castilho (2010), depois de abordar 14 espécies deles, comenta que análises críticas têm apontado para o acerto em identificar na modificação/predicação o traço forte dos advérbios e, ao mesmo tempo, a dificuldade de explicar por esse processo a totalidade dos tipos aí arrolados. Com base, portanto, em diversos outros estudos, o autor sintetiza o comportamento morfológico, sintático, semântico e discursivo dessa classe:

- morfológicamente, os advérbios são palavras invariáveis, conquanto a precária fronteira entre eles e os adjetivos criem certa trepidação nessa propriedade;
- sintaticamente, os advérbios são palavras relacionadas ao verbo, ao adjetivo ou a outro advérbio, classes que ele toma por escopo;
- semanticamente, os advérbios dividem-se em três grandes classes funcionais: os predicativos, os de verificação e os dêiticos;
- discursivamente, os advérbios atuam como conectivos textuais e orientam o eixo argumentativo do texto.

¹³ Conforme dissemos, esse mesmo fato linguístico já foi chamado de *advérbio sentencial*, por Ilari (2002), e de *adjunto oracional*, por Azeredo (2010). Está claro, pois, que é da natureza dos pesquisadores (gramáticos e linguistas, indiscriminadamente) renomear os mesmíssimos fenômenos e inflacionar o mercado acadêmico, sempre e renovadamente à espera de novos novos nomes. Outros tantos exemplos dessa natureza poderiam ser listados; contentemo-nos, todavia, com apenas este.

Acompanhemos, então, o desenvolvimento do trabalho, que se dedica tanto à observação da sintaxe e da semântica do advérbio quanto à verificação dessa classe no texto. Com efeito, para tratar do advérbio a partir da **perspectiva sintática**, Castilho (2010) formula as seguintes perguntas:

- (i) quais as funções sentenciais dessa classe?;
- (ii) advérbios selecionam argumentos?;
- (iii) qual é sua colocação no enunciado?

Colocadas de antemão essas questões, o autor aponta para o fato de que alguns advérbios tomam por escopo um constituinte da sentença (*advérbios de constituinte*), ao passo que outros tomam por escopo toda a sentença (*advérbios de sentença*) – propriedade já percebida por outros estudiosos, conforme já o demonstramos. Ao tratar das funções sentenciais do advérbio, Castilho (2010) reconhece que o exame das funções sintáticas dessa classe mostra que ela pode 1) atuar como quase argumento; 2) atuar como adjunto; e 3) atuar como marcador sintático de argumento e adjunto. Por ora, contudo, não nos estenderemos em todas essas demonstrações; oportunamente, quando da construção de nosso sistema, haveremos de cotejar nossa proposta com o quadro sugerido por este autor.

Quanto à **semântica do advérbio**, ela é enquadrada a partir de três processos:

- 1) predicação (modalizadores, qualificadores, quantificadores);
- 2) verificação (focalização, inclusão/exclusão, afirmação e negação);
- 3) dêixis (locativos e temporais).

Com relação ao primeiro processo, ou seja, à ordenação dos advérbios predicadores, o autor assim os sistematiza: a) predicação por avaliação da classe-escopo: advérbios modalizadores; b) predicação por quantificação da classe-escopo: advérbios quantificadores; c) predicação por qualificação da classe-escopo: advérbios qualificadores.¹⁴

Quanto aos advérbios de verificação, por sua vez, eles já se organizam como classe bem configurada: para o autor, como não predicam a classe sobre que se aplicam, não são advérbios prototípicos. Pode-se defini-los por sua propriedade positiva, por desencadear o processo semântico da verificação, ou por propriedades negativas, visto que, não sendo

¹⁴ Ao final dessa exposição (que aqui, por razões óbvias, está apenas parcialmente contemplada, omitindo-se grande parte dos exemplos para fins de economia), o autor comenta: “Resumindo, se ainda tivermos algumas reservas quanto a encarar a língua como um sistema complexo, em que as categorias ocorrem simultaneamente, não linearmente, basta meter o nariz nesse lance dos advérbios para se convencer rapidamente” (CASTILHO, 2010, p. 553).

predicativos, não dão uma contribuição semântica à classe-escopo. A propósito, Ilari (2002) também já havia se referido a essa mesma classe da seguinte maneira:

[Advérbios de verificação] são expressões que, para usar uma metáfora, aplicam a algum constituinte um carimbo de “conferido”, sugerindo que o locutor está de posse dos resultados de alguma verificação, que poderá ser de contagem, como em *somente três dias*, uma identificação, como em *eu gostaria de lembrar a você **justamente** a respeito de linguagem o seguinte*, ou ainda uma investigação sobre o sentido exato de uma relação de causa e efeito, como em *Loc. 1 – seus filhos são filhos da tabela? Loc. 2 – não... **justamente** porque a tabela não deu certo é que os filhos vieram ao acaso.* (ILARI, 2002, p. 76).

Já com relação aos advérbios dêiticos, Castilho (2010) é pronto em reconhecer que, como a dêixis é uma propriedade maiormente exemplificada pelos pronomes, que podem ser argumentos de um predicador, a inclusão dos dêiticos entre os advérbios se faz acompanhar sempre de uma enorme trepidação. Não obstante, aponta casos de advérbios dêiticos de lugar (categoria em que estão incluídos o que ele define como eixos horizontal, vertical, transversal, distal e de constituinte dentro/fora) e de tempo (de onde se apreendem passado, presente e futuro).

Finalmente, quanto à verificação dos **advérbios no texto**, o autor faz um recenseamento da presença dos advérbios em diferentes gêneros discursivos: ele reconhece, por exemplo, que os advérbios modalizadores assertivos se ausentam por completo nas receitas de comida, nos relatos da vida familiar e nos momentos de estabelecimento de premissas, ao passo que são altamente frequentes, por exemplo, nos trechos em que se tiram as conclusões de um raciocínio. Quando da observação do comportamento do advérbio *realmente*, Castilho (2010) comenta que esse advérbio funciona como operador argumentativo, visto que, “para acrescentar relevo a informações irrelevantes, o locutor esforça-se por conferir um tom de autoridade à sua fala, recheando-a de modalizadores assertivos” (CASTILHO, 2010, p. 580). Por fim, o estudioso ainda destaca o papel dos advérbios como conectivos textuais, uma vez que os advérbios dêiticos de lugar e de tempo operam como conectivos de sentenças complexas e de unidades discursivas, ora ligando segmentos textuais, ora localizando esses segmentos no tempo e no espaço do discurso, ora estabelecendo relações de causa e consequência.

CAPÍTULO 2

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda não só a maneira como a teoria sistêmico-funcional compreende a gramática e a descrição linguística, mas também todo o procedimento metodológico, marcado basicamente por estas duas etapas: 1) busca automática das realizações estruturais das funções gramaticais de interesse da pesquisa; 2) análise semiautomática das linhas de concordância resultantes da busca automática, cuja exposição assim se subdivide: a) extração e tratamento de dados; b) metodologia de análise.

2.1 DISCURSO SOBRE O MÉTODO

Durante muito tempo, as gramáticas da língua portuguesa não alertavam o leitor para o fato de que as considerações ali contidas recortavam os fenômenos linguísticos a partir de uma perspectiva, de um ponto de vista, de uma teoria. Hoje em dia, com a contribuição de diversos trabalhos provenientes das mais diferentes correntes funcionalistas, é necessário mostrar ao leitor o que se vai entender por língua, previamente à sua descrição. Mais uma vez, cabe o empréstimo de um dos princípios mais caros a Saussure: “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1972, p. 15). Pois bem: língua, aqui, é tomada como um objeto de estudo. Com Halliday (1978), afinal, temos que a língua é o sistema mais complexo e o recurso mais elaborado para a produção de significado. Desse modo, ela desempenha um papel central nas relações humanas e na relação com o mundo à nossa volta. Daí que entender a língua como fenômeno de investigação significa analisá-la em si mesma, buscando revelar as relações entre suas partes, voltando-se para sua organização interna.

Segundo Halliday (2002), a LSF pretende ser uma teoria de como a língua funciona: partindo-se do princípio de que a unidade maior de funcionamento é o próprio texto, e que os itens que o realizam são multifuncionais, cada elemento deve ser explicado relativamente à sua função na economia do sistema linguístico. Essa perspectiva também parte do princípio de que a diversidade funcional se reflete diretamente na organização da língua. Assim, a diversidade funcional é constituída no sistema e “manifestada” na estrutura. A análise da estrutura serve, então, como uma forma indireta de se acessar a organização do sistema. Desse modo, a investigação da estrutura linguística revela, de algum modo, as várias necessidades a que a linguagem serve. Em última análise, ao colocar em exame a estrutura da língua em uso, o que se está conhecendo é a própria produção de significado do texto.

Assim, nesta seção abordaremos a maneira como a teoria sistêmico-funcional compreende tanto a gramática quanto a descrição linguística. Para isso, em primeiro lugar, importa reconhecer que essa teoria define a gramática como o estrato do conteúdo linguístico responsável pela organização dos significados; daí que, como parte da língua – conjunto de recursos dispostos sistemicamente para a produção de significados – e, portanto, como parte integrante de um conjunto maior de fenômenos linguísticos, a gramática, na configuração mais ampla da teoria, não é o produto de um empreendimento teórico, mas um fenômeno natural (Halliday, 1978; Halliday e Matthysen, 1999; Matthysen e Halliday, 2009). Por essa razão, há de se distinguir gramática (*grammar*), fenômeno natural, de estudos gramaticais (*grammatics*), que encerram construções teóricas com a finalidade de compreender os fenômenos gramaticais. Acerca dessa diferença, Matthysen e Halliday (2009) afirmam que

a gramática, na qualidade de fenômeno a ser investigado, é interpretada segundo diferentes teorias. Fala-se da ‘gramática do inglês’ (enquanto fenômeno), porém também se fala da ‘gramática tradicional’ (uma teoria acerca do fenômeno). A distinção seria mais clara se esta última fosse chamada de ‘estudo gramatical tradicional’. Aqui, nos ocupamos do estudo gramatical sistêmico-funcional (MATTHYSSEN & HALLIDAY, 2009, p. 39).

Um pressuposto metodológico, portanto, é o de não desconsiderar que a gramática é um fenômeno sistêmico natural, que se relaciona tanto com outros estratos linguísticos quanto com outros sistemas. É nesse sentido que se pode afirmar que a teoria sistêmico-funcional estabelece que os significados são construídos na organização da gramática, motivo por que o trabalho de descrição gramatical está direcionado para a organização interna do sistema linguístico. Importa, assim, compreender a gramática no quadro mais geral do sistema, e a descrição gramatical no quadro mais geral da teoria, localizando-se os itens a serem descritos nas diversas dimensões do sistema linguístico. Com efeito, baseando-se nessa teoria, pode-se afirmar que a descrição de um fenômeno em particular contribui para a descrição do sistema em geral. Para Halliday e Matthysen (2004), afinal, uma característica da abordagem aqui adotada é ser abrangente, visto que “se ocupa da linguagem em sua totalidade, de modo que o que se diz sobre um aspecto deve sempre ser compreendido relativamente ao quadro geral” (HALLIDAY & MATTHYSSEN, 2004, p. 20).

É nesse sentido que se deve compreender a centralidade que a gramática ocupa no modelo teórico sistêmico-funcional: por tratar-se do estrato que responde pela criação de significados, seu entendimento é capaz de esclarecer a parte mais importante do sistema. Assim, cumpre considerar que a gramática realiza a semântica e que, por sua vez, a gramática é realizada pela expressão, conforme se verifica na figura 2.1:

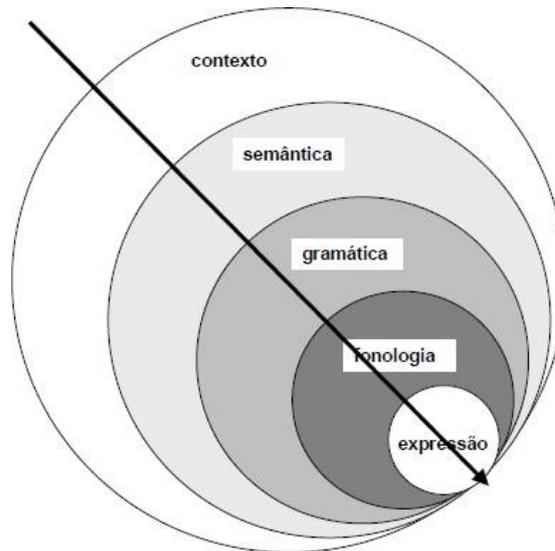


FIGURA 2.1 – Estratificação e realização

Fonte: Traduzida e adaptada de Halliday e Matthiessen (2004, p.250)

Com base nessa abordagem, Halliday (2002) propõe que os padrões sejam descritos e analisados na estratificação a partir de uma perspectiva trinocular sobre a gramática, que permite triangular a análise dos fenômenos, investigando-os: (i) “de cima”, ao se identificarem similaridades entre padrões da função no contexto; (ii) “de baixo”, ao se identificarem formas similares da constituição formal; e (iii) “ao redor”, em conjunto com outras categorias produzidas no sistema:

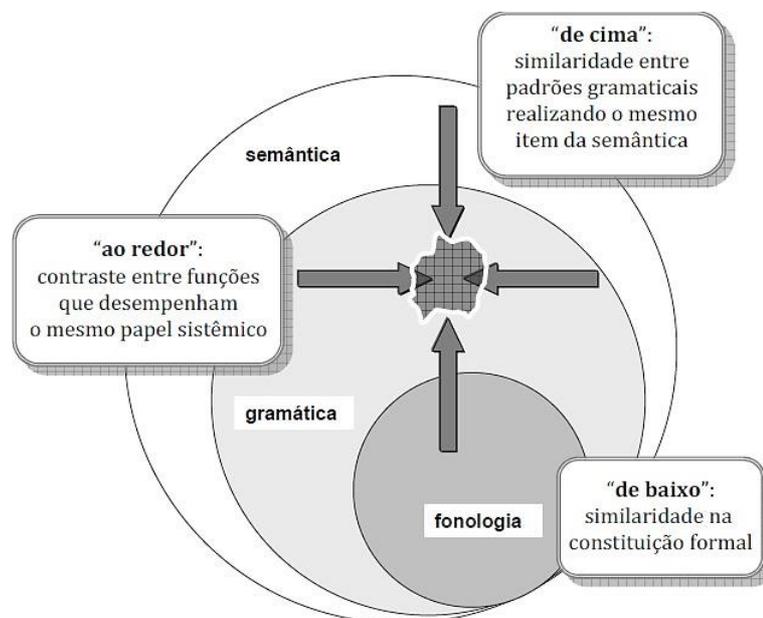


FIGURA 2.2 – Perspectiva trinocular sobre a gramática

Depois de localizada a gramática nesse quadro geral, importa tratar das três metafunções constituintes da linguagem humana, a saber: 1) a metafunção interpessoal, que realiza a sintonia; 2) a metafunção ideacional, que realiza o campo; e 3) a metafunção textual, que realiza o modo

:

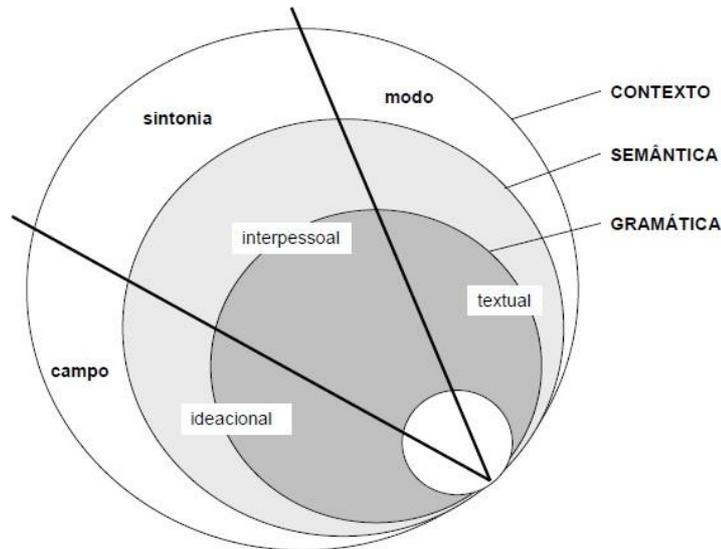


FIGURA 2.3 – Dimensão metafuncional do sistema linguístico

- 1) A metafunção interpessoal é responsável pela encenação do tipo de relação ou interação que o falante ou escritor estabelece com seu ouvinte ou leitor: relações de poder, polidez, subserviência, exigência, pedido, entre outras, são codificadas pelos sistemas desta metafunção;
- 2) A metafunção ideacional representa a experiência e a percepção das coisas que existem no mundo natural. A ela se atribui a transitividade, tipo de interação entre as coisas (participantes) e os processos (conjunto de realização dos eventos);
- 3) A metafunção textual, por sua vez, é responsável pela habilitação da realidade semiótico-textual, pela organização das outras metafunções e pela organização das informações na construção do texto, unidade operacional da língua, que pode ser falado ou expresso por meio da escrita.

Passemos, agora, ao tratamento da dimensão da instanciação apresentada por Halliday & Matthiessen (2004), cujo propósito é compreender como a língua se transforma em texto – ou seja, qual a relação entre *potencial* e *instância* (ou, em outras palavras, como o potencial linguístico é instanciado no texto). Para tanto, interessa-nos compreender a relação entre uma

determinada função gramatical e o texto em que foi empregada; com efeito, importa não só descrever as funções gramaticais no conjunto do sistema, mas também como elas são postas em uso. A instanciação é a seleção, entre as opções sistêmicas, daquelas que resultarão na construção dos significados de um texto. Essas opções, evidentemente, não são aleatórias: o processo de produção de significado pode ser disposto em um contínuo, que se estende desde o potencial (onde se encontram todos os recursos de significação), passando pelos registros (que restringem as escolhas segundo os diferentes tipos de texto), chegando à instância (onde se vê a manifestação concreta de um grupo específico de recursos) – o que se pode verificar nesta representação da dimensão instancial do sistema linguístico:

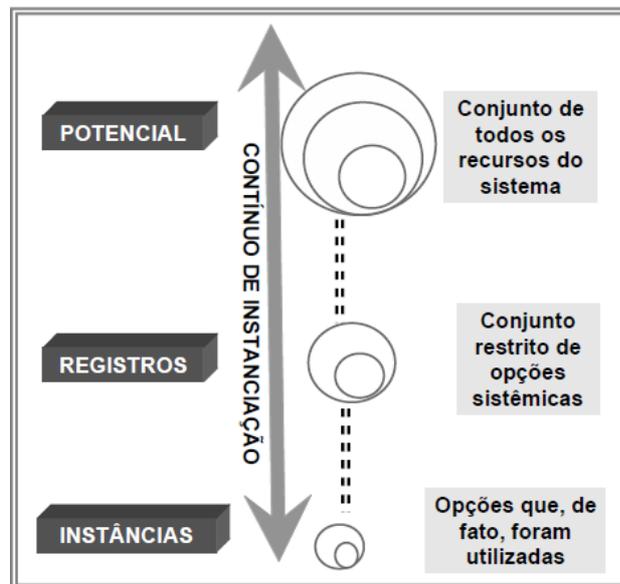


FIGURA 2.4 – Dimensão instancial do sistema linguístico

Admitindo-se, portanto, a dimensão do eixo paradigmático, a língua passa a ser compreendida como um conjunto de opções sistêmicas, o que implica o estabelecimento da delicadeza como princípio de ordenação desse eixo. A escolha de uma opção se dá em etapas cada vez mais refinadas – desde a condição de entrada (indelicada), à esquerda, até a escolha de um item lexical no final do sistema, à direita, que corresponde à opção mais delicada (assim, quanto mais à direita as seleções são feitas no sistema, mais aumenta o nível de distinção entre os itens). Com efeito, como forma de notação do sistema, a teoria sistêmico- funcional utiliza-se de redes de sistema (*system networks*), cujo objetivo é mostrar dinamicamente como acontece o processo de seleção das opções a cada passo da delicadeza, de modo a também explicar como as funções se articulam dentro desse sistema

(consequentemente, a condição de entrada e a disposição das funções como opções revelam, graficamente, como o sistema se organiza). Nesse sentido, pode-se inferir que mais delicadezas implicam maiores restrições no ambiente em que um item ocorre. Veja-se este sistema, hipoteticamente representado:

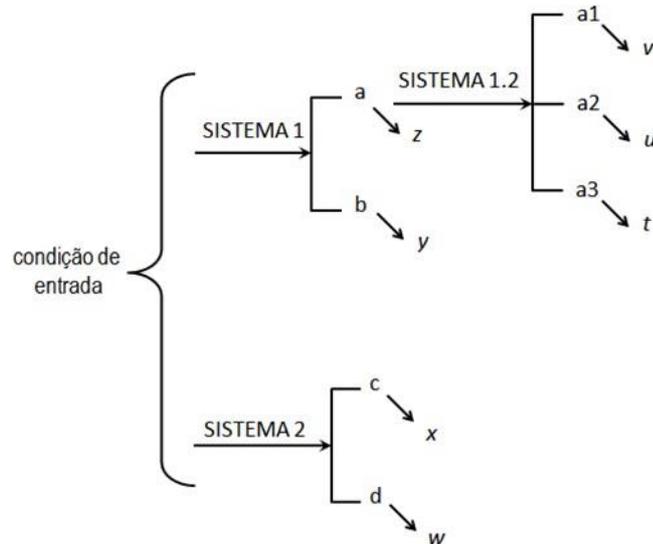


FIGURA 2.5 – Sistema hipotético

Como estabelece Martin (2013), o primeiro elemento do sistema é a condição de entrada, que determina a unidade a ser descrita. Em seguida apresentam-se os princípios de classificação que são chamados de sistemas, grafados em caixa alta. Cada sistema tem opções de classes ('a', 'b', 'c', 'd', 'a1', 'a2', 'a3') e cada classe é apresentada com sua realização ('z', 'y', 'x', 'w', 'v', 'u', 't'). Há uma relação de oposição no sistema, por exemplo, entre as classes 'a' e 'b'; logo, apesar de serem geradas pelo mesmo sistema, tais classes são opostas: essa relação de oposição é chamada de agnação. Além disso, como já o demonstramos, quanto mais à direita estiver o sistema, maior o nível de distinção entre os itens, fazendo com que o sistema fique mais delicado. Após a descrição de uma unidade, é possível visualizar as relações entre as categorias e o significado de cada uma dentro da língua em funcionamento. Veja-se ainda este quadro:

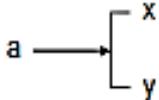
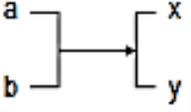
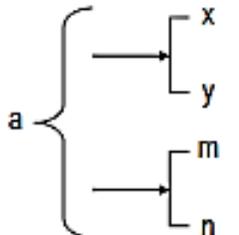
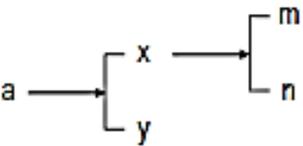
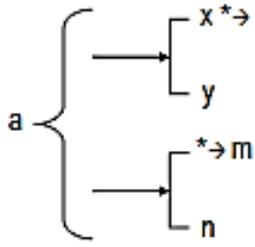
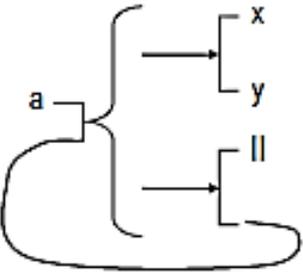
	<p>Sistema:</p> <p>Se 'a', então 'x' ou 'y' $\rightarrow a : x / y$</p>
	<p>Disjunção na condição de entrada:</p> <p>Se 'a' ou 'b', então 'x' ou 'y' $\rightarrow a / b : x / y$</p>
	<p>Conjunção na condição de entrada:</p> <p>Se 'a' e 'b', então 'x' ou 'y' $\rightarrow a \& b : x / y$</p>
	<p>Sistemas simultâneos (cosseleção):</p> <p>Se 'a', então 'x ou y', e 'm ou n' $\rightarrow a : x / y \& m / n$</p>
	<p>Ordenação por delicadeza:</p> <p>Se 'a', então 'x' ou 'y'; se 'x', então 'm' ou 'n' $\rightarrow a : x / y; x : m / n$ $\rightarrow [a : x : m; a : x : n]$</p>
	<p>Restrição na condição de entrada:</p> <p>Se 'x', então também 'm' $\rightarrow x^* \rightarrow \& \rightarrow^* m$</p>
	<p>Sistema iterativo (componente lógico):</p> <p>Se 'a', então 'x' ou 'y' e, simultaneamente, opção para selecionar do mesmo sistema novamente.</p>

FIGURA 2.6 – Notação sistêmica
 Fonte: Traduzida e adaptada de Matthiessen e Halliday (2009, p. 98)

Assim, apoiados em Halliday (2002) e Matthiessen (2004), destacam-se três princípios analíticos inerentes à descrição e à interpretação da língua segundo a teoria de base sistêmico-funcional: 1) priorizar a orientação paradigmática do sistema linguístico; 2) seguir o desenvolvimento da teoria de descrição linguística sistêmico-funcional; 3) utilizar agnação como forma de evidenciar padrões. Com Halliday (1964), convém destacar, a propósito desses princípios, que a descrição é o estudo de como a língua funciona, e que seu objetivo é documentar uma cultura – o que significa dizer que descrever uma língua não é saber uma língua, daí ser preciso tratar qualquer língua, sob a perspectiva da descrição, como uma língua estrangeira. Por isso (em função de todo o repertório teórico e gramatical que já se construiu e do qual é tão trabalhoso se distanciar), descrever uma língua que se conhece é ainda mais difícil do que descrever uma língua que não se conhece. É por essa razão que é imperativo assumir, no nosso caso, a língua portuguesa como um objeto de estudo que poderia ser qualquer língua, visto que, para o exercício descritivo, só se opera com classes e com categorias teórico-descritivas. Parte-se, pois, do princípio de que não exista nada na categorização de um item linguístico que lhe seja próprio: depende sempre, portanto, da categorização proposta. Assim, assumindo-se de antemão que se está operando gramaticalmente – ou seja, desapegando-se de rótulos e de noções semânticas –, descrever é dar nome aos fenômenos linguísticos e explicar como eles funcionam. Há, assim, um mundo de funções gramaticais; a descrição sistêmico-funcional é a tentativa de explicar as relações que se estabelecem entre elas e de sistematizá-las em forma de padrão. A propósito, Perini (2006) também destaca que “a descrição dos fatos observados precisa ser o mais explícita possível. Uma descrição é explícita quando suas consequências são bem claras e podem ser avaliadas em confronto com os dados” (PERINI, 2006, p. 51). Para a descrição, portanto, é preciso de uma teoria linguística que explique o funcionamento completo da língua, conforme demonstra este círculo virtuoso entre teoria, *corpus* e descrição:

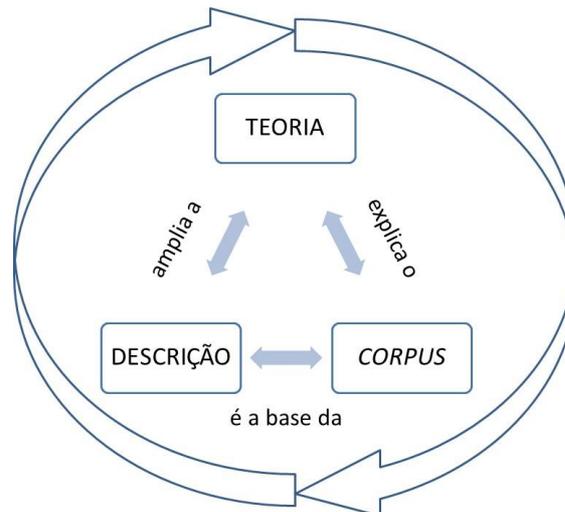


FIGURA 2.7 – Círculo virtuoso entre teoria, *corpus* e descrição

Para a apresentação do vocabulário gramatical de descrição sistêmico-funcional com que operamos, aproximemo-nos resumidamente do que estabelecem Halliday (1961, 1964, 1996, 2002) e Matthiessen (2004):

- Unidade: padrão que se repete e que compõe outra unidade mais abstrata;
- Ordenação (*rank*): relação de composição entre unidades;
- Escala de ordens (*rank scale*): escala de unidades que estão em relação de composição com outras unidades;
- Escala de ordem gramatical: morfema < palavra < grupo < oração;
- Composição ou hierarquia composicional: princípio que organiza a ordem (estrato gramatical);
- Realização: princípio que organiza a estratificação (expressão, gramática e semântica, sem hierarquia entre elas);
- Função: forma como um elemento opera na ordem superior (ex.: morfema tem função na palavra; palavra tem função no grupo, etc.);
- Classe: conjunto de funções (ou seja, conjunto de [forma como um elemento opera na ordem superior]);
- Morfema: menor unidade da língua com função gramatical;
- Palavra: unidade superior ao morfema (ou seja, “menos” [menor unidade da língua com função gramatical], composta por morfema);

- Grupo: unidade superior à palavra (ou seja, “menos” [menor unidade da língua com função gramatical], composta por palavra);
- Oração: unidade superior ao grupo (ou seja, maior unidade da língua com função gramatical, composta por grupo);
- Manobra (*shunt*): operação fundamental tanto para localizar um endereço semiótico quanto para encontrar funções, formar classes e explicar como um item funciona. Consiste na frequente mudança de ordem para se descrever todo o potencial de um objeto na escala de ordens;
- Visão trinocular: posterior à manobra, relaciona-se não à escala de ordens, mas aos estratos (isto é, à articulação entre gramática, semântica e expressão). Quando se trata da visão trinocular, o elemento que se está buscando já está definido em uma unidade; já na escala de ordens – onde se emprega a manobra – o objeto ainda está dissipado dentro da escala. (Por isso a manobra é anterior à visão trinocular, porque a primeira coisa a ser feita é identificar o objeto na matriz de função-ordem, para só depois identificá-lo na matriz instanciação-estratificação.);
- Situação: é uma configuração de uso da língua probabilística (olha-se para as relações sociais). É a probabilidade de uma determinada configuração acontecer. A probabilidade total de uma língua é compartilhada por todos os falantes, em todas as épocas; logo, não há meios de se utilizar toda a língua de uma só vez. O que existem, então, são apenas configurações de probabilidade (= situação);
- Registro: é uma configuração de uso da língua probabilística (olha-se para o texto);
- Gênero: configuração de situações; conjunto de várias situações; conjunto de probabilidades de probabilidades; macro-situação.

Depois de localizadas gramática e descrição na teoria sistêmico-funcional, convém identificar mais precisamente a localização do espaço de nosso objeto na metalinguagem teórica. Como já se sabe, filiamo-nos aos estudos de descrição linguística sistêmico-funcional, cujo olhar investigativo se volta para a organização interna da língua como sistema, procurando explicar essa organização a partir dos contextos externos à língua que a condicionam, donde se depreende sua constituição funcional. Nesse sentido, para finalmente

se identificar o endereço semiótico desta investigação na arquitetura geral do sistema, há que se considerar o Adjunto a partir de duas matrizes estabelecidas por Halliday (1994):

1) do ponto de vista da *matriz de função-ordem* – que apresenta os recursos do estrato gramatical tanto segundo a sua função na organização interna do sistema (ideacional, interpessoal e textual) quanto segundo a hierarquia composicional de suas ordens (morfema, palavra, grupo e oração) –, o Adjunto é uma função da oração localizada na ordem do grupo, com eventuais realizações na ordem da palavra;

2) do ponto de vista da *matriz instanciação-estratificação*, conforme ainda haveremos de demonstrar, o Adjunto forma grupos semânticos de grupos sintáticos (Unidades de Informação Adverbial), daí a necessidade de localizá-lo não apenas no estrato gramatical, mas também no semântico. Por fim, esses grupos semânticos, em determinadas ocorrências, são separados uns dos outros por pausas, mobilizando-se, também, o estrato da expressão:

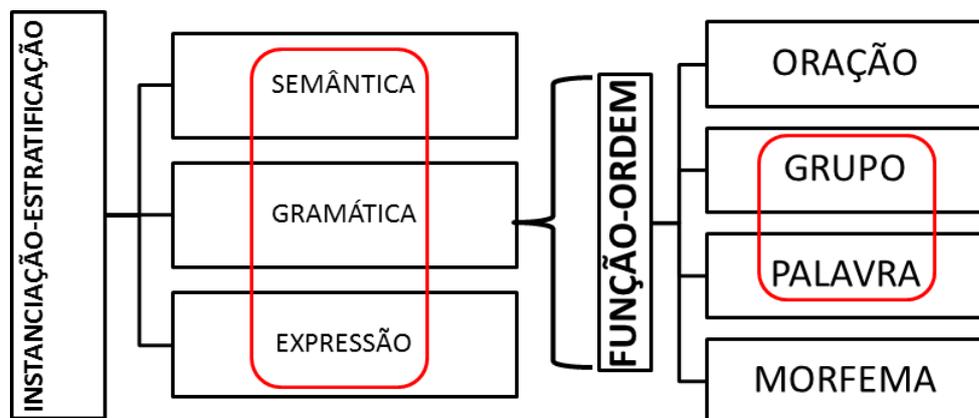


FIGURA 2.8 – Localização do objeto na metalinguagem teórica

Quanto à compilação do *corpus* desta pesquisa, a amostra de textos aqui analisada foi extraída de uma das partes (Sub1) do CALIBRA – Catálogo da Língua Brasileira –, cuja versão completa soma aproximadamente 1 milhão de palavras (*tokens*), compiladas com base na tipologia do contexto de cultura, definida por Halliday (1978) segundo cinco variáveis que refletem a organização do modelo metafuncional da língua, quais sejam:

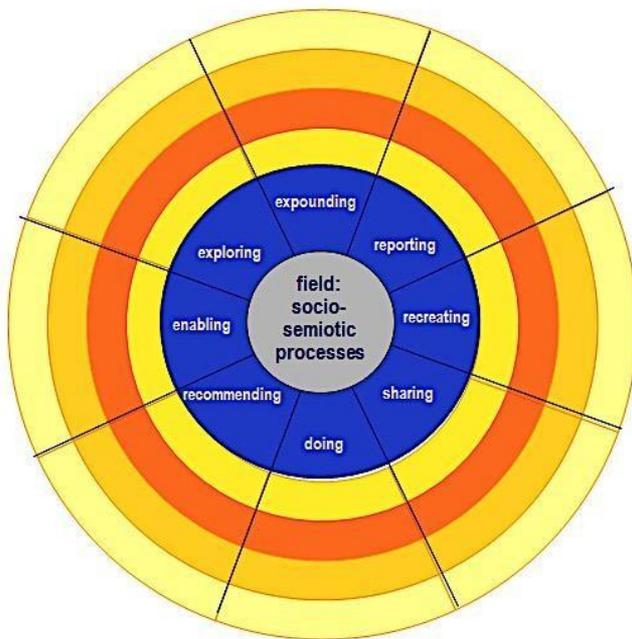
1) *especialização*, que considera o fato de o texto ser ou não produzido pelo conhecimento técnico de uma determinada área (especializado/não-especializado);

2) *papel da língua na situação*, que considera se o texto é visto como fundamental para a situação sociocultural ou como facilitador da ocorrência da situação (constitutivo/auxiliar);

3) *modo de produção*, que considera a forma como o texto foi originalmente produzido pelo falante (escrito/falado);

4) *modo de interação*, que considera o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores, pressupondo a resposta ou não do ouvinte (monólogo/diálogo);

5) *processo sociosemiótico*, que considera a forma como os textos estão distribuídos no contexto de cultura conforme os processos sociosemióticos estabelecidos por Matthiessen (2008): explorar, explicar, relatar, recriar, compartilhar, fazer, recomendar ou habilitar.



written	monologue
written	dialogue
spoken	dialogue
spoken	monologue

FIGURA 2.10 – Escrito/falado

FIGURA 2.9 – Roda dos processos sociosemióticos

Em síntese, os textos foram coletados a partir da tipologia da língua no contexto de cultura, que os classifica com base nesses oito processos sociosemióticos e em quatro modos de produção: escrito/monólogo, escrito/diálogo, falado/monólogo e falado/diálogo. Registre-se, ainda, que o critério para escolha desses textos, além de cumprirem com os requisitos apresentados pela teoria, foi o de terem sido produzidos em português do Brasil nos últimos cinquenta anos. A seguir, o primeiro quadro apresenta a relação entre as variáveis que permitem a criação da tipologia textual com base em seu respectivo contexto de cultura; o segundo expõe as especificações numéricas do CALIBRA Sub1, segmento utilizado nesta pesquisa:

	PRODUÇÃO		escrito		falado	
	INTERAÇÃO		diálogo	monólogo		diálogo
ESPECIALIZAÇÃO	PAPEL	PROCESSO				
especializada	constitutivo	EXPLICAR	“yahoo respostas”	livro texto	palestra	debate
não-especializada		RELATAR	questionário	reportagem	depoimento	entrevista
		RECRIAR	quadrinhos	conto	causo	teatro de improviso
		COMPARTILHAR	e-chat	blog (diário)	vlog (diário)	bate-papo
	auxiliar	FAZER	carta comercial	receita	instruções	co-operação
especializada	constitutivo	RECOMENDAR	auto-ajuda	anúncios	orações	consulta médica
		HABILITAR	perguntas mais frequentes	panfletos	orientações	perguntas e respostas
		EXPLORAR	carta ao editor	artigo acadêmico	discurso	discussão

FIGURA 2.11 – Língua no contexto de cultura

TIPO DE TEXTO	Expounding	Reporting	Recreating	Sharing	Doing	Recommending	Enabling	Exploring
ESCRITO MONÓLOGO	3,136	3,125	3,142	3,166	3,141	3,151	3,115	3,278
ESCRITO DIÁLOGO	3,159	3,171	3,143	3,127	3,001	3,127	3,123	3,150
FALADO MONÓLOGO	3,184	3,123	3,123	3,125	3,189	3,141	3,144	3,130
FALADO DIÁLOGO	3,130	3,170	3,144	3,208	3,127	3,127	3,146	3,057
PARCIAIS	12,609	12,589	12,552	12,626	12,458	12,546	12,528	12,615
TOTAL	100,523 tokens							
TIPO DE TEXTO	Expounding	Reporting	Recreating	Sharing	Doing	Recommending	Enabling	Exploring
ESCRITO MONÓLOGO	4	4	5	4	13	7	5	4
ESCRITO DIÁLOGO	6	4	6	10	9	6	7	9
FALADO MONÓLOGO	4	2	4	4	4	4	5	4
FALADO DIÁLOGO	4	1	5	5	7	6	5	2
PARCIAIS	18	11	20	23	33	23	22	19
TOTAL	169 textos - ≈ 8,500 frases.							

FIGURA 2.12 – Corpus CALIBRA

A rotulação dos textos no *corpus* sempre obedece à seguinte legenda:

<NÚMERO DO TEXTO>
 <PROCESSO SÓCIO-SEMIÓTICO> <TIPO DE TEXTO>
 <DIÁLOGO/ MONÓLOGO> <FALADO/ ESCRITO>
 <TÍTULO>
 <FONTE>
 <DATA DE PRODUÇÃO>
 <NÚMERO DE PALAVRAS>

FIGURA 2.13 – Rotulação CALIBRA

Desse modo, cada texto é identificado a partir do número do texto no *corpus* completo; do processo sociosemiótico de que faz parte; do tipo de texto a que pertence; do título (se possuir); da fonte, da data e do número de palavras. Leia-se este exemplo:

```
<TEXTO 01>
<EXPLORAR> <DISCURSO>
<MONÓLOGO> <FALADO>
<TÍTULO: DISCURSO DO PRESIDENTE LULA>
<FONTE: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90387.shtml>
<DATA: 17/03/2007>
< PALAVRAS: 314>
```

Vocês sabem que nessa tomada de posse, aqui dentro do Palácio, os ministros não falam, porque eles vão falar na hora da transmissão, da posse no ministério deles.

Eu queria dizer para vocês que este é sempre um momento de dupla, eu diria, face, para um presidente da República. Você está tirando um companheiro e está colocando outro companheiro. Triste pelos que saem, alegre pelos que entram.

O que está acontecendo neste momento, na história do nosso querido país, não é apenas a troca de um homem por outro homem, de uma mulher por outra mulher ou de um partido por outro partido. O que nós estamos consagrando, a cada ministro que eu nomeio, é um novo jeito e uma nova forma de fazer política no nosso país. Aliás, eu penso que é um momento de aprendizado para todos nós, que é a construção de uma política de coalizão que envolve partidos políticos, que envolve governadores, que envolve prefeitos e que envolve a experiência acumulada de cada um de nós em todos esses anos que fazemos política. Eu, pelo menos há 30 anos, da vida sindical à Presidência da República, e vocês, alguns de primeiro mandato, e outros já de muitos e muitos mandatos.

FIGURA 2.14 – Exemplo CALIBRA

Após a compilação do *corpus*, cumpriram-se, então, as seguintes etapas: 1) busca automática das realizações estruturais das funções gramaticais de interesse da pesquisa; 2) análise semiautomática das linhas de concordância resultantes da busca automática. Dividimos essa exposição em duas partes: a) extração e tratamento de dados; b) metodologia de análise. Acompanhemos.

2.2 EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS

As etapas que foram cumpridas para o desenvolvimento deste trabalho exigiram a participação de três *softwares*, que serão apresentados à medida que suas participações forem demandadas. À posse do *corpus* CALIBRA Sub1, com 100.000 *tokens*, compilado com base na tipologia da língua no contexto de cultura e distribuído em oito subcópia relativos a cada um dos processos sociosemióticos envolvidos no contexto de cultura, foi preciso prepará-lo segundo o objeto de estudo da pesquisa. Pelo interesse nas implicações do emprego da vírgula envolvendo ambiente sintático de Adjunto, trabalhamos com metade do *corpus*, o CALIBRA ESCRITO, com aproximadamente 50.000 *tokens*.

Para extrairmos do *corpus* as categorias de análise que interessavam à investigação, utilizamos o *Etiquetador Morfossintático TreeTagger*, que anota automaticamente o *corpus* em classes de palavras. Como explica Schmid (1994), o programa faz uso de um modelo probabilístico a partir de trigramas: a ferramenta capta sequências de três palavras encontradas no *corpus* e estabelece uma relação entre as classes gramaticais. Para a anotação dos textos em português brasileiro, o *Treetagger* utiliza o conjunto de etiquetas proposto por pesquisadores da Universidade de Santiago da Compostela, Espanha. Embora os pesquisadores de lá utilizem a análise morfossintática para o português europeu e galego, não há diferença na classificação das classes de palavras para o português brasileiro, não havendo, portanto, comprometimento na validade dos dados desta pesquisa. Ainda de acordo com Schmid (1994), o *Treetagger* alcança em torno de 96% de acurácia. O próximo quadro mostra as etiquetas (*tagsets*) identificadas pelo programa para a anotação dos textos em português:

Tagset do português	
Etiqueta	Descrição
ADJ	Adjetivo
ADV	Advérbio
CARD	Número cardinal/ordinal
CONJ	Conjunção
DET	Determinante
NOM	Substantivo/Nome próprio
P	Pronome
PR	Pronome relativo
PRP	Preposição
PRP + DET	Preposição seguida de determinante
V	Verbo
V + P	Verbo seguido de pronome
I	Interjeição
VIRG	Separadores dentro da oração
SENT	Separadores entre orações

FIGURA 2.15 – Tagset do Português

Na sequência, o programa e o *corpus* etiquetado:

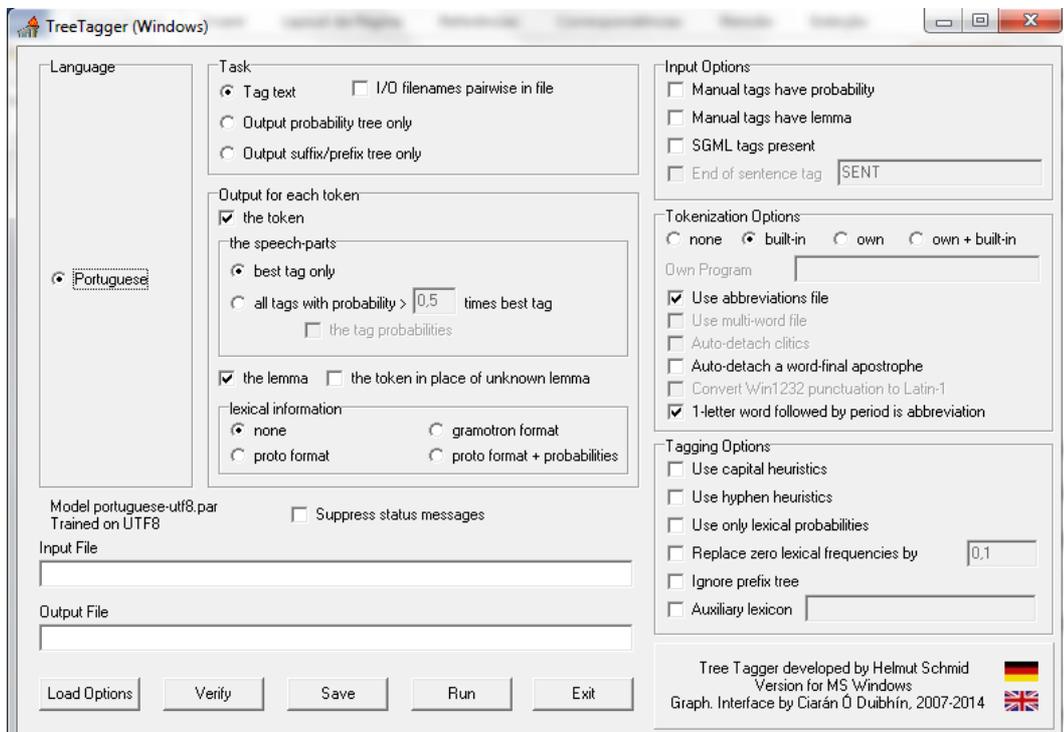


FIGURA 2.16 – TreeTagger

Arquivo	Editar	Formatar	Exibir	Ajuda	Arquivo	Editar	Formatar	Exibir	Ajuda	Arquivo	Editar	Formatar	Exibir	Ajuda
<CAP_ED_01 L4>					-	QUOTE				acompanhamento		NOM		
<CAPACITAR>					C.	NOM				dos		PRP+DET		
<ESCRITO DIÁLOGO>			V		da	PRP+DET				alunos		NOM		
<ANO>					UF	NOM				das		PRP+DET		
<@yahoo.com.br/mail>			V		,	VIRG				disciplinas		NOM		
<700>					com	PRP				presenciais		V		ADJ
Caros			NOM		certa	P		ADJ		que		CONJSUB		PR
colegas			NOM		urgência			V		ministro		NOM		
,			VIRG		.	SENT				na		PRP+DET		
Bom			V		Explico	V				graduação		NOM		
dia			NOM		melhor	ADV		ADJ		-		SENT		
!			SENT		meu	ADJ				Na		PRP+DET		
Gostaria				V	pedido	NOM				semana		NOM		
de			PRP		e	CONJ				passada		ADJ		
consultá-los				DET	suas	ADJ				(QUOTE		
,			VIRG		circunstâncias			NOM		infelizmente		ADV		
via			V (PRP)		-	SENT				apenas		ADV		
email			F		venho	V				na		PRP+DET		
,			VIRG		mantendo			V		sexta-feira		NOM		
sobre			PRP		contato	NOM				,		VIRG		
sua			ADJ		com	PRP				depois		ADV		
opinião			V		o	DET				de		PRP		
quanto			ADV		C.	NOM				nossa		ADJ		
a			PRP		desde	PRP				assembleia		NOM		
uma			DET		que	PR)		QUOTE		
solicitação			V	NOM	cheguei	V				,		VIRG		
que			CONJSUB	PR	à	V				obtive		V		
desejo			NOM		UF	NOM				a		DET		PRP
encaminhar			V		para	PRP				informação		V		
ao			PRP+DET		negociar			V		de		PRP		
Centro			NOM		a	DET				como		ADV		CONJ
de			PRP		abertura			NOM		proceder		V		
Educação				NOM	de	PRP				para		PRP		
Aberta			NOM		salas	NOM				que		PR		
e			CONJ		no	PRP+DET				se		P		
a			DET		MOODLE	NOM				abram		V		
Distância				NOM	(QUOTE				essas		DET		
					a	DET				salas		NOM		

FIGURA 2.17 – *Corpus* etiquetado

Os resultados obtidos com o *TreeTagger* trouxeram-nos um primeiro problema, porque o etiquetador só anota a classe de palavra, e não a função sintática. Pelo fato de a categoria de análise deste trabalho ser a função Adjunto – realizada tanto por advérbio, na ordem da palavra, quanto por adjunto adverbial, na ordem do grupo –, a princípio o *software* teria sido capaz de atender a apenas uma parte de nossa demanda, a classificação do advérbio, realizado na ordem da palavra.

Com o propósito de resolver essa questão, procedemos preliminarmente à análise das variáveis que formavam adjuntos adverbiais. Chegamos a uma lista inicial com as seguintes ocorrências: PRP+NOM; PRP + NOM + ADJ; PRP+DET + NOM + ADJ; PRP + ADJ; “Via” + NOM; PRP + P (DET) + V + ADJ; PRP + ADJ + NOM; PRP + ADV + PRP + DET + NOM; PRP+ADV + PRP + ADJ + NOM; PRP+DET + NOM + PRP+DET + NOM; PRP+DET + NOM; P + V + NOM = (PRP+DET + ADJ + NOM); PRP + NOM + ADJ; PRP + R (P); PRP + V (NOM); PRP + P + NOM.

Esse pequeno conjunto de composições adverbiais foi o bastante para demonstrar que a etiqueta PRP + NOM era comum a todos os adjuntos adverbiais. Embora o *software* não fizesse a análise sintática dos dados do corpus, havíamos descoberto a etiqueta mínima que constituía o adjunto adverbial – informação suficiente para prosseguirmos em direção ao próximo passo.

Para a busca de padrões, submetemos o corpus já etiquetado ao *software WordSmith Tools*. Uma vez compilado o *corpus* e o convertido para o formato .txt para utilização da ferramenta *Concord*, criaram-se linhas de concordância que nos auxiliaram na busca de padrões, conforme se verifica nas próximas figuras:

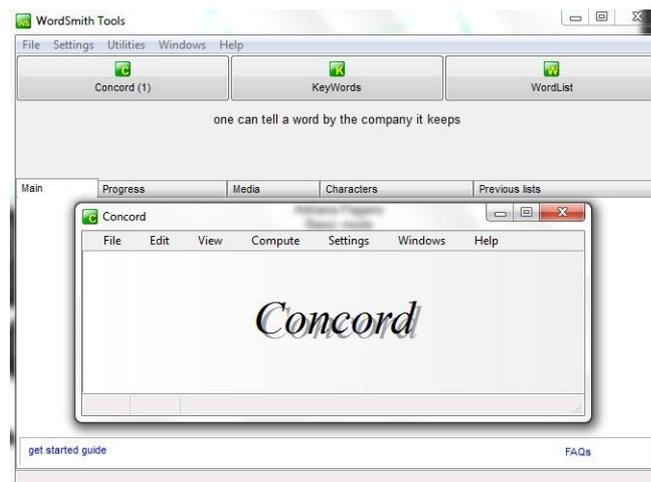


FIGURA 2.18 – Concord

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sen	Para	lead	Sec	Sec	File	%
1	NOM e CONJ a DET igualdade NOM . SENT de NOM e CONJ a			189,843,411	00%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
2	ADJ como CONJ a DET liberdade NOM e CONJ a DET igualdade NOM .			189,837,411	34%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
3	DET disseminação V de PRP valores NOM universais ADJ como CONJ a			189,829,411	37%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
4	envolvidos ADJ na PRP+DET relação NOM e CONJ não V possibilita V a			189,814,411	72%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
5	NOM a PRP uma DET interação NOM V subjativa V ADJ efetiva ADJ			189,798,411	57%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
6	NOM , VIRG não V dá NOM margem NOM a PRP uma DET interação NOM			189,792,411	51%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
7	alemão V Herder NOM , VIRG não V dá NOM margem NOM a PRP uma DET			189,790,411	50%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
8	V ADJ no PRP+DET alemão V Herder NOM , VIRG não V dá NOM margem			189,784,411	44%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
9	inerentes ADJ às V varias V culturas NOM , VIRG inspirada V ADJ no			189,773,411	33%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
10	validade NOM das PRP+DET práticas NOM inerentes ADJ às V varias V			189,765,411	26%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
11	ADJ proposta NOM de PRP validade NOM das PRP+DET práticas NOM			189,761,411	22%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
12	partir V da PRP+DET sua ADJ proposta NOM de PRP validade NOM das			189,757,411	18%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
13	V . SENT O DET relativismo NOM , VIRG a PRP DET partir V da			189,744,411	6%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
14	NOM é V a DET de PRP um DET mero NOM coletor ADJ de PRP informações			189,733,411	32%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
15	utiliza-se V+P do PRP+DET relativismo NOM é V a DET de PRP um DET mero			189,723,411	33%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
16	postura NOM do PRP+DET investigador NOM que PR utiliza-se V+P do			189,715,411	29%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
17	imbricados V . SENT A DET postura NOM do PRP+DET investigador NOM			189,711,411	18%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
18	V as DET normas NOM e CONJ valores NOM nela PRP+P imbricados V .			189,702,411	34%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
19	CONJ questionar V as DET normas NOM e CONJ valores NOM nela			189,698,411	38%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
20	NOM , VIRG as DET culturas NOM são V válidas V em PRP si P			189,670,411	44%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
21	que PR para PRP os DET relativistas NOM , VIRG as DET culturas NOM são			189,664,411	34%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
22	NOM decorre V do PRP+DET fato NOM de PRP que PR para PRP os			189,654,411	19%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
23	NOM . SENT Esse DET procedimento NOM decorre V do PRP+DET fato NOM			189,648,411	9%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
24	NOM culturais ADJ mútuos NOM . SENT Esse DET procedimento			189,643,411	0%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
25	NOM e CONJ questionamento NOM culturais ADJ mútuos NOM .			189,639,411	38%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
26	visando V ao PRP+DET conhecimento NOM e CONJ questionamento NOM			189,635,411	36%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
27	DET troca NOM de PRP experiências NOM V visando V ao PRP+DET			189,628,411	32%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
28	PRP que PR haja V uma DET troca NOM de PRP experiências NOM V			189,624,411	30%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
29	NOM de PRP mero ADJ informante NOM , VIRG sem PRP que PR haja V			189,612,411	33%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
30	NOM realiza V o DET papel NOM de PRP mero ADJ informante			189,606,411	30%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
31	DDP+DET mero ADJ informante NOM realiza V o DET papel NOM de			189,600,411	26%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%

FIGURA 2.19 – Linhas de concordância (1)

O primeiro resultado a que tivemos acesso (apenas NOM) contava com aproximadamente 21.000 linhas de concordância. Ao delimitar o ambiente sintático (NOM próximo a PRP), obtivemos um quadro com cerca de 14.000 linhas de concordância, como se verifica na próxima figura:

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sen	Para	lead	Sec	Sec	File	%
1	DET disseminação V de PRP valores NOM universais ADJ como CONJ a			189,829,411	37%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
2	envolvidos ADJ na PRP+DET relação NOM e CONJ não V possibilita V a			189,814,411	72%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
3	NOM a PRP uma DET interação NOM V subjativa V ADJ efetiva ADJ			189,798,411	57%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
4	NOM , VIRG não V dá NOM margem NOM a PRP uma DET interação NOM			189,792,411	51%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
5	alemão V Herder NOM , VIRG não V dá NOM margem NOM a PRP uma DET			189,790,411	50%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
6	V ADJ no PRP+DET alemão V Herder NOM , VIRG não V dá NOM margem			189,784,411	44%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
7	inerentes ADJ às V varias V culturas NOM , VIRG inspirada V ADJ no			189,773,411	33%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
8	validade NOM das PRP+DET práticas NOM inerentes ADJ às V varias V			189,765,411	26%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
9	ADJ proposta NOM de PRP validade NOM das PRP+DET práticas NOM			189,761,411	22%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
10	partir V da PRP+DET sua ADJ proposta NOM de PRP validade NOM das			189,757,411	18%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
11	V . SENT O DET relativismo NOM , VIRG a PRP DET partir V da			189,744,411	6%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
12	NOM é V a DET de PRP um DET mero NOM coletor ADJ de PRP informações			189,733,411	32%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
13	utiliza-se V+P do PRP+DET relativismo NOM é V a DET de PRP um DET mero			189,723,411	33%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
14	postura NOM do PRP+DET investigador NOM que PR utiliza-se V+P do			189,715,411	29%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
15	imbricados V . SENT A DET postura NOM do PRP+DET investigador NOM			189,711,411	18%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
16	V as DET normas NOM e CONJ valores NOM nela PRP+P imbricados V .			189,702,411	34%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
17	CONJ questionar V as DET normas NOM e CONJ valores NOM nela			189,698,411	38%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
18	NOM , VIRG as DET culturas NOM são V válidas V em PRP si P			189,670,411	44%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
19	que PR para PRP os DET relativistas NOM , VIRG as DET culturas NOM são			189,664,411	34%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
20	NOM decorre V do PRP+DET fato NOM de PRP que PR para PRP os			189,654,411	19%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
21	NOM . SENT Esse DET procedimento NOM decorre V do PRP+DET fato NOM			189,648,411	9%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
22	visando V ao PRP+DET conhecimento NOM e CONJ questionamento NOM			189,635,411	36%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
23	DET troca NOM de PRP experiências NOM V visando V ao PRP+DET			189,628,411	32%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
24	PRP que PR haja V uma DET troca NOM de PRP experiências NOM V			189,624,411	30%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
25	NOM de PRP mero ADJ informante NOM , VIRG sem PRP que PR haja V			189,612,411	33%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
26	NOM realiza V o DET papel NOM de PRP mero ADJ informante			189,606,411	30%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
27	, VIRG estabeleça V uma DET relação NOM V na PRP+DET qual PR o DET			189,591,411	71%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
28	V com PRP que PR o DET investigador NOM , VIRG ao PRP+DET abordar V o			189,569,411	59%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
29	V um DET certo ADJ distanciamento NOM e CONJ faz V com PRP que PR o			189,557,411	53%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
30	V NOM do PRP+DET relativismo NOM como CONJ princípio V orientador			189,542,411	45%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%
31	V a D mero ADJ informante NOM realiza V o DET papel NOM de			189,538,411	42%	00%		00%	a	Escrito tagged	100%

FIGURA 2.20 – Linhas de concordância (2)

O próximo passo para a preparação do *corpus* foi subtrair todos os casos de NOM + PRP (cuja composição não forma Adjunto). Em seguida, com a perspectiva da visão trinocular “ao redor” – que verifica uma determinada função a partir da substituição de um dado elemento por outro de mesmo valor –, foram analisadas individualmente cada uma das ocorrências PRP + NOM, porque muitas delas integravam outras funções sintáticas que não interessavam à pesquisa (como adjuntos adnominais, complementos nominais e objetos indiretos). Ao final, o resultado da lista de adjuntos adverbiais foi de aproximadamente 1300 linhas de concordância, conforme se verifica na próxima figura:

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sen	Para	lead	Sec	File	%
1	encaminhar V ao PRP+DET Centro NOM de PRP Educação NOM Aberta	57	174%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
2	, VIRG com PRP certa P ADJ urgência NOM V . SENT Explico V melhor ADV	86	234%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
3	salas NOM no PRP+DET MOODLE NOM (QUOTE a DET plataforma NOM	142	538%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
4	online F utilizada V na PRP+DET UF NOM) QUOTE para PRP o DET	160	552%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
5	ministro NOM na PRP+DET graduação NOM . SENT Na PRP+DET semana	188	530%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
6	NOM . SENT Na PRP+DET semana NOM passada ADV (QUOTE	193	6 9%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
7	apenas ADV na PRP+DET sexta-feira NOM , VIRG depois ADV de PRP	205	626%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
8	ADV de PRP nossa ADJ assembleia NOM) QUOTE , VIRG obtive V a DET	215	641%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
9	NOM V por PRP escrito ADJ NOM , VIRG via V Departamento NOM ,	267	739%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
10	, VIRG com PRP a DET concordância NOM V da PRP+DET assembleia NOM	281	734%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
11	sem PRP maiores ADJ problemas NOM . SENT Dirigir-me V+P	320	930%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
12	daqui PRP+ADV a PRP um DET mês NOM , VIRG e CONJ que PR , VIRG	392	1140%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
13	V quase ADV no PRP+DET meio NOM do PRP+DET semestre NOM .	448	1136%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
14	DET plataforma NOM em PRP curso NOM presenciais ADJ V com PRP	481	1225%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
15	presenciais ADJ V com PRP resultados NOM positivos ADJ no PRP+DET que	488	1231%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
16	isso P consigo P com PRP o DET uso NOM das PRP+DET ferramentas NOM	701	1454%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
17	V diretamente ADV no PRP+DET perfil NOM do PRP+DET profissional NOM	734	1555%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
18	NOM descrito ADJ no PRP+DET Proj NOM . SENT Pedagógico V do	748	1530%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
19	ADV NOM da PRP+DET modalidade NOM escolhida V , VIRG o DET	774	1623%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
20	estudos NOM , VIRG em PRP termos NOM de PRP sua ADJ estrutura NOM ,	826	1639%	0	0%	0	0%	0	0%	1%
21	CONJ , VIRG ao PRP+DET final NOM do PRP+DET ano NOM passado	1,100	2421%	0	1%	0	1%	0	1%	1%
22	DET Educação NOM a PRP Distância NOM , VIRG que PR , VIRG por PRP	1,151	2475%	0	1%	0	1%	0	1%	1%
23	, VIRG que PR , VIRG por PRP sinal NOM , VIRG já V está V bastante ADV	1,161	2435%	0	1%	0	1%	0	1%	1%
24	ADV desenvolvido V na PRP+DET UF NOM . SENT Minha P ADJ intenção V	1,175	2400%	0	1%	0	1%	0	1%	1%
25	V tão V evidente ADJ no PRP+DET IC NOM . SENT Além V disso PRP+P ,	1,402	2900%	0	1%	0	1%	0	1%	1%
26	V à V comissão V para PRP estudo NOM da PRP+DET implantação ADJ	1,449	3134%	0	1%	0	1%	0	1%	2%
27	ADJ sensu V na PRP+DET modalidade NOM a PRP distância V . SENT Bem	1,515	3291%	0	1%	0	1%	0	1%	2%
28	distância V em PRP nossa ADJ rotina NOM de PRP trabalho NOM e CONJ de	1,560	3347%	0	1%	0	1%	0	1%	2%
29	que PR entrar V no PRP+DET mundo NOM da PRP+DET modalidade NOM a	1,576	3355%	0	1%	0	1%	0	1%	2%
30	mas CONJ mudei V para PRP E.U.A NOM estou V procurando V cursos	1,743	42 2%	0	1%	0	1%	0	1%	2%
31	V,hamainda ADJ an PRP+DET fórum NOM I SENT Paeta NOM americana	1 912	4710%	0	1%	0	1%	0	1%	2%

FIGURA 2.21 – Linhas de concordância (3)

Finalizado esse primeiro trabalho com os adjuntos adverbiais, produzimos linhas de concordância de advérbios (aproximadamente 1500 ADVs) e, em seguida, somamos as duas listas (adjunto adverbial + ADV = 2814 linhas de concordância), conforme se verifica nas próximas figuras:

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sen	Para	Paralead	Sec	Sec	File	%
1	sobre PRP sua ADJ opinião V quanto ADV a PRP uma DET solicitação V			40	143%	0	0	0	0	0	0%
2	urgência V . SENT Explico V melhor ADV ADJ meu ADJ pedido NOM e			92	335%	0	0	0	0	0	0%
3	passada ADJ (QUOTE infelizmente ADV apenas ADV na PRP+DET			199	617%	0	0	0	0	0	0%
4	ADJ (QUOTE infelizmente ADV apenas ADV na PRP+DET sexta-feira NOM ,			201	620%	0	0	0	0	0	0%
5	sexta-feira NOM , VIRG depois ADV de PRP nossa ADJ assembleia			209	632%	0	0	0	0	0	0%
6	DET PRP informação V de PRP como ADV CONJ proceder V para PRP que			230	652%	0	0	0	0	0	0%
7	. SENT Dirigir-me V+P diretamente ADV à V chefe NOM departamental			325	1018%	0	0	0	0	0	0%
8	NOM deverá V acontecer V somente ADV daqui PRP+ADV a PRP um DET			384	1132%	0	0	0	0	0	0%
9	V acontecer V somente ADV daqui PRP+ADV a PRP um DET mês NOM ,			386	1134%	0	0	0	0	0	0%
10	pois CONJ já V estaríamos V quase ADV no PRP+DET meio NOM do			444	1192%	0	0	0	0	0	0%
11	NOM . SENT Saliento V ainda ADV que PR , VIRG nos P últimos V			457	12 5%	0	0	0	0	0	0%
12	alunos NOM (QUOTE inclusive ADV tenho V publicações V a DET			510	1250%	0	0	0	0	0	1%
13	que CONSUB não V dependa V tanto ADV de PRP questões V espaciais V			634	1355%	0	0	0	0	0	1%
14	ADJ e CONJ precisa V ser V bastante ADV mais ADV frequente ADJ V , VIRG			651	1359%	0	0	0	0	0	1%
15	precisa V ser V bastante ADV mais ADV frequente ADJ V , VIRG ágil V e			653	1371%	0	0	0	0	0	1%
16	NOM necessitam V e CONJ vice-versa ADV . SENT Tudo P isso P consiso P			688	1300%	0	0	0	0	0	1%
17	MOODLE NOM . SENT Ainda ADV destaca V que CONSUB a DET			712	1510%	0	0	0	0	0	1%
18	ADJ se CONJ P baseia V diretamente ADV no PRP+DET perfil NOM do			730	1555%	0	0	0	0	0	1%
19	NOM : SENT * V Independentemente ADV NOM da PRP+DET modalidade			769	1619%	0	0	0	0	0	1%
20	ADJ de PRP refletir V teoricamente ADV sobre PRP a DET linguagem NOM			875	1723%	0	0	0	0	0	1%
21	. SENT 23 CARD) QUOTE Assim ADV sendo V , VIRG e CONJ se P não			956	2013%	0	1	1	1	0	1%
22	ADJ V , VIRG V Reitero totalmente ADV sua ADJ solicitação V NOM .			1.076	2359%	0	1	1	1	0	1%
23	V NOM . SENT Você V ainda ADV não V estava V conosco P quando			1.086	24 6%	0	1	1	1	0	1%
24	PR fizessem V uma DET breve ADJ ADV exposição V do PRP+DET que			1.135	2458%	0	1	1	1	0	1%
25	sinal NOM , VIRG já V está V bastante ADV desenvolvido V na PRP+DET UF			1.169	2434%	0	1	1	1	0	1%
26	seja V implantado V o DET quanto ADV antes ADV . SENT Outra P ADJ			1.289	2739%	0	1	1	1	0	1%
27	implantado V o DET quanto ADV antes ADV . SENT Outra P ADJ ideia NOM			1.291	2700%	0	1	1	1	0	1%
28	, VIRG driblariamos V , VIRG assim ADV , VIRG o DET problema NOM do			1.380	2959%	0	1	1	1	0	1%
29	NOM a PRP distância V . SENT Bem ADV , VIRG sua ADJ proposta NOM só			1.522	33 4%	0	1	1	1	0	2%
30	NOM a PRP distância V é V algo P ADV que PR só V tem V a PRP DET			1.589	3330%	0	1	1	1	0	2%
31	NOM americanas ADJ Le COM I sempre ADV tive V curiosidade NOM em PRP			1.725	4075%	0	1	1	1	0	2%

FIGURA 2.22 – Linhas de concordância (4)

N	Concordance	Set	Tag	Word #	Sen	Para	Paralead	Sec	Sec	File	%
1	sobre PRP sua ADJ opinião V quanto ADV a PRP uma DET solicitação V			40	143%	0	0	0	0	0	0%
2	encaminhar V ao PRP+DET Centro NOM de PRP Educação NOM Aberta			57	174%	0	0	0	0	0	0%
3	, VIRG com PRP certa P ADJ urgência NOM V . SENT Explico V melhor ADV			86	294%	0	0	0	0	0	0%
4	urgência V . SENT Explico V melhor ADV ADJ meu ADJ pedido NOM e			92	335%	0	0	0	0	0	0%
5	salas NOM no PRP+DET MOODLE NOM (QUOTE a DET plataforma NOM			142	538%	0	0	0	0	0	0%
6	online F utilizada V na PRP+DET UF NOM) QUOTE para PRP o DET			160	552%	0	0	0	0	0	0%
7	ministro NOM na PRP+DET graduação NOM . SENT Na PRP+DET semana			188	500%	0	0	0	0	0	0%
8	NOM . SENT Na PRP+DET semana NOM passada ADJ (QUOTE			193	6 9%	0	0	0	0	0	0%
9	passada ADJ (QUOTE infelizmente ADV apenas ADV na PRP+DET			199	617%	0	0	0	0	0	0%
10	ADJ (QUOTE infelizmente ADV apenas ADV na PRP+DET sexta-feira NOM ,			201	620%	0	0	0	0	0	0%
11	apenas ADV na PRP+DET sexta-feira NOM , VIRG depois ADV de PRP			205	626%	0	0	0	0	0	0%
12	sexta-feira NOM , VIRG depois ADV de PRP nossa ADJ assembleia			209	632%	0	0	0	0	0	0%
13	ADV de PRP nossa ADJ assembleia NOM) QUOTE , VIRG obtive V a DET			245	614%	0	0	0	0	0	0%
14	DET PRP informação V de PRP como ADV CONJ proceder V para PRP que			230	652%	0	0	0	0	0	0%
15	NOM V por PRP escrito ADJ NOM , VIRG via V Departamento NOM ,			267	739%	0	0	0	0	0	0%
16	, VIRG com PRP a DET concordância NOM V da PRP+DET assembleia NOM			281	734%	0	0	0	0	0	0%
17	sem PRP maiores ADJ problemas NOM . SENT Dirigir-me V+P			320	900%	0	0	0	0	0	0%
18	. SENT Dirigir-me V+P diretamente ADV à V chefe NOM departamental			325	1018%	0	0	0	0	0	0%
19	NOM deverá V acontecer V somente ADV daqui PRP+ADV a PRP um DET			384	1132%	0	0	0	0	0	0%
20	V acontecer V somente ADV daqui PRP+ADV a PRP um DET mês NOM ,			386	1134%	0	0	0	0	0	0%
21	daqui PRP+ADV a PRP um DET mês NOM , VIRG e CONJ que PR , VIRG			392	1140%	0	0	0	0	0	0%
22	pois CONJ já V estaríamos V quase ADV no PRP+DET meio NOM do			444	1192%	0	0	0	0	0	0%
23	V quase ADV no PRP+DET meio NOM do PRP+DET semestre NOM .			448	1196%	0	0	0	0	0	0%
24	NOM . SENT Saliento V ainda ADV que PR , VIRG nos P últimos V			457	12 5%	0	0	0	0	0	0%
25	DET plataforma NOM em PRP curso NOM presenciais ADJ V com PRP			481	1225%	0	0	0	0	0	1%
26	presenciais ADJ V com PRP resultados NOM positivos ADJ no PRP+DET que			488	1231%	0	0	0	0	0	1%
27	alunos NOM (QUOTE inclusive ADV tenho V publicações V a DET			510	1250%	0	0	0	0	0	1%
28	que CONSUB não V dependa V tanto ADV de PRP questões V espaciais V			634	1355%	0	0	0	0	0	1%
29	ADJ e CONJ precisa V ser V bastante ADV mais ADV frequente ADJ V , VIRG			651	1359%	0	0	0	0	0	1%
30	precisa V ser V bastante ADV mais ADV frequente ADJ V , VIRG ágil V e			653	1371%	0	0	0	0	0	1%
31	NOM necessitam V e CONJ vice-versa ADV . SENT Tudo P isso P consiso P			688	1300%	0	0	0	0	0	1%

FIGURA 2.23 – Linhas de concordância (5)

Finalmente, à posse do *corpus* de categorias que nos interessavam, restava-nos delimitar os critérios que seriam incorporados à descrição (a discussão a respeito do estabelecimento desses critérios consta em “metodologia de análise”, a seguir). A princípio, criaram-se fichas de descrição preliminar, conforme se verifica nas próximas figuras:

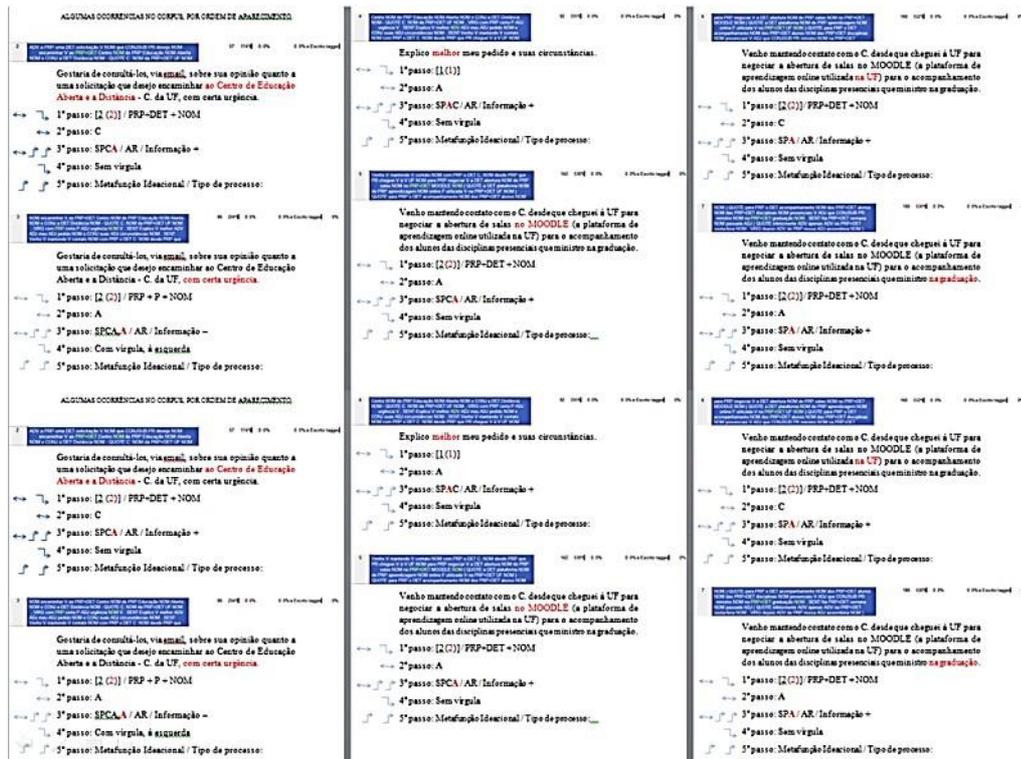


FIGURA 2.24 – Fichas de descrição (1)

5 Venho V mantendo V contato NOM com PRP o DET C. NOM desde PRP que PR cheguei V à V UF NOM para PRP negociar V a DET abertura NOM de PRP salas NOM no PRP+DET MOODLE NOM (QUOTE a DET plataforma NOM de PRP aprendizagem NOM online F utilizada V na PRP+DET UF NOM) QUOTE para PRP o DET acompanhamento NOM dos PRP+DET alunos NOM

142 538% 0 0% 0 0% a Escrito tagged 09

Venho mantendo contato com o C. desde que cheguei à UF para negociar a abertura de salas no MOODLE (a plataforma de aprendizagem online utilizada na UF) para o acompanhamento dos alunos das disciplinas presenciais que ministro na graduação.

- ↔ ↪ 1º passo: [2 (2)] / PRP+DET + NOM
- ↔ 2º passo: A
- ↔ ↪ ↪ 3º passo: SPCA / AR / Informação +
- ↪ 4º passo: Sem vírgula
- ↪ ↪ 5º passo: Metafunção Ideacional / Tipo de processo: |

FIGURA 2.25 – Fichas de descrição (2)

Depois de testados os primeiros critérios de descrição que havíamos estabelecido no formato de fichas, a próxima etapa foi desenhar um esquema de anotação no programa *UAM CorpusTools*, cujo emprego, além de ter possibilitado a sistematização dos critérios, também contribuiu para a descrição dos dados, conforme se verifica nas próximas figuras:

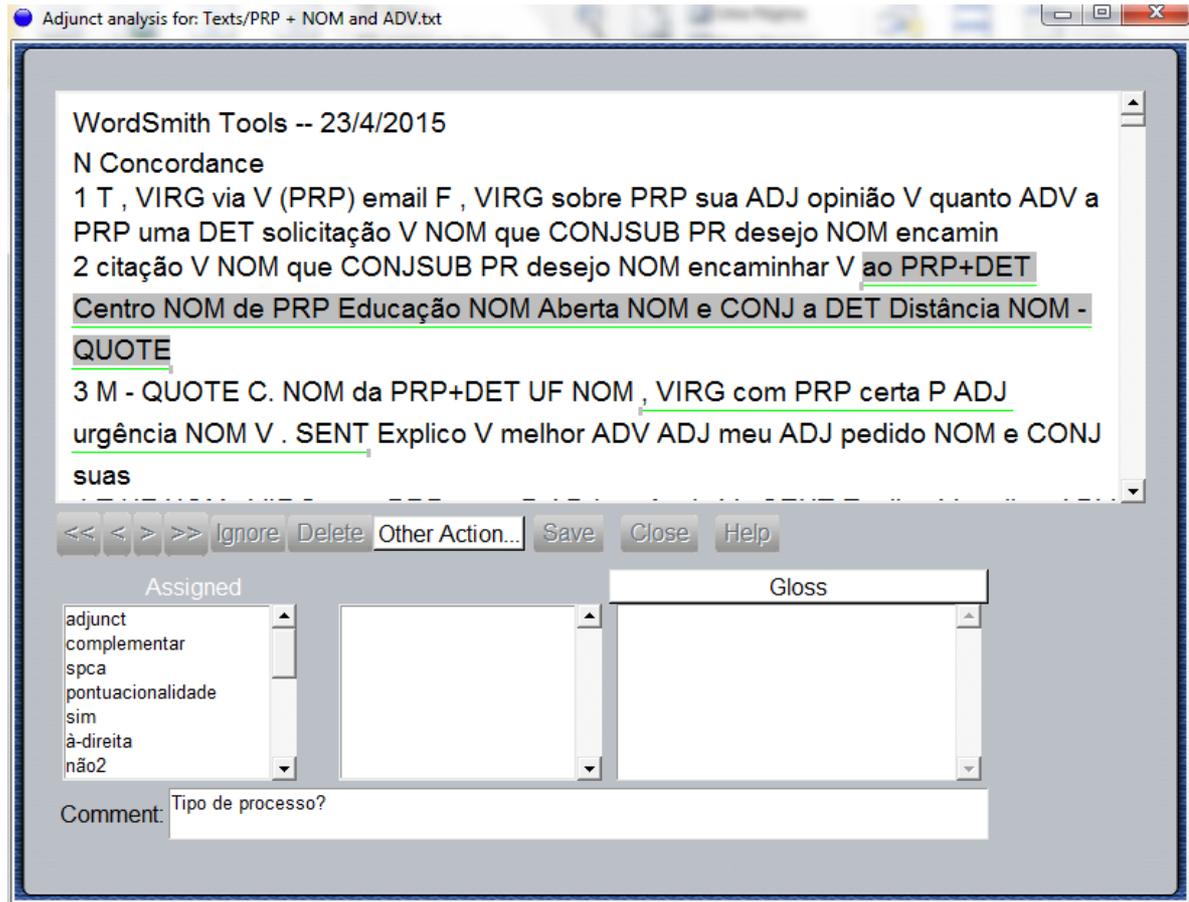


FIGURA 2.26 – *UAM CorpusTools* (1)

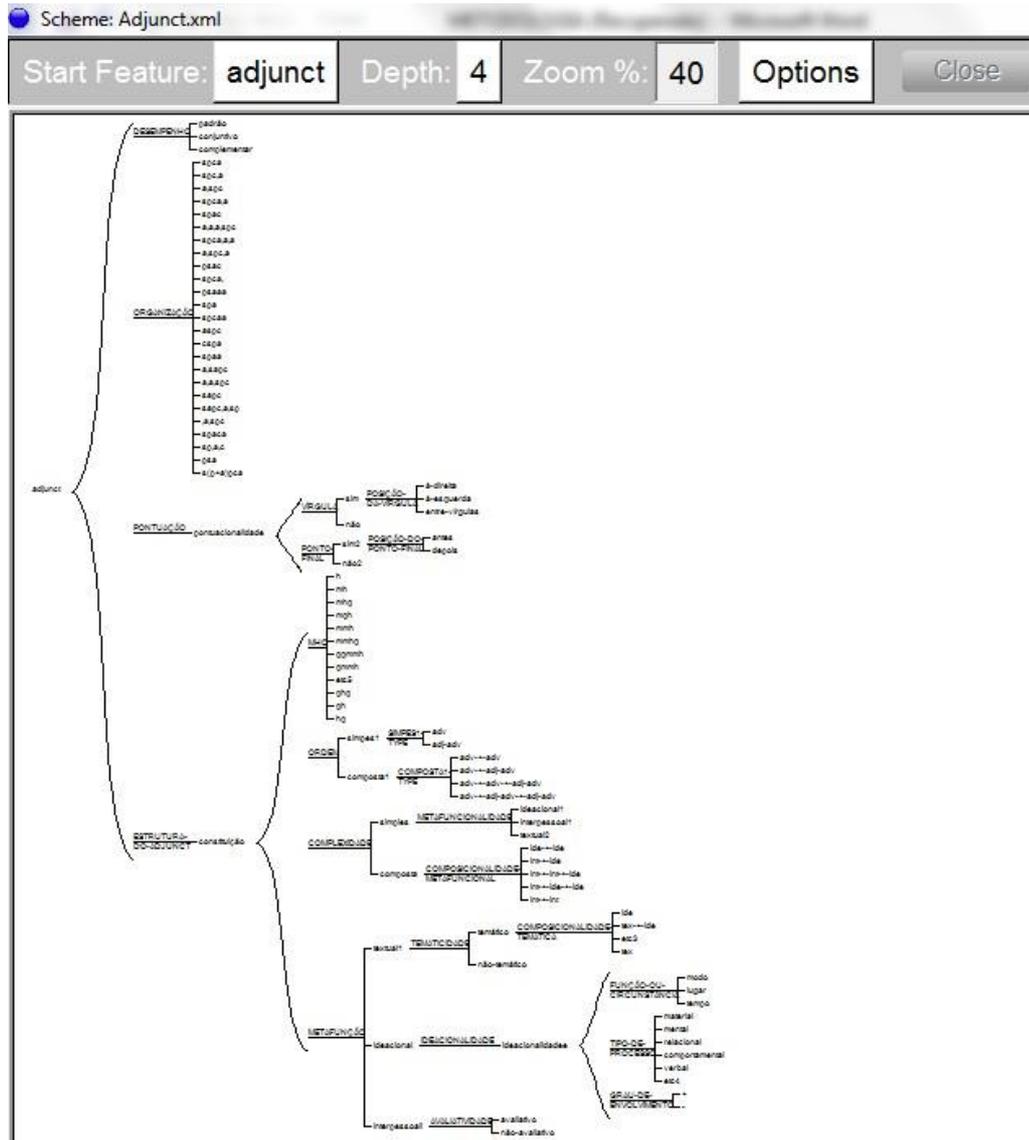


FIGURA 2.27 – UAM CorpusTools (2)

Dividido, portanto, em cinco etapas, o percurso metodológico relativo à extração e ao tratamento de dados é representado pelo seguinte modelo:

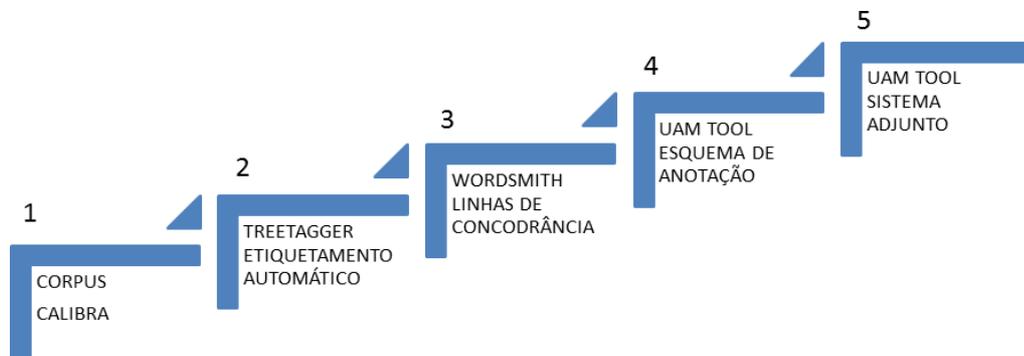


FIGURA 2.28 – Percurso metodológico

2.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A extração e o tratamento de dados foi apenas uma das etapas do percurso metodológico deste trabalho. A outra parte referiu-se ao estabelecimento do caminho a ser percorrido para a análise dos dados: à posse de um *corpus* preparado segundo critérios e categorias relativos ao Adjunto, como descrever e analisar essas informações? Em primeiro lugar, foi preciso estabelecer os critérios de descrição dos dados, etapa que precede e acompanha a análise do *corpus*. Dessa forma, dedicamo-nos à sedimentação dos critérios que seriam empregados na descrição gramatical das linhas de concordância extraídas do CALIBRA ESCRITO. Com base na visão trinocular de Halliday (2002), definimos os critérios de descrição a partir de três perspectivas, “de baixo”, “ao redor” e “de cima”, distribuídos em cinco passos:

- 1º PASSO – “de baixo”:

1.1. Descrever o Adjunto relativamente à sua realização:

- (1) para Advérbio (Adjunto realizado na ordem da palavra);
- (2) para Adjunto Adverbial (Adjunto realizado na ordem do grupo);

1.2. Nos casos de (2), descrever sua constituição:

Ex: PRP+DET + NOM, PRP+DET + ADJ + NOM, etc.

1.3. Nos casos de Adjunto Complexo, descrever sua posição na constituição da Unidade de Informação Adverbial (UIA):

Ex: [1 (1 + 1 + 2)] = [Advérbio localizado em UIA constituída por (Advérbio + Advérbio + Adjunto Adverbial)]



Gostaria de consultá-los, via email, sobre sua opinião quanto a uma solicitação que desejo encaminhar **ao Centro de Educação Aberta e a Distância - C.** da UF, com certa urgência.

1º passo: [2 (2)] / PRP+DET + NOM

FIGURA 2.29 – Critérios de descrição (1)

- 2º PASSO – “ao redor”:

Descrever o desempenho do Adjunto na oração, bem como a relação que se estabelece entre Adjunto e Processo. Este critério, em particular, articula-se ao 5º passo, no qual se descrevem a Metafunção e o Tipo de Processo a que se liga o Adjunto. A perspectiva adotada ainda é estritamente gramatical (“ao redor”), visto que os testes que aqui se aplicam, porque apoiados na posição na estrutura e no grau de envolvimento com o processo, prescindem da orientação semântico-discursiva:

(A) para Adjunto Padrão: grau de envolvimento com o Processo = NEGATIVO;

(B) para Adjunto Conjuntivo: organização do fluxo discursivo / coesão textual;

(C) para Adjunto Complementar: grau de envolvimento com o Processo = POSITIVO
(complemento de verbo transitivo adverbial).

3 NOM encaminhar V. ao PRP+DET Centro NOM de PRP Educação NOM Aberta NOM e CONJ a DET Distância NOM - QUOTE C. NOM da PRP+DET UF NOM . VIRG com PRP certa P ADJ urgência NOM V . SENT Explico V melhor ADV ADJ meu ADJ pedido NOM e CONJ suas ADJ circunstâncias NOM SENT Venho V mantendo V contato NOM com PRP o DET C. NOM desde PRP que

86 234% 0 0% 0 0% a Escrito tagged 0%

Gostaria de consultá-los, via email, sobre sua opinião quanto a uma solicitação que desejo encaminhar ao Centro de Educação Aberta e a Distância - C. da UF, **com certa urgência**.

1º passo: [2 (2)] / PRP + P + NOM

2º passo: A

FIGURA 2.30 – Critérios de descrição (2)

- 3º PASSO – “ao redor”:

Descrever a realização estrutural das funções gramaticais estabelecidas por Halliday (1964) (S [sujeito], P [predicador], C [complemento] e A [adjunto]), bem como a posição do Adjunto na estrutura temática ou na estrutura remática da oração:

AT = Adjunto Temático; AR = Adjunto Remático

4 Centro NOM de PRP Educação NOM Aberta NOM e CONJ a DET Distância NOM - QUOTE C. NOM da PRP+DET UF NOM . VIRG com PRP certa P ADJ urgência V . SENT Explico V melhor ADV ADJ meu ADJ pedido NOM e CONJ suas ADJ circunstâncias NOM SENT Venho V mantendo V contato NOM com PRP o DET C. NOM desde PRP que PR cheguei V à V UF NOM

92 335% 0 0% 0 0% a Escrito tagged 0%

Explico **melhor** meu pedido e suas circunstâncias.

1º passo: [1 (1)]

2º passo: A

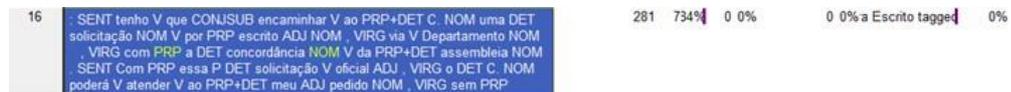
3º passo: SPAC / AR

FIGURA 2.31 – Critérios de descrição (3)

- 4º PASSO – “ao redor”:

Descrever as ocorrências de pontuação envolvendo o Adjunto. Considerando-se tanto a vírgula quanto o ponto final como funções gramaticais (e não apenas como realizações fonológicas), estabeleceram-se equivalências para esses sinais de pontuação:

- Sinais de pontuação gramaticalmente equivalentes à vírgula: () – ;
- Sinais de pontuação gramaticalmente equivalentes ao ponto final: ! ? ...



Na semana passada (infelizmente apenas na sexta-feira, depois de nossa assembleia), obtive a informação de como proceder para que se abram essas salas: tenho que encaminhar ao C. uma solicitação por escrito, via Departamento, com a concordância da assembleia.

1º passo: [2 (2)] / PRP + DET + NOM (PRP+DET + NOM)

2º passo: A

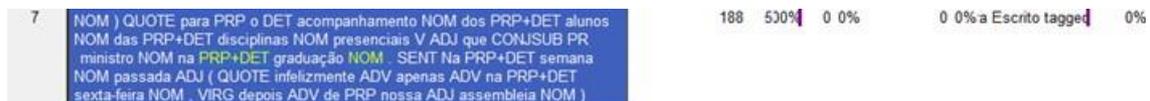
3º passo: SPCA,A,A / AR

4º passo: Com vírgula, à esquerda

FIGURA 2.32 – Critérios de descrição (4)

- 5º PASSO – “de cima”:

Descrever a Metafunção e o Tipo de Processo a que se liga o Adjunto:



Venho mantendo contato com o C. desde que cheguei à UF para negociar a abertura de salas no MOODLE (a plataforma de aprendizagem online utilizada na UF) para o acompanhamento dos alunos das disciplinas presenciais que ministro na graduação.

1º passo: [2 (2)] / PRP+DET + NOM

2º passo: C

3º passo: SPA / AR

4º passo: Sem vírgula

5º passo: Metafunção Ideacional / Tipo de processo

FIGURA 2.33 – Critérios de descrição (5)

Estabelecidos esses primeiros passos de descrição, a próxima etapa foi recorrer ao programa *UAM CorpusTool* para a construção de um esquema de anotação. Importa observar que, ao transformar os passos de descrição em esquema de anotação, foram necessárias algumas modificações, decorrentes não só do próprio desenvolvimento dos critérios, mas também das especificidades representacionais dos sistemas que compuseram o esquema:

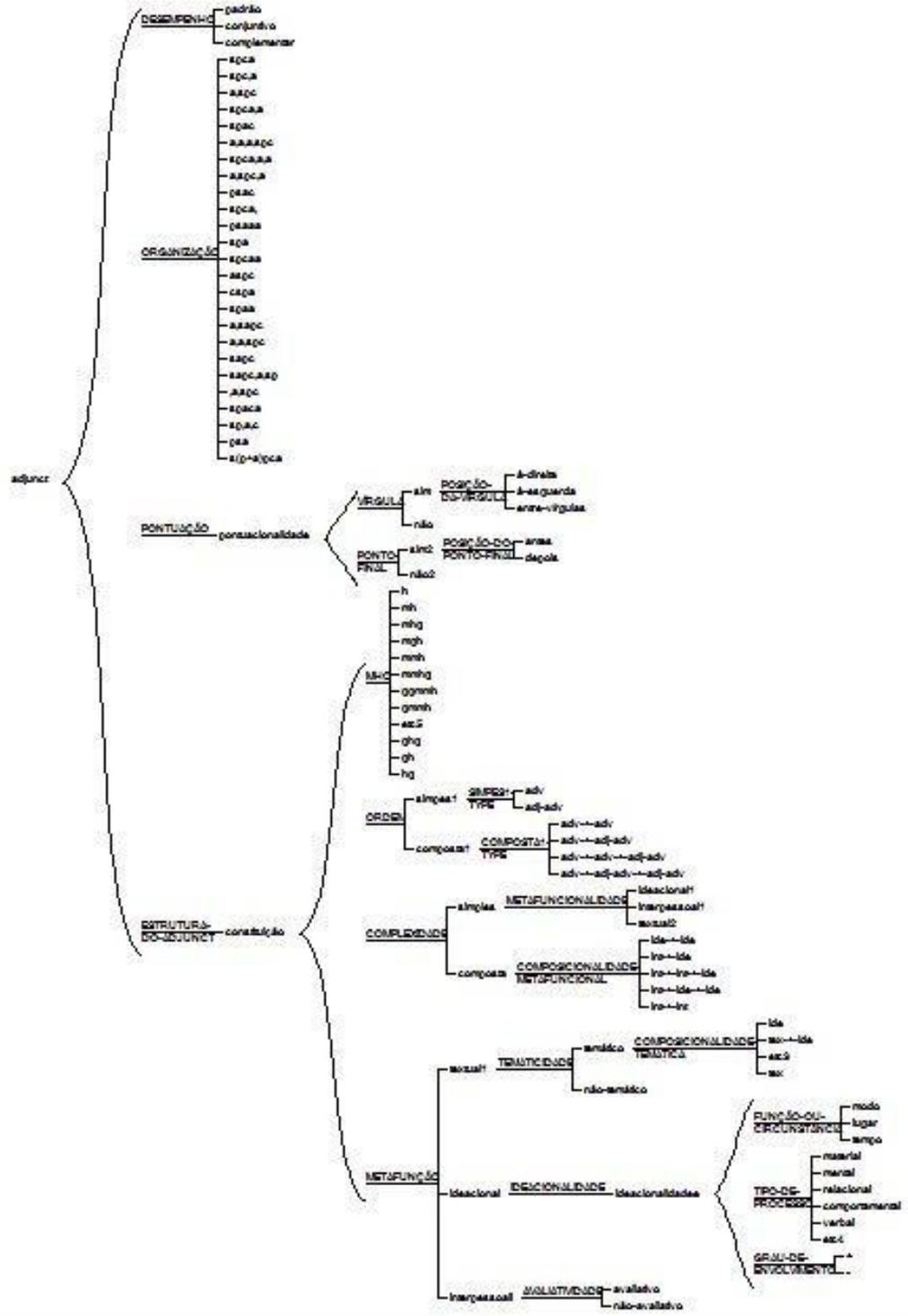


FIGURA 2.34 – Esquema de anotação (1)

Integraram o esquema de anotação do Adjunto os seguintes sistemas: DESEMPENHO (com as opções “padrão”, “conjuntivo” e “complementar”), ORGANIZAÇÃO (com as várias realizações da organização estrutural das orações), POTUAÇÃO (com os sistemas co- seletivos “VÍRGULA” e “PONTO FINAL”) e ESTRUTURA DO ADJUNTO (com os sistemas co-seletivos “MHQ”, “ORDEM”, COMPLEXIDADE” e “METAFUNÇÃO”):

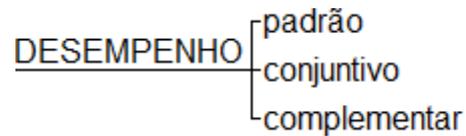


FIGURA 2.35 – Esquema de anotação (2)

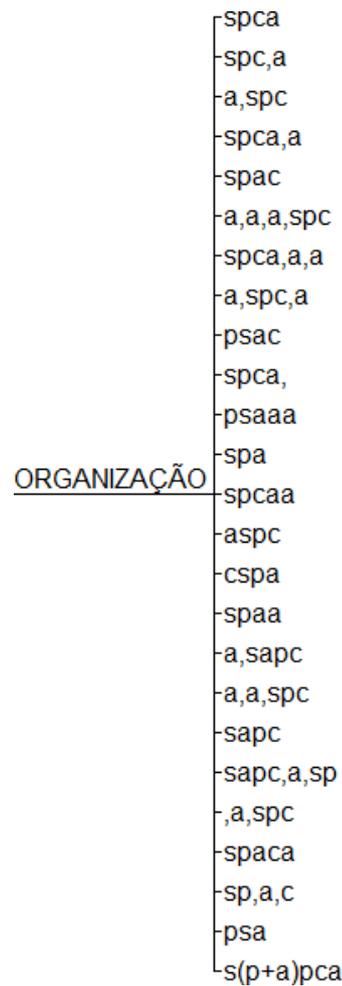


FIGURA 2.36 – Esquema de anotação (3)

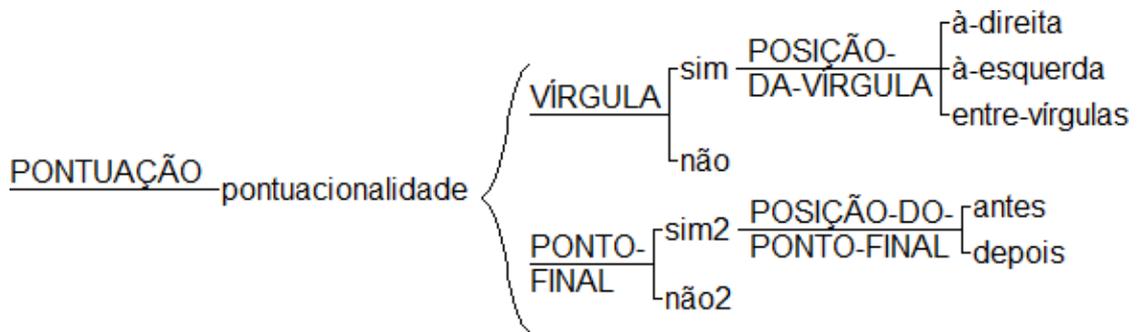


FIGURA 2.37 – Esquema de anotação (4)

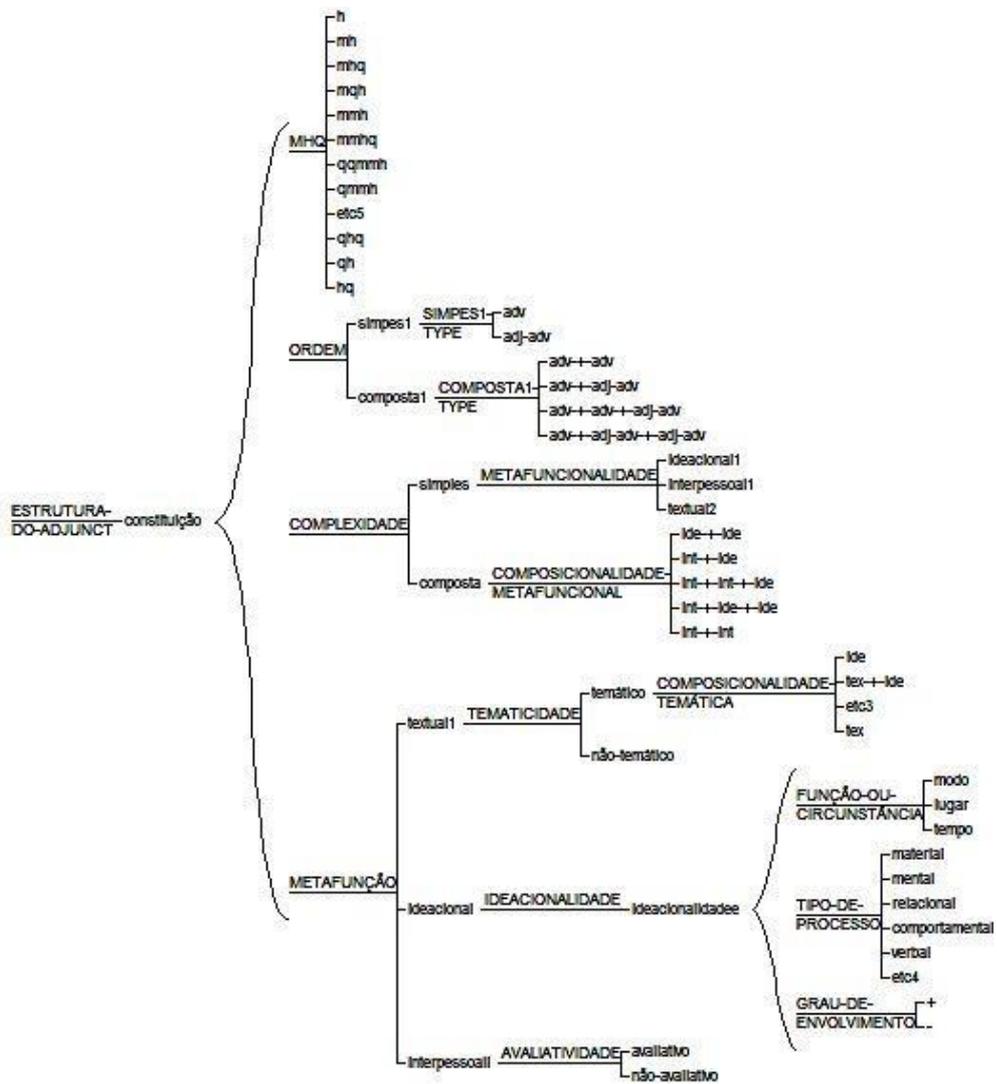


FIGURA 2.38 – Esquema de anotação (5)

Nossa metodologia de análise, portanto, pode ser assim representada:

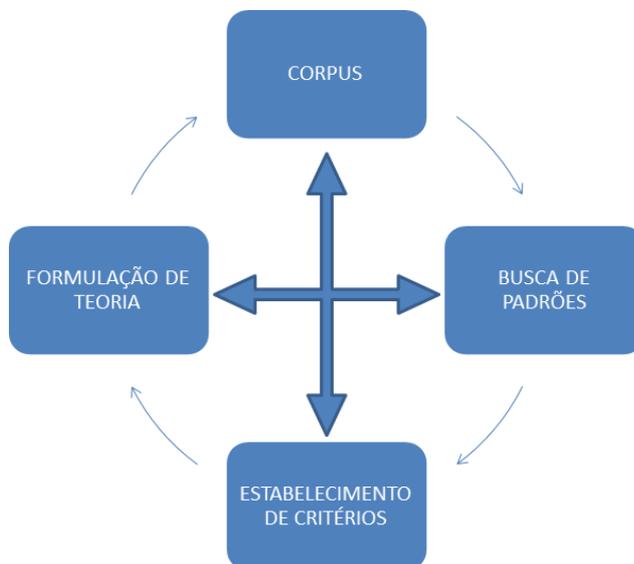


FIGURA 2.39 – Metodologia de análise

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE ADJUNTO, UNIDADE DE INFORMAÇÃO ADVERBIAL E VIRGULAÇÃO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para a análise que aqui nos interessa desenvolver, tomemos por ora a distribuição de cada um destes aspectos – Unidade de Informação Adverbial (UIA), Adjunto e Virgulação – na extensão da matriz instanciação-estratificação, visto que o estudo do Adjunto, categoria de análise anunciada por Halliday (1964) e incorporada a esta investigação, tem implicações em todos os estratos previstos na teoria sistêmico-funcional. Considerada, portanto, a amplitude da localização de nosso objeto, propusemos esta segmentação para viabilizar a discussão que se segue.

Começemos, pois, por identificar que o Adjunto, função gramatical integrante da oração em português brasileiro, tem sua realização no estrato gramatical (i) na ordem da palavra e/ou (ii) na ordem do grupo, o que nos leva a observar não apenas sua dupla condição de realização estrutural, mas também a relação de composição hierárquica que se estabelece no âmbito do estrato gramatical, em cujo endereço o Adjunto se apresenta tanto em relação a verbos quanto em relação a nomes, simples ou complexamente, por meio de

- a) realização adverbial (simples) na ordem da palavra;
- b) realização adverbial (simples) na ordem do grupo;
- c) realização adverbial (complexa) por meio de estruturação sintagmática de (a) e (b).

Tomemos este dado retirado e adaptado do *corpus*:

NA SEMANA PASSADA, INFELIZMENTE APENAS NA SEXTA-FEIRA, JOÃO CHEGOU.

Essa ocorrência permite-nos observar um fenômeno linguístico relativamente frequente no PB. Trata-se da estruturação sintagmática de Adjuntos no TEMA – que, em Halliday (2002), é tratado como Tema-diminuendo. Aqui, é possível verificar, em primeiro lugar, que existe uma relação de subordinação semântica e de coordenação gramatical entre os Adjuntos separados por vírgula, i.e., há uma nítida hierarquia entre (1) “na semana passada” e (2) “infelizmente apenas na sexta feira”. Este último Adjunto é subordinado ao primeiro, prova disso é que (2) não tem autonomia semântica, embora gramaticalmente seja da mesma natureza adverbial de (1). Reconhecida essa característica hipo/paratática entre os Adjuntos

que realizam a função Tema, resta-nos observar mais pormenorizadamente a estruturação de cada um dos Adjuntos, relativamente à sua natureza simples ou composta. Em (1), temos um Adjunto Simples (AS), porque formado por uma única classe gramatical: o adjunto adverbial, isto é, uma realização adverbial na ordem do grupo; em (2), temos um Adjunto Complexo (AC), porque formado por mais de uma classe gramatical: dois advérbios + um adjunto adverbial, isto é, duas realizações adverbiais na ordem da palavra + uma realização adverbial na ordem do grupo. O reconhecimento das opções de estruturação dos Adjuntos – Simples ou Complexos – permite-nos identificar a delimitação semântica e gramatical de uma Unidade de Informação Adverbial (UIA), unidade a partir da qual podemos propor um modelo que nos possibilita compreender não só a configuração de um Adjunto e seu impacto semântico- discursivo, mas também suas implicações com a vírgula, que afinal frequentemente delimita seu perímetro. Desse modo, um determinado Adjunto – cuja composição gramatical, como vimos, é formada a partir de duas opções (AS ou AC) no estrato gramatical – tem sua equivalente realização no estrato semântico-discursivo: a Unidade de Informação Adverbial (UIA). O Adjunto, portanto, pode ser compreendido, na arquitetura do sistema, da seguinte maneira:



FIGURA 3.1 – O Adjunto e a arquitetura do sistema

Ao passo que, na matriz de função-ordem, operando como uma função da oração, o Adjunto está localizado na ordem do grupo e da palavra, na matriz instanciação-estratificação ele se localiza não só no estrato gramatical, mas também no semântico-discursivo, visto que uma UIA (função semântica) é realizada pelo Adjunto (função gramatical). Segundo as convenções da teoria, estabelecem-se, portanto, duas relações:

- a) na matriz de função-ordem: relação de composição hierárquica entre as ordens do grupo e da palavra no estrato gramatical (localização determinada pela manobra);

- b) na matriz instanciação-estratificação: relação de realização entre os estratos semântico, gramatical e de expressão (localização determinada pela visão trinocular).

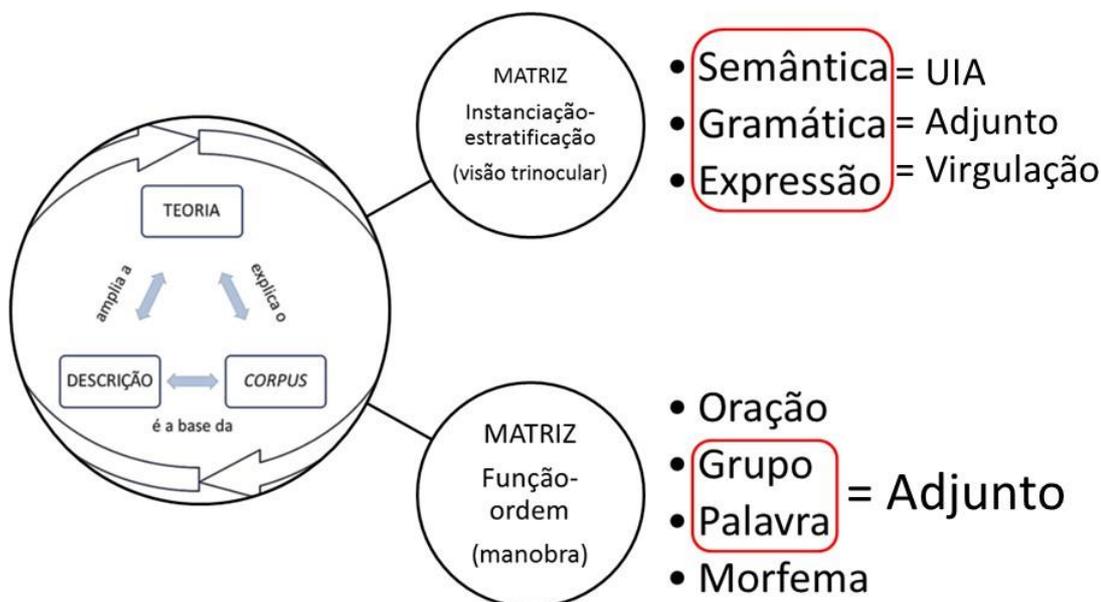


FIGURA 3.2 – O Adjunto e as matrizes

Retornemos, então, àquele caso:

NA SEMANA PASSADA, INFELIZMENTE APENAS NA SEXTA-FEIRA, JOÃO CHEGOU.

Quanto às estruturas adverbiais aqui presentes, a observação das funções estruturais e das classes de palavras nos leva à constatação de que essa oração é composta, respectivamente, de um adjunto adverbial (“na semana passada”), seguido de dois advérbios (“infelizmente” e “apenas”), seguidos de outro adjunto adverbial (“na sexta-feira”). Reduzindo-se a uma fórmula, temos:

adj.adv., adv. + adv. + adj.adv, SP¹⁵.

¹⁵ Lê-se assim essa estrutura sintagmática: Adjunto adverbial com virgulação seguido de Advérbio seguido de Advérbio seguido de Adjunto adverbial com virgulação seguido de sujeito seguido de predicador.

Diferentemente dessa primeira análise, todavia, a categoria que aqui adotamos compreende essas realizações adverbiais a partir de uma outra perspectiva, que estabelece que aqui se apresentam apenas dois Adjuntos, um Simples e um Complexo, respectivamente:

A,A,SP

Tomamos por Adjunto, portanto, uma função da oração portadora de uma Unidade de Informação Adverbial (UIA), cuja formação pode ser Simples (elemento adverbial na ordem da palavra ou na ordem do grupo) ou Complexa (combinação de elementos adverbiais na ordem da palavra e na ordem do grupo). Embora, a princípio, a UIA seja apreendida a partir de uma perspectiva “de cima” e, por sua natureza informacional, esteja implicada no campo semântico-discursivo, também podemos compreendê-la gramaticalmente, “de baixo”, por sua composição estrutural: trata-se, afinal, de uma unidade de informação cuja configuração também pode ser descrita gramaticalmente. No caso da oração a que nos referimos, como já vimos, temos uma UIA Simples (adj.adv.) seguida de uma UIA Complexa (adv. + adv. + adj.adv.), cuja composição metafuncional, segundo propõe a LSF, pode ser assim representada:

IDEACIONAL, INTERPESSOAL + INTERPESSOAL + IDEACIONAL, SP.

Por essa razão, a compreensão de um Adjunto (Adjunto = estrato gramatical) está condicionada ao reconhecimento de uma UIA (UIA = estrato semântico). Nesse sentido, o Adjunto, categoria de análise deste trabalho, é resultado da soma destas perspectivas, provenientes da visão trinocular de Halliday (2002):

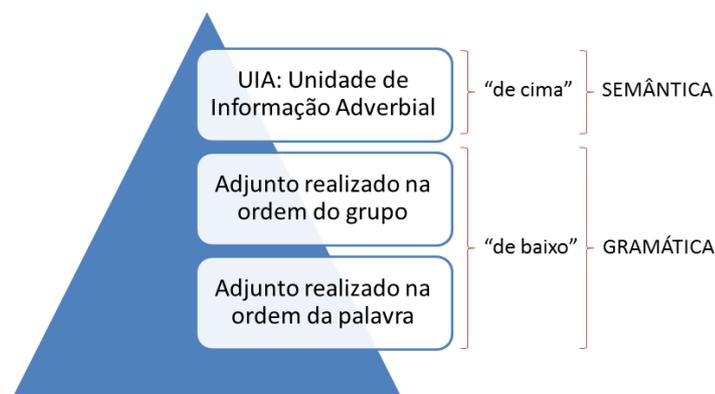


FIGURA 3.3 – o Adjunto e a visão trinocular

- a) “de baixo”, em decorrência da estruturação sintagmática do Adjunto (AS/AC);
- b) “ao redor”, em decorrência de sua composição metafuncional;
- b) “de cima”, em decorrência de seu significado discursivo, cuja realização é feita pela função denominada Unidade de Informação Adverbial.

O estudo da formação metafuncional da UIA leva-nos, então, à aproximação que se deve estabelecer em direção às convenções da LSF. Conforme já o demonstramos em etapa anterior, entendendo-se “unidade”, termo técnico da teoria, como “padrão que se repete”, é possível reconhecer na UIA essa mesma regularidade que se requer de um item linguístico, tanto no âmbito na matriz de função-ordem quanto na matriz instanciação-estratificação. É nesse sentido que, conhecidas as opções de composição reveladas pela descrição gramatical dessa categoria, a UIA se apresenta como padrão regular na estrutura gramatical e semântica da oração. Daí ser possível compreendê-la não só no estrato gramatical – onde o Adjunto se apresenta na ordem do grupo e da palavra como função da oração –, mas também no estrato semântico – dimensão em que a UIA é reconhecida por sua natureza composicional articulada às metafunções e às suas conseqüentes implicações com a virgulação. Ressalte-se, ainda (sempre segundo a descrição do *corpus* CALIBRA), que todas essas opções sistêmicas são potencialmente co-selecionáveis com o sistema de TEMA, que influencia não só a posição do Adjunto na estrutura, mas também a relação deste item com o emprego da vírgula, conforme ainda haveremos de demonstrar.

Uma consideração importante: quanto ao caráter informacional dessa unidade (UIA), vale a pena destacar que aqui o consideramos a partir de seu conteúdo gramatical e semântico-discursivo. Essa ressalva é necessária porque, diferentemente do que aqui assumimos por informação, os apontamentos da LSF reconhecem que o sistema de INFORMAÇÃO é um sistema fonológico-entonacional, cujos itens (fonema, sílaba, unidade rítmica e grupo tonal) são responsáveis por apresentar a informação do texto, dividindo-a entre informação que segue o fluxo – informação dada, realizada pela função Dado – e informação relevante para o fluxo – informação nova, realizada pela função Novo. Por sua vez, as funções de Dado e Novo são realizadas fonologicamente, sendo que o Dado não recebe proeminência fonológica, ao passo que o Novo a recebe. Como se vê, nossa UIA, da maneira como até agora a concebemos, não pode ser compreendida a partir desse sistema fonológico, visto que por enquanto nos ocupamos apenas do CALIBRA escrito.

O reconhecimento do Adjunto, portanto, como categoria gramatical passível de descrição metafuncional, somado à compreensão de sua implicação discursiva como Unidade

de Informação Adverbial, reacende o debate, embora antigo, ainda em aberto, sobre o emprego dos sinais de pontuação, particularmente o da vírgula. Como consequência, o reconhecimento dessa categoria (Adjunto), tal qual a admitimos, confere à vírgula uma função específica: a de delimitar o perímetro de uma UIA. Isso significa que, mais do que realização fonológica articulada à pausa e à respiração (justificativa até então provisória), a vírgula, em ambiente gramatical realizado por Adjuntos na ordem da oração, também desempenha o papel de realizar as UIA – o que, naturalmente, as delimita – e pôr em relevo seu envolvimento (1) na organização gramatical da estrutura oracional, (2) no fluxo do discurso, (3) na apresentação e na distribuição das informações e, por fim, (4) no estrato da expressão. Tomemos, uma vez mais, o exemplo a que até aqui nos referimos:

NA SEMANA PASSADA, INFELIZMENTE APENAS NA SEXTA-FEIRA, JOÃO CHEGOU.

Avaliemos, afinal, as razões pelas quais o emprego da vírgula aconteceu exatamente nessas posições, e não em outras. Afinal,

- ✓ por que não se optou por empregá-la depois de “infelizmente”?
- ✓ por que não se optou por empregá-la depois de “apenas”?
- ✓ por que não se optou por retirá-la depois de “sexta-feira”?
- ✓ por que não se optou por empregá-la apenas depois de “sexta-feira” e retirá-la depois de “passada”?
- ✓ seriam os motivos de seu emprego arbitrários ou facultativos?
- ✓ seriam as razões de seu emprego articuladas unicamente à pausa e à respiração?
- ✓ haveria um sistema capaz de justificar a ocorrência dessas vírgulas nessas posições?
- ✓ finalmente, como fugir ao imperativo das opiniões pessoais?

Para responder a essas e a outras questões, entram em cena o Adjunto, nossa categoria gramatical, e sua relativa realização semântica, a Unidade de Informação Adverbial. Ora, as razões pelas quais as vírgulas foram empregadas exatamente nesses lugares dizem respeito tanto ao perímetro quanto à composição metafuncional do Adjunto; as vírgulas, portanto, delimitam a extensão de duas Unidades de Informação Adverbial: a primeira, UIA Simples, realizada por elemento adverbial na ordem do grupo (“na semana passada”); a segunda, UIA Complexa, realizada por dois elementos adverbiais na ordem da palavra (“infelizmente” e “apenas”) e por um elemento adverbial na ordem do grupo (“na sexta-feira”).

Há de se reparar que, na hipótese de se alterar o emprego de qualquer uma das duas vírgulas, mobilizar-se-ia a configuração do Adjunto e, conseqüentemente, comprometer-se-ia diretamente a UIA presente em “na semana passada” e em “infelizmente apenas na sexta- feira”. Importa observar que, nesses casos, cada um dos Adjuntos é formado por, pelo menos, um elemento Ideacional – regularidade que, pelo menos até onde sabemos, pode ser verificada relativamente à configuração metafuncional dos Adjuntos. Então o que se pode notar como regularidade composicional da UIA é que essas unidades são compostas por um elemento de natureza metafuncional ideacional – o que significa que, na maioria dos casos, o elemento nuclear de uma UIA é ideacional, ao qual se ligam outros elementos da metafunção interpessoal. Essa característica composicional nos fornece, inclusive, a justificativa para a virgulação, que é mobilizada, nesse caso, exatamente para definir o perímetro metafuncional da UIA.

Na ocorrência em questão, o fato de as vírgulas separarem a UIA “na semana passada” da UIA “infelizmente apenas na sexta-feira” comprova nossa hipótese: “infelizmente” não poderia ter sido apresentado entre vírgulas porque, desse modo, faria referência tanto a “na semana passada” quanto a “apenas na sexta-feira”. Portanto, o fato de “infelizmente” estar ligado a “apenas na sexta-feira” é motivado pela exigência composicional das unidades de informação adverbial, cujo núcleo, de natureza ideacional, é acompanhado de outros elementos de natureza interpessoal. Veja-se, com esse pequeno exemplo, que a construção do significado exigiu uma distribuição exata das vírgulas e dos elementos de natureza adverbial no interior das unidades de informação adverbial. Afinal, não só o “infelizmente” não poderia ser virgulado de outra forma, como também o “apenas”, que, por sua constituição metafuncional interpessoal, se de outro modo virgulado, poderia articular-se a qualquer um dos outros elementos adverbiais de constituição ideacional (“na semana passada” e “na sexta- feira”). É nesse sentido que a virgulação deve ser compreendida: não apenas por motivações prosódicas, semânticas ou gramaticais, mas também por razões que se articulam à composição metafuncional da UIA. Acompanhemos este exercício:

- a) Na semana passada, infelizmente apenas na sexta-feira, João chegou.
- b) Infelizmente na semana passada, apenas na sexta-feira, João chegou.
- c) Apenas na semana passada, infelizmente na sexta-feira, João chegou.
- d) Na semana passada, na sexta-feira, João apenas chegou. Infelizmente.

O que se depreende desse jogo de reorganização adverbial é que o conteúdo das unidades de informação adverbial vai se alterando à medida que se alternam “infelizmente” e

“apenas”, o que significa assumir que há, aqui, uma regularidade metafuncional que se nos apresenta: a manutenção de pelo pelos um elemento ideacional (“na semana passada” ou “na sexta-feira”) na composição de uma UIA, a que se ligam alternadamente os outros itens adverbiais interpessoais (“infelizmente” e “apenas”). Esse é um rápido teste que também confirma nossa hipótese, segundo a qual a virgulação está condicionada à marcação do perímetro dessas unidades, cujo efeito final é o de organizar e distribuir as informações adverbiais em unidades metafuncionalmente previsíveis e regulares: não haveremos de esperar, por exemplo, que nesse ambiente sintático uma unidade adverbial interpessoal se forme autonomamente (“*infelizmente apenas*, na semana passada, na sexta-feira, João chegou”).

Agora, depois de já localizados os Adjuntos ideacional e interpessoal, resta-nos a abordagem do Adjunto textual. Para tanto, é preciso considerarmos mais precisamente sua atuação na organização oracional e no fluxo do discurso. Muito embora, em alguma medida, os outros Adjuntos também estejam implicados nessa organização, o Adjunto textual, especialmente, há de ser estudado em confluência com a própria metafunção textual, responsável por conferir caráter de texto aos significados ideacionais e interpessoais, o que é feito convertendo-os em uma unidade semântica (o texto) por meio de recursos da tessitura, que podem ser estruturais e não-estruturais. Halliday (2002) aponta que, entre os recursos estruturais, destaca-se a organização temática, que caracteriza o texto como onda, o que implica organizar a oração dando destaque textual a determinados elementos denominados picos de proeminência, restando aos outros elementos ocuparem os refluxos de não- proeminência. Para Matthiessen (1992), essa forma de organização textual também contribui para a construção do texto como fluxo discursivo. Na gramática, a organização temática é realizada pelo sistema de TEMA, que pode ser interpretado de duas maneiras:

- *do ponto de vista da oração*, a função de Tema é definida por Halliday (1994) como “o ponto de partida para a mensagem. É o elemento escolhido pelo falante como ‘alicerce’ do que irá dizer” (HALLIDAY, 1994, p. 34). A noção de “ponto de partida” pressupõe o Tema como responsável pelo estabelecimento da base de interpretação para o restante da oração, o Rema, culminando em seu “ponto de chegada”. Matthiessen (1995) estabelece que, dentro dos limites da oração, o TEMA é “o recurso empregado para se manipular a contextualização da oração. É empregado no estabelecimento do contexto local para cada oração de um texto” (MATTHIESSEN, 1995, p. 531). Por isso é possível compreender em que medida os significados textuais

são diferentes dos significados ideacionais e interpessoais. Os significados textuais não se relacionam diretamente ao mundo natural (ideacional) ou ao mundo social (interpessoal); diferentemente, relacionam-se ao mundo semiótico, organizando conteúdos naturais e sociais para a produção de texto. Em resumo, a escolha temática conflui com uma escolha ideacional ou interpessoal e (i) coloca a oração no movimento semiótico, (ii) estabelece o contexto local e (iii) determina o ponto de partida para a interpretação da mensagem;

- *do ponto de vista do discurso*, segundo Halliday & Matthiessen (1999), o TEMA não só permite que cada oração individualmente contribua para a consolidação do texto como unidade de significado, mas também estabelece a base para o discurso que está por vir, permitindo que a oração seja interpretada conforme o desenvolvimento do argumento do falante.

Nesse sentido, a forma como a organização temática orienta o fluxo do discurso para a semiotização dos significados ideacionais (o assunto do texto) estabelece as *fases do discurso*. A rigor, cada mensagem pode ser entendida individualmente como uma fase, uma vez que sinaliza sua distribuição (o ponto de partida, realizado gramaticalmente pelo Tema; e o ponto de chegada, realizado gramaticalmente pelo Rema) e sua apresentação (informação relevante para o fluxo, realizada fonologicamente pelo Novo; e informação subsequente ao fluxo, realizada fonologicamente pelo Dado).

Todavia, conforme propõe Martin (1992), esse mesmo princípio de organização textual também pode se estender a agrupamentos maiores: a metáfora utilizada para esse movimento do fluxo discursivo é a onda, isto é, uma sucessão de pequenas ondas forma uma onda maior, que em sucessão forma ondas ainda maiores. Analogamente, temos que uma sucessão de mensagens com um pico de proeminência discursiva e um pico de proeminência informacional formam fases de mensagem que, em sucessão, formam fases ainda maiores, com seus respectivos picos de proeminência discursiva e informacional.

Nesse sentido, é possível observar que o fluxo agrupa determinadas porções de informação que mantêm entre si maior semelhança, o que significa que a informação não é apresentada segmentada ou estaticamente, senão como um fluxo de ondas – daí o fato de o fluxo de informação ser periódico. A propósito, Martin & Rose (2007) afirmam que “a periodicidade se ocupa do fluxo de informação, da forma como os significados são agrupados” (MARTIN & ROSE, 2007, p. 188). Assim, cada agrupamento compreende uma fase do discurso; por sua vez, cada fase tem uma organização que a diferencia de outras fases.

Desse modo, entendendo-se o texto também como uma unidade semântica, destacam-se duas propriedades principais: a tessitura (propriedade do componente textual do sistema linguístico responsável por criar o discurso) e a periodicidade (relativa à maneira como a informação é agrupada no texto em fases).

Com base nessas considerações, que a propósito já sinalizam para as dimensões semântica, gramatical e fonológica a partir das quais o texto deve ser focalizado, anotamos em nossa descrição a ocorrência de Adjuntos integrantes da estrutura temática e da estrutura remática da oração. Com isso, a partir da percepção segundo a qual os Adjuntos promovem não só a circunstancialidade, mas também a informatividade textual, elaboramos o modelo do texto em degraus, apoiados na compreensão de duas categorias básicas: o Adjunto Temático (AT), integrante da estrutura temática e responsável pelo vetor horizontal/circunstancial do degrau; e o Adjunto Remático (AR), integrante da estrutura remática da oração e responsável pelo vetor vertical/informacional do degrau. De certo modo, o modelo que aqui propomos relaciona-se com o modelo do texto como onda já sugerido por Martin (1992): ao final de uma análise que porventura se utilize desses degraus, será possível desenhar *como, quanto e em qual direção* o texto “subiu”, em termos de seus significados de circunstância e de informação.

Assim, esta figura põe em evidência o fato de que o significado, ao longo do texto, vai ganhando “altura”. Isso quer dizer que uma mensagem do início do texto é menos elevada do que uma mensagem do final do texto, porque o acúmulo de significado (resultado da soma de todos os degraus anteriores) vai gradativamente elevando a complexidade do significado de uma mensagem:

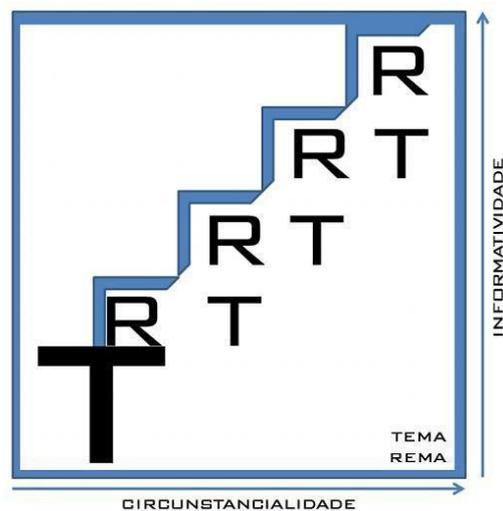


FIGURA 3.4 – Informatividade / Circunstancialidade

Antes, importa notar, com a próxima figura, que a mensagem é ancorada em um Tema inicial, sobre o qual todas as outras mensagens se apoiam:

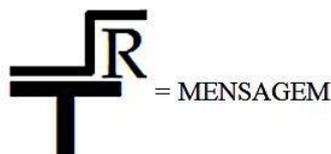


FIGURA 3.5 – Tema inicial

Já a figura seguinte destaca o fato de o Rema estar sempre um degrau acima do Tema, o que quer dizer que novas informações são construídas com o apoio de informações já conhecidas que, de alguma forma, criam condições temáticas para a introdução remática de uma nova informação:

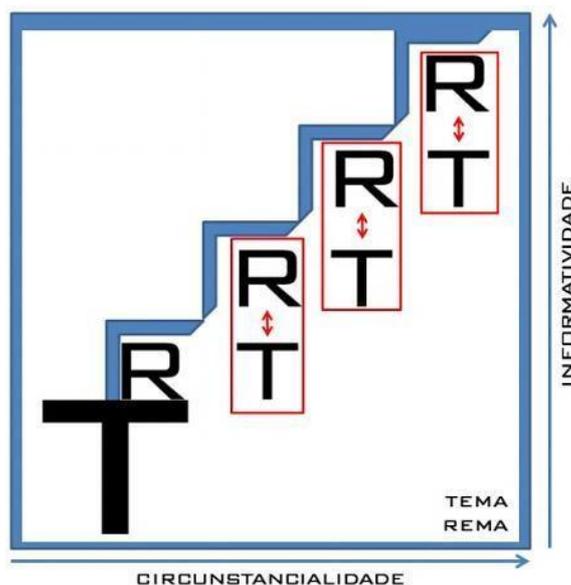


FIGURA 3.6 – Rema > Tema

A próxima figura, por sua vez, destaca o fato de que, após a introdução de um Rema, o próximo Tema não eleva o grau de informação do significado da mensagem, visto que o papel desempenhado pela estrutura temática não é o de elevar significado, mas de criar condições temáticas para o Rema:

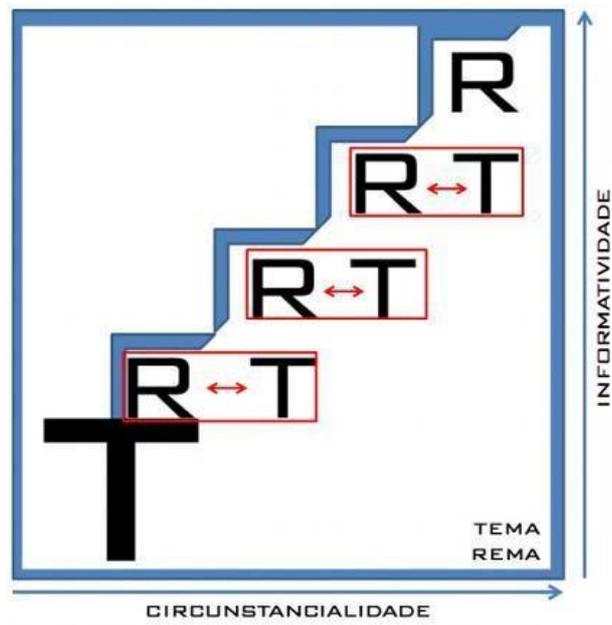


FIGURA 3.7 – Rema = Tema

Como resultado final da confluência dessas figuras, temos:

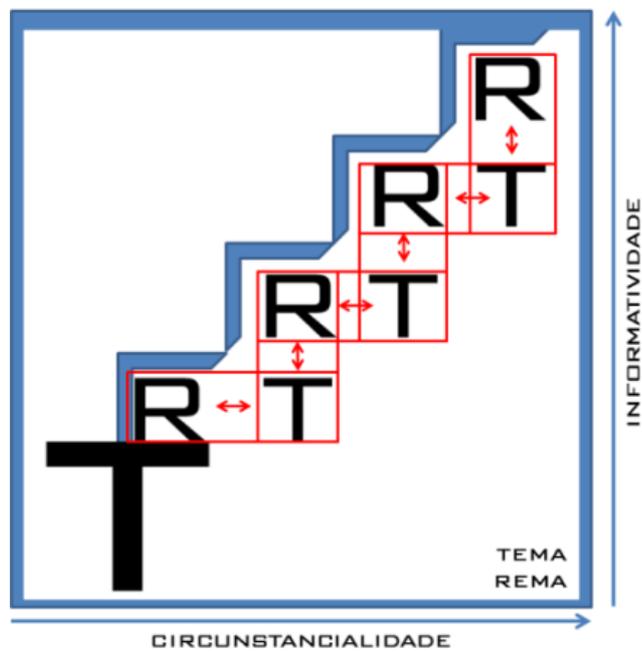


FIGURA 3.8 – Rema > / = Tema

Vejamos, agora, de outro modo:

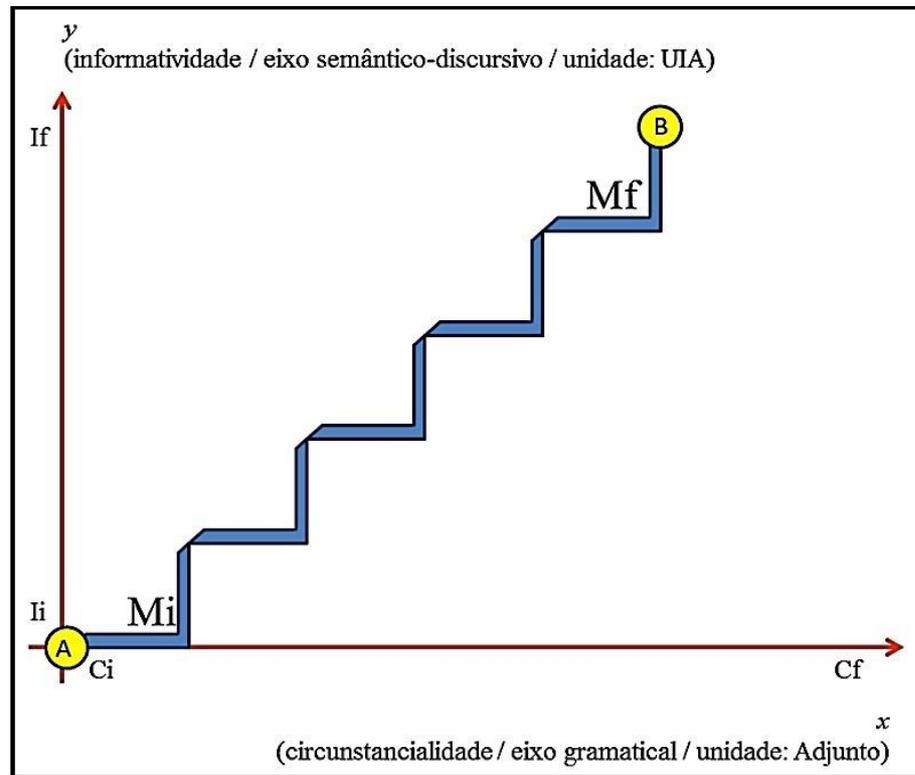


FIGURA 3.9 – Modelo de representação da relação Tema/Rema

Admitamos, pois, com este modelo (relativo a um outro modo de representação da relação tema/rema), que o propósito de um texto seja, da perspectiva da construção da informação, partir do ponto “A” – correspondente à Mensagem Inicial (Mi) – e chegar ao ponto “B” – correspondente à Mensagem Final (Mf). Admitamos, ainda, que o espaço de deslocamento textual esteja circunscrito a um plano cartesiano cujas coordenadas x e y correspondam tanto à “circunstancialidade” e à “informatividade” quanto aos eixos semióticos do estrato gramatical e do semântico-discursivo, respectivamente. Nessas condições, “A” corresponde ao ponto equivalente a Mensagem Inicial (Mi) – com baixo valor informacional e circunstancial – e “B” corresponde ao ponto equivalente a Mensagem Final (Mf) – com alto valor informacional e circunstancial. Além disso, Ii significa Informatividade Inicial (mínimo valor informacional) e If significa Informatividade Final (máximo valor informacional). Do mesmo modo, Ci significa Circunstancialidade Inicial (mínimo valor circunstancial) e Cf significa Circunstancialidade Final (máximo valor circunstancial). Finalmente, admitamos que, pelo fato de x e y representarem estratos diferentes (x está para o estrato gramatical, assim como y está para o estrato semântico-discursivo), a unidade de y é a UIA; a do x , o Adjunto.

Essa representação nos permite observar que o percurso que se constrói do ponto “A” ao “B” requer, necessariamente, a participação conjunta dos vetores relativos à informatividade e à circunstancialidade, sem os quais o significado encerrado na Mf ficaria severamente comprometido. Não é possível, pois, conceber um texto que se constitua unicamente por um desses eixos; logo, a construção do significado de um texto está obrigatoriamente relacionada à ação colaborativa que se estabelece entre x e y . Em outras palavras, um texto puramente circunstancial ou puramente informativo não cria condições estruturais suficientemente aceitáveis para a elevação gradual (temática e remática, circunstancial e informativa) que se deve estabelecer por meio desses degraus. É justamente da combinação dos vetores semióticos e de seus respectivos valores semânticos e gramaticais que se pode concretizar a transformação gradual de Mi em Mf (isto é, de “A” em “B”).

De volta à análise das metafunções e da articulação que guardam com o Adjunto, nossos estudos relevam que o desempenho de determinados Adjuntos está articulado a três condições experienciais: (1) elaboração, (2) extensão e (3) intensificação. Associadas aos Tipos de Processo (material, mental, relacional, existencial e verbal), essas condições experienciais relacionam-se, por sua vez, ao Adjunto Padrão e ao Adjunto Complementar, cuja caracterização está sujeita à compreensão do contato que se estabelece entre Adjunto e Processo. As razões que motivaram tanto a percepção da processualidade do Adjunto quanto a configuração desse sistema podem ser demonstradas. Tomemos, como exemplo, as seguintes orações: (A) Eu subi a montanha; (B) Eu subi na montanha. Perguntemo-nos, afinal: qual das duas orações mais se aproxima do sentido do verbo *escalar*? Apesar de os dois Adjuntos (“a montanha” e “na montanha”) representem o lugar a que se refere o verbo “subir”, o Adjunto apresentado em (A) assume parte do valor processual; já o Adjunto de (B), não. Nesse sentido, apesar de “montanha” ser o mesmo lugar de (A) e de (B), o Adjunto da primeira oração toma para si parte da responsabilidade processual presente em “subir”, ao passo que, em (B), o Adjunto não adquire nenhum valor processual. Isso quer dizer que o valor processual de um Adjunto não está contido nele mesmo (nem no próprio processo, porque tanto em (A) quanto em (B) os processos são os mesmos), senão na relação que se estabelece entre Processo e Adjunto. A princípio, o Adjunto não é portador de valor processual absoluto, mas o contato com um determinado processo pode gerar uma relação que finalmente atribui ao Adjunto parte da responsabilidade processual. Enfim, as variáveis relativas à processualidade do Adjunto podem ser ainda mais ampliadas quando diversificadas as relações entre Adjunto e Processo – (C) Eu subi pela montanha; (D) Eu subi para aquela montanha; (E) Eu subi por aquela montanha; etc.

Finalmente, a vírgula: com relação à virgulação adverbial, além de esse sinal delimitar o perímetro da UIA (conforme já o demonstramos), restam ainda algumas considerações sobre a compreensão que se pode ter da vírgula a partir dos fundamentos teóricos com os quais operamos. Para tanto, é preciso destacar a dificuldade de identificação de seu endereço semiótico na arquitetura geral do sistema: se assumíssemos, por exemplo, a vírgula apenas como uma função gramatical (o que, a princípio, estávamos propensos a fazer), isso implicaria a aceitação de que ela fosse, nesse estrato, ou morfema ou palavra ou grupo ou oração. Diante dessas condições, começamos, então, por admitir que esse sinal, em determinados ambientes sintáticos, de fato fosse um morfema de pausa – hipótese que, todavia, não se confirmou à medida que avançamos com a descrição.

Diferentemente disso, nossas investigações passaram então a considerar a atuação da vírgula não só no estrato da gramática, mas também nos estratos da semântica e da expressão, visto que a descrição desse item linguístico colocou em evidência, simultânea ou alternadamente, realizações em todos os estratos. Em decorrência dessa condição multifuncional, foi possível elaborar um quadro geral do comportamento sistêmico da vírgula, considerando-se suas diferentes realizações na matriz instanciação-estratificação:

REALIZAÇÃO ESTRATO	A	B	C	D	E	F
SEMÂNTICA	●	●	●	○	○	●
GRAMÁTICA	●	●	○	○	●	○
EXPRESSÃO	●	○	●	●	○	○
	VÍRGULA	VÍRGULA	VÍRGULA	VÍRGULA	VÍRGULA	VÍRGULA
	• gráfica • acústica	• gráfica	• gráfica • acústica	• gráfica • acústica	• gráfica	• gráfica
	V ↘ S/G/E	V ↘ S/G	V ↘ S/E	V ↘ E	V ↘ G	V ↘ S

FIGURA 3.10 – Realizações da vírgula por estrato

Esse quadro macrossistêmico mostra a realização da vírgula por estrato. Convencionamos que o círculo vazio (branco) representa a não realização da vírgula em um determinado estrato, ao passo que o círculo cheio (azul) representa a realização desse sinal em estrato correspondente; observe-se ainda a possibilidade de sua realização gráfica ou gráfico-acústica, conforme também indicado na figura.

Por exemplo: consideramos a realização da vírgula no estrato da expressão equivalente a uma vírgula acústica, ou seja, à realização de uma pausa na expressão (casos “A”, “C” e “D”). Já a vírgula sem realização gramatical diz respeito àquelas ocorrências em que o emprego desse sinal de pontuação parece mais motivado por seu impacto fonológico e semântico e menos por eventuais demandas sintáticas (casos “C”, “D” e “F”). Por sua vez, a vírgula sem realização semântico-discursiva corresponde à virgulação motivada expressiva e/ou gramaticalmente (casos “D” e “E”). Como se vê, há realizações da vírgula que mobilizam dois ou mais estratos (casos “A”, “B” e “C”); por outro lado, há também realizações que mobilizam apenas um dos estratos (casos “D”, “E” e “F”). Interessa observar que não é possível virgular sem necessariamente provocar a realização de pelo menos um dos estratos; por outro lado, há ocorrências que mobilizam todos os estratos simultaneamente (caso “A”).

Por fim, a parte inferior da figura apresenta as opções de representação por escrito de cada um desses casos, a partir dos seguintes códigos:

- V = vírgula;
- → = realização em;
- / = e;
- S = estrato da semântica;
- G = estrato da gramática;
- E = estrato da expressão;

Assim, temos que:

- A = V → S/G/E;
- B = V → S/G;
- C = V → S/E;
- D = V → E;
- E = V → G;
- F = V → S.

Somadas, finalmente, todas essas reflexões sobre virgulação adverbial, construímos o sistema que se segue, cuja condição de entrada – “oração” – é formada pelos seguintes sistemas:

1. “ADJUNTIVIDADE”;
2. “TEMATICIDADE”;
3. “TAXE”;
4. “RECURSIVIDADE”;
5. “VÍRGULA”;
6. “TIPO DE PROCESSO”.

Vejamos:

1. O sistema “ADJUNTIVIDADE” é formado pelas opções “+” (positivo) ou “-” (negativo); à opção “+” se liga o sistema “TYPE +”, cujas opções referem-se à disposição metafuncional apresentada pela LSF: “ideacional”, a que se liga o sistema “ADJUNTO IDEACIONAL” e suas respectivas delicadezas; “textual”, a que se liga o sistema “ADJUNTO TEXTUAL” e suas respectivas delicadezas; e “interpessoal”, a que se liga o sistema “ADJUNTO INTERPESSOAL” e suas respectivas delicadezas;
2. O sistema “TEMATICIDADE” é formado pelas opções “yes” ou “no”, e representa a integração ou não do Adjunto à estrutura temática da oração;
3. O sistema “TAXE” é formado pelas opções “parataxe” ou “hipotaxe”, e representa a relação de coordenação ou subordinação, respectivamente, em ambientes sintáticos em que se configura sequência de Adjuntos;
4. O sistema “RECURSIVIDADE” é formado pelas opções “pausa” ou “repete”, e representa a recursividade das escolhas sistêmicas em ambientes sintáticos em que se configura sequência de Adjuntos;
5. O sistema “VÍRGULA” é formado pelas opções “sim” ou “não”, e representa a presença ou a ausência desse sinal de pontuação em ambientes sintáticos em que se configuram Adjuntos;
6. O sistema “TIPO DE PROCESSO” é formado pelas opções “verbal”, “material”, “relacional”, “mental” e “comportamental”, e representa os processos aos quais se ligam os Adjuntos.

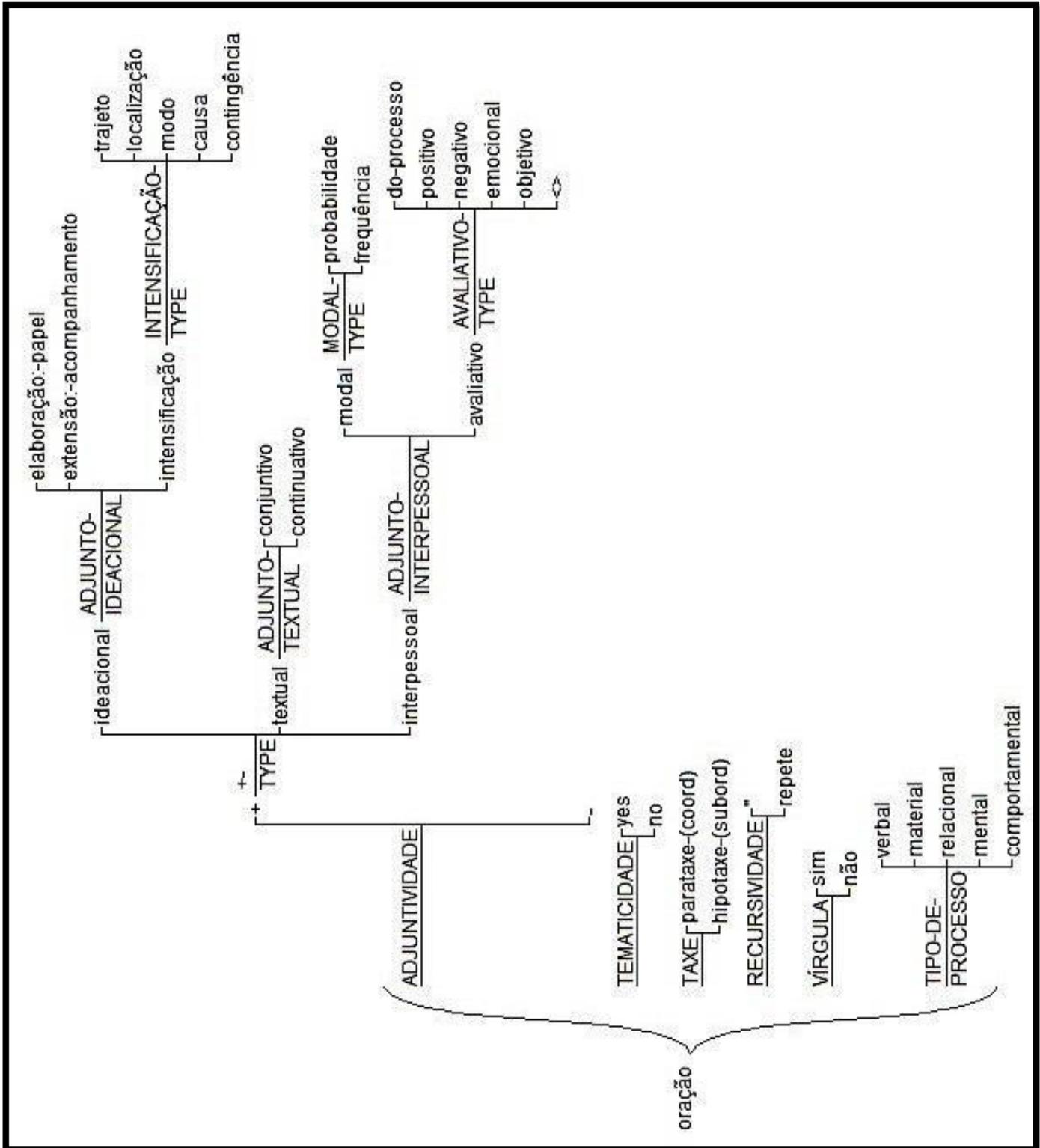


FIGURA 3.11 – Sistema de oração

CAPÍTULO 4

A CONCLUSÃO E O FUTURO

Ao final deste percurso investigativo, retomemos os objetivos específicos anunciados no início do trabalho. O estudo que aqui desenvolvemos cumpriu com seus propósitos, visto que nos permitiu:

- Conhecer a literatura gramatical e linguística já construída sobre Adjunto e pontuação em português brasileiro;
- Contribuir para o esclarecimento do papel do Adjunto, do ponto de vista de sua participação na estrutura oracional e no fluxo discursivo;
- Identificar e descrever as ocorrências de virgulação adverbial;
- Conhecer as relações que se estabelecem entre o Adjunto e a vírgula, do ponto de vista de sua constituição metafuncional e de sua participação no fluxo discursivo;
- Conhecer o comportamento semântico e gramatical da Unidade de Informação Adverbial;
- Desenhar o sistema (system network) do Adjunto e da vírgula.

Portanto, de modo geral, nossos resultados também acabaram por:

- Contribuir com os estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto;
- Contribuir com os estudos desenvolvidos no grupo de estudos Multilíngu@;
- Contribuir para a descrição sistêmico-funcional e com os estudos sistêmico-funcionais aplicados ao português brasileiro;
- Promover a identificação e propor uma descrição sistêmico-funcional do Adjunto e da vírgula em português brasileiro.

Destacamos, todavia, que esta pesquisa não se pretende terminada, visto que se ocupa de objetos cuja complexidade requer renovado empenho investigativo. Um próximo passo importante seria, por exemplo, revisitar as categorias aqui propostas à luz do CALIBRA falado, já que, como observou Cagliari (2002),

quanto mais trabalhos tivermos sem essa preocupação globalizante de levar em conta todos os aspectos da linguagem oral, incorremos mais no perigo de um dia ter que jogar tudo no lixo e começar tudo de novo, porque o que se descrevia não era linguagem oral propriamente dita, mas apenas um simulacro mal construído. (CAGLIARI, 2002, p. 39).

Estamos certos, todavia, de que, dentro dos limites estabelecidos e necessariamente situados das investigações, este trabalho reacende o debate sobre virgulação adverbial e anima futuras reflexões. A construção do conhecimento, afinal, se faz todos os dias, aos poucos e entre vírgulas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUENO, F. da S. *Manual de califasia, califonia, calirritmia e arte de dizer*. São Paulo: Saraiva, 1958.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp. 37-60, 2002.
- CATFORD, J. *A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics*. London: Oxford Univ, 1965.
- CHACON, Lourenço. *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. In: C. Li (ed). *Subject and topic*. Nova York: Academic Press, 1976.
- CHAFE, W. L. Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D. (org.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood (NJ): Ablex. 35-53, 1982.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FIGUEREDO, G. Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues. 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- FRAIA Acessado em <http://www.blogdacompanhia.com.br/2014/02/a-questao-das-virgulas/>
- HALLIDAY, M. A. K. *Linguistic function and literary style: an enquiry into the language of William Golding's The Inheritors*. In: *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold, 1973.
- HALLIDAY, M. A. K. *System and function in language*. London: Oxford University Press, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London & Baltimore: Edward Arnold & University Park Press, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K. *The construction of knowledge and value in the grammar of scientific discourse, with reference to Charles Darwin's the origin of species*. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London and New York: Routledge, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *Construing experience as meaning: a language based approach to cognition*. London: Cassell, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. *On grammar*. London: Continuum. The collected works of M.A.K. Halliday, v. 1, 2002.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3a ed. London: Edward Arnold, 2004.

ILARI, Rodolfo *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: Castilho, Ataliba Teixeira de. *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LIMA, K. C. S. Caracterização de registros orientada para a produção textual no ambiente multilíngue: um estudo baseado em corpora comparáveis. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MARTIN, J. R. *English text: system and structure*. Philadelphia and Amsterdam: Jhon Benjamins Publishing Company. (1992).

MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. 2. ed. London: Continuum, 2007.

MATTHIESSEN, C. *Interpreting the textual metafunction*. In: DAVIES, M.; RAVELLI, L. (Eds.). *Advances in systemic linguistics*. London: Pinter. 37-82, 1992.

MATTHIESSEN, C. *Lexicogrammatical cartography: English systems*. Tokyo: International Language Science Publishers, 1995.

MATTHIESSEN, C.; TERUYA, K.; WU, C. Multilingual studies as a multi-dimensional space of interconnected language studies. In: WEBSTER, J. (Ed.). *Meaning in Context: implementing intelligent applications of language studies*. London and New York: Continuum, 2008.

MATTHIESSEN, C; HALLIDAY, M. A. K. *Systemic functional grammar: a first step into the theory*. Beijing: Higher Education Press, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins fontes, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PERINI, Mário A. *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PEZATTI, Erotilde Goreti. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: KOCH, Ingedore G. Vilaça (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp. 281-306, 2002.

POSSENTI, SÍRIO. Ordem e interpretação de alguns advérbios do português. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp. 295-302, 2002.

SCHMID, H. Probabilistic Part-of-speech tagging using decision trees. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NEW METHODS IN LANGUAGE PROCESSING, Manchester, UK, 1994. *Proceedings...* Atenas: Tehnografia Digital Press, 2009. p. 50-58.